

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

Cibele dos Santos Witt

**A PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA REDE DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL EM RELAÇÃO À VIVÊNCIA DE RUA DE
CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

**Santa Maria, RS
2016**

Cibele dos Santos Witt

A PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA REDE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM RELAÇÃO À VIVÊNCIA DE RUA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Psicologia, Área de Concentração em Psicologia da Saúde, Linha de Pesquisa: Saúde, desenvolvimento e contextos sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de **Mestre em Psicologia**.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Dorian Mônica Arpini

Santa Maria, RS.
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

**A PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA REDE DE
ASSISTÊNCIA SOCIAL EM RELAÇÃO À VIVÊNCIA DE RUA DE
CRIANÇAS E ADOLESCENTES**

elaborada por

Cibele dos Santos Witt

como requisito parcial para obtenção do título de

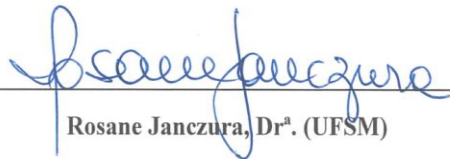
Mestre em Psicologia

COMISSÃO EXAMINADORA:



Dorian Mônica Arpini, Dr.^a. (UFSM)

(Presidente/Orientadora)



Rosane Janczura, Dr.^a. (UFSM)



Lillian Rodrigues da Cruz, Dr.^a. (UFRGS)

Santa Maria, 05 de maio de 2016.

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Witt, Cibele dos Santos

A percepção dos profissionais que atuam na rede de Assistência Social em relação à vivência de rua de crianças e adolescentes / Cibele dos Santos Witt.-2016.

125 p.; 30cm

Orientador: Dorian Mônica Arpini

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, RS, 2016

1. Vivência de rua 2. Assistência Social 3. Rede de Atendimento Psicossocial 4. Infância e adolescência I. Arpini, Dorian Mônica II. Título.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho às crianças e adolescentes da Casa Abrigo por tornarem meus dias plenos de sentido e a todas as pessoas que, em algum momento, buscaram a Rua como espaço de amparo e proteção.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível pela presença de pessoas que constantemente me inspiram e me fazem acreditar na possibilidade da mudança e da transformação. Em especial, agradeço:

À Prof.^a Dr.^a Dorian Mônica Arpini por me mostrar o quanto somos capazes de provocar mudanças se aliarmos ao conhecimento especializado o afeto que nos anima; por me ensinar a trabalhar duro e sempre acreditar em dias melhores; por me conceder oportunidades na Pesquisa e na Extensão durante a Graduação em Psicologia e por ter me mostrado o poder dessa ferramenta incrível que conquistamos na Universidade. Obrigada Mônica!!! És meu horizonte e inspiração desde 2010 quando iniciei minha trajetória no Núcleo de Estudos Infância, Adolescência e Família – NEIAF. Mudaste minha história, minhas referências...minha vida! Pra sempre meu reconhecimento e gratidão!

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Maria por contribuírem em minha formação e crescimento profissional.

À Prof.^a Dr.^a Rosane Janczura por seu entusiasmo contagiante na luta pelos direitos das crianças e adolescentes em nosso município.

À Prof.^a Dr.^a Camila Farias e Prof.^a Dr.^a Patricia Paraboni pelo auxílio na escolha de alguns textos e pela motivação nos encontros que a Pós-Graduação nos proporcionou.

Aos colegas do grupo de pesquisa NEIAF pelas trocas e discussões, fundamentais para enfrentar os desafios da Pós-Graduação.

As integrantes do Projeto de Extensão “Oficinas com adolescentes em uma Escola Aberta: discutindo sobre violência, sexualidade, drogas e projeto de vida” pelo comprometimento e responsabilidade nas atividades que desenvolvemos ao longo desses cinco anos.

À Escola Estadual de Ensino Fundamental Paulo Freire: direção, funcionários, professores e alunos por possibilitarem momentos de reflexão e vivências ricas em afeto.

À Instituição Lar de Mirian e Mãe Celita: coordenação técnica e administrativa, equipes técnicas, educadores e demais funcionários pelo convívio e aprendizado ao longo desses dois anos.

Aos profissionais que atuam na Rede de Proteção Social do município de Santa Maria/RS que, tão gentilmente, se dispuseram a pensar sobre a vivência de rua de crianças e adolescentes, aceitando o convite para participação na pesquisa.

À minha família, em especial meu pai, Sérgio e sua esposa Leila (in memoriam) por me oferecerem um ambiente facilitador, fundamental no início da minha caminhada na Pós-Graduação e por dividirem esperanças em momentos difíceis de nossas vidas.

Ao meu irmão, Irajá Witt, por iluminar o caminho quando minha visão se fez turva e pelo apoio no regresso ao Pago em 2013.

Por fim, agradeço também as pessoas que dificultaram a realização deste trabalho, certamente me fizeram mais forte e mais corajosa.

*“Se essa rua
Se essa rua fosse minha
Eu mandava
Eu mandava ladrilhar
Com pedrinhas
Com pedrinhas de brilhante
Para o meu
Para o meu amor passar*

*Nessa rua
Nessa rua tem um bosque
Que se chama
Que se chama solidão
Dentro dele
Dentro dele mora um anjo
Que roubou
Que roubou meu coração.”*

Trecho de Cantiga Popular

RESUMO

A PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA REDE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM RELAÇÃO À VIVÊNCIA DE RUA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

AUTORA: Cibele dos Santos Witt
ORIENTADORA: Dorian Mônica Arpini

Este estudo versa sobre a percepção dos profissionais que atuam nos três níveis de complexidade do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), acerca da vivência de rua de crianças e adolescentes. Buscou-se identificar como os profissionais percebem o movimento entre a saída de casa e a permanência na rua e as implicações dessa dinâmica na constituição da subjetividade de crianças e adolescentes. Também buscou-se saber se, na percepção desses profissionais, as políticas públicas de proteção social, em especial, as voltadas para pessoas em situação de rua, contemplam o fenômeno da vivência de rua de crianças e adolescentes. Com o intuito de atingir tais objetivos, realizou-se um estudo qualitativo de caráter exploratório com profissionais psicólogos e assistentes sociais. O instrumento utilizado foi a entrevista semiestruturada que ocorreu a partir de três eixos norteadores: 1) vivência de rua e relações familiares; 2) vivência de rua e subjetividade e 3) vivência de rua e políticas públicas de proteção social para pessoas em situação de rua. Os dados foram analisados por meio da análise de conteúdo temática e os resultados da pesquisa são apresentados e discutidos em dois artigos que compõem esta dissertação. O primeiro artigo versa sobre a fragilização dos vínculos familiares e a vivência de rua de crianças e adolescentes, categoria que emergiu a partir do primeiro eixo norteador. Neste artigo são abordados os aspectos que ganharam destaque em relação aos motivos que levam crianças e adolescentes a saírem de casa e buscarem a rua como alternativa de sobrevivência, a saber: a violência intrafamiliar, o uso de drogas e a pobreza. O segundo artigo versa sobre três categorias que emergiram a partir do segundo e terceiro eixos norteadores, a saber: liberdade e amizade; relações protetivas por meio da formação de grupos; e o lugar das políticas públicas entre a saída de casa e a permanência na rua. Salientou-se a importância das políticas públicas de proteção social à infância e adolescência como sendo um importante instrumento para os profissionais que atuam no Sistema de Garantia de Direitos, em especial, do Sistema Único da Assistência Social em seus três níveis de complexidade: CRAS, CREAS e Acolhimento Institucional. Por fim, considerou-se de acordo com o ponto de vista dos profissionais que integraram o estudo, que para crianças e adolescentes com vivência de rua, este território apresenta-se como um grande paradoxo, pois mesmo expondo-as à vários fatores de risco, a rua cumpre uma função importante, pois possibilita a elas, a construção de relações significativas que podem influenciar sobremaneira no processo de constituição subjetiva-identitária.

Palavras-Chave: Vivência de Rua. Sistema Único de Assistência Social. Relações Familiares.

ABSTRACT

THE PERCEPTION OF PROFESSIONALS WHO ACT IN THE NETWORK OF SOCIAL WORK IN RELATION TO HOMELESS TEENAGERS AND CHILDREN

AUTHOR: Cibele dos Santos Witt

ADVISOR: Dorian Mônica Arpini

The present study reason about the perception of professionals who act in the three complexity levels of the Sistema Único da Assistência Social (SUAS), concerning the street-life experience of teenagers and children.. Seeking to identify how these professionals perceive the movement between the exit from home and the permanency on the streets and the implications of this dynamic on the constitution of the subjectivity of teenagers and children. Also, seeking to know if in the perception of these professionals the public politics of social protection, especially the ones focused on homeless people, contemplate the phenomena of street-life experience of teenagers and children. Aiming at reach such goals a qualitative study with exploratory character with psychologists and social workers professionals was performed. A semi-structured interview was used as a tool, it occurred from three guiding principles: 1) homelessness and family relations; 2) homelessness and subjectivity and 3) homelessness and public politics of social protection for people in homelessness situation. The data were analyzed through thematic content analysis and the research results will be presented and discussed in two articles which compose this thesis. The first article discusses the delicate embrittlement of the family bonds and the street-life experience of teenagers and children, a category which emerged from the first guiding principle. On this article the aspects which gained prominence in relation to the reasons that lead teenagers and children to leave their houses and seek the streets as a survival alternative, namely: intrafamily violence, drugs abuse and poverty, are approached. The second article discusses three categories which emerged from the second and third guiding principles, namely: liberty and friendship; protective relations through groups formation; and the place of public politics in between the exit from home and the street permanency. The importance of public politics of social protection to childhood and youth as being an important instrument to professionals who act in the Sistema de Garantia de Direitos, especially of the Sistema Único da Assistência Social on its three levels of complexity: CRAS, CREAS e Acolhimento Institucional was emphasized. Finally, for children and teenagers with street life experience, this territory presents itself as a great paradox, because even exposing them to several danger factors, the street fulfills an important function, since it allows them the construction of meaningful relations that can influence greatly on the process of subjective-identity constitution, it was considered according to the point of view of the professionals who compose the study.

Key-words: Street life experience; Sistema Único da Assistência Social; Family bonds.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – As principais normativas que regem a Atenção à População em Situação de Rua no âmbito do SUAS.....	44
Tabela 2 – Distribuição dos locais com o número de participantes da pesquisa.....	50
Tabela 3 – Descrição dos participantes da pesquisa.....	50
Tabela 4 – Tema-eixo 1 – A saída de casa.	53
Tabela 5 – Tema-eixo 2 – A vida nas ruas.	56
Tabelas do Artigo 1:	
Tabela 1.1 – Distribuição dos locais com o número de participantes da pesquisa.....	67
Tabela 1.2 – Descrição dos participantes da pesquisa.....	68
Tabelas do Artigo 2:	
Tabela 2.1 – Distribuição dos locais com o número de participantes da pesquisa.....	88
Tabela 2.2 – Descrição dos participantes da pesquisa.....	89

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – A descrição das características dos temas-eixo.	52
Quadro 2 – Categoria do tema-eixo 1 – A saída de casa.	59
Quadro 3 – Categorias do tema-eixo 2 – A vida nas ruas.	59

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	15
1. INTRODUÇÃO.....	17
2. CAPÍTULO 1 – REVISÃO DE LITERATURA.....	21
2.1 Constituição subjetiva: desamparo x criatividade	21
2.2 A rede de proteção social à infância e adolescência.....	33
2.3 As Políticas Públicas para População em Situação de Rua	42
3. CAPÍTULO 2 – PERCURSO METODOLÓGICO.....	49
3.1 Delineamento	49
3.2 Participantes e local da pesquisa.....	49
3.3 Procedimentos da coleta	50
3.4 Procedimentos de análise.....	51
3.4.1 A percepção dos participantes: quando surgem as categorias	53
3.5 Aspectos e considerações éticas	60
4. CAPÍTULO 3 – ARTIGO 1	61
4.1 Introdução	62
4.2 Método.....	66
4.2.1 Delineamento.....	66
4.2.2 Participantes.....	67
4.2.3 Instrumentos e Procedimentos	68
4.2.4 Análise de dados.....	69
4.2.5 Considerações éticas	69
4.3 Resultados e discussão.....	69
4.4 Considerações finais	77
Referências Bibliográficas.....	78
5. CAPÍTULO 4 – ARTIGO 2	81
5.1 Introdução	82
5.2 Método.....	87
5.2.1 Delineamento.....	87
5.2.2 Participantes.....	88
5.2.3 Instrumentos e Procedimentos	89
5.2.4 Análise de dados.....	90
5.2.5 Considerações éticas	90
5.3 Resultados e discussão.....	91
5.4 Considerações finais	103
Referências	104

6. CAPÍTULO 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	109
APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE INFORMAÇÕES	117
ANEXO A – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE	119
ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	121
ANEXO C – TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL.....	123
ANEXO D – PARECER DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA.....	125

APRESENTAÇÃO

A presente pesquisa se refere à Dissertação de Mestrado intitulada “*A percepção dos profissionais que atuam na rede de assistência social em relação à vivência de rua de crianças e adolescentes*” e será apresentada no formato de artigos científicos. A dissertação foi organizada em cinco capítulos, sendo que a revisão de literatura corresponde ao primeiro capítulo e está dividida em três subcapítulos. O primeiro subcapítulo está intitulado: *Constituição subjetiva: desamparo x criatividade*; o segundo: *A rede de proteção social à infância e adolescência*; e o terceiro: *As políticas públicas de assistência à população em situação de rua*, sendo que este último subcapítulo subdivide-se em dois. O primeiro é apresentado pela tabela 1 e corresponde *As principais normativas que regem a atenção à população em situação de rua* e o segundo se refere aos *Centros de Referência Especializados para a População em Situação de Rua: Centros-POP*.

O segundo capítulo traz o percurso metodológico utilizado pela pesquisadora para realizar a pesquisa e será apresentado em cinco subcapítulos: *delineamento; participantes e local da pesquisa*, sendo o segundo subcapítulo apresentado em duas tabelas: tabela 2 com a distribuição dos locais com o número de participantes da pesquisa e tabela 3 com a descrição dos participantes da pesquisa. O terceiro subcapítulo corresponde aos *procedimentos de coleta* e o quarto subcapítulo é o mais denso pois contempla os *procedimentos de análise* da pesquisa que será apresentado pelo quadro que corresponde a descrição dos temas-eixo e pelo item que traz as falas dos participantes, momento em que surgem as categorias. Após, seguem dois quadros, o primeiro corresponde a categoria do tema-eixo 1 e o segundo, as categorias do tema-eixo 2. O quinto subcapítulo diz respeito aos *aspectos e considerações éticas*.

O terceiro e quarto capítulos compõem os artigos científicos que trazem como tema central as categorias que emergiram a partir da análise dos dados. O primeiro artigo foi intitulado *A fragilização dos vínculos familiares e a vivência de rua de crianças e adolescentes* e se refere aos aspectos que ganharam destaque em relação aos motivos que levam crianças e adolescentes a saírem de casa e buscarem a rua como alternativa de sobrevivência. Entre esses aspectos, foram destacados: a violência intrafamiliar, o uso de drogas e a pobreza.

O segundo artigo intitulado *Vivência de rua de crianças e adolescentes e as políticas públicas de proteção social: qual o lugar do profissional?* analisa questões referentes ao duplo aspecto da vida na rua, pois, em um primeiro momento a rua exerce um certo fascínio nas crianças e adolescentes devido à liberdade que experimentam nesse espaço aparentemente

sem regras. Porém, em um segundo momento a rua deixa de ser tão atrativa e passa a mostrar um lado mais hostil, levando essas crianças e adolescentes a se unirem em busca de proteção por meio da formação de grupos. Nesse sentido, buscou-se refletir acerca do lugar que as políticas públicas de proteção social, em especial aquelas voltadas à população em situação de rua, ocupam neste movimento de saída de casa e permanência na rua, bem como, se essas políticas contemplam a especificidade da infância e adolescência. Por fim, o quinto capítulo traz as considerações finais da pesquisa seguido das referências e da lista de apêndices e anexos.

1. INTRODUÇÃO

Conforme prevê a legislação para a população em situação de rua (BRASIL/2009a), devem ser implementados centros de referência especializados para atendimento da população em situação de rua (Art. 7º, item XII), havendo uma maior articulação entre os profissionais do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) e do Sistema Único de Saúde (SUS). Nesse sentido, a visão dos profissionais que atuam nesses sistemas acerca do sujeito com vivência de rua é fator determinante para a forma como a Política de Assistência à população em situação de rua será implementada nos serviços da rede de atendimento. Dessa forma, a percepção que o profissional da rede SUAS e da rede SUS possui acerca da vivência de rua de crianças e adolescentes, bem como, suas implicações no processo de constituição subjetiva das mesmas é fundamental para compreendermos a visão de sujeito que norteia sua prática profissional e a forma de atuação diante da legislação.

O interesse pela pesquisa advém da atuação profissional da pesquisadora com crianças e adolescentes que estão sob medida de proteção de acolhimento institucional (ECA, Art. 101, inciso VII), pois por meio dessa experiência foi possível observar que a rua exerce na vida de algumas crianças e adolescentes uma função social significativa, na medida em que, neste espaço, elas estabelecem relações importantes que influenciam sobremaneira em seu processo de construção subjetiva-identitária. Sob este aspecto, a vivência de rua parece denunciar a pobreza simbólica do contexto familiar, relacionada à carência de recursos psíquicos das figuras parentais, que falham ao não realizar a função materna e paterna e, conseqüentemente, furtam essas crianças e adolescentes de alguns significantes importantes para a fundação do campo simbólico (BERNARDINO, 2006; ROSA, 1999). No entanto, observou-se também, que, se por um lado, a rua representa um espaço de liberdade e diversão, por outro, expõe essas crianças e adolescentes a várias práticas abusivas e violentas, colocando-as em riscos de abuso sexual, exposição à doenças sexualmente transmissíveis, uso de substâncias tóxicas, agressão de outros jovens e violência policial (RIZZINI, NEUMANN e CISNEROS, 2009).

Salientamos que a expressão “vivência de rua” será abordada neste estudo a partir da percepção de que a rua não é para a criança e o adolescente, um espaço autônomo de sobrevivência em relação ao ambiente familiar ou a outros espaços como a escola, instituição de acolhimento e programas de assistência da rede de atendimento (LUCCIHINI, 2003). Dessa forma, demarcamos a diferença com outros conceitos semelhantes como por exemplo, “criança de rua”, onde embora a criança possa alternar entre a família e a rua, tem sempre a

rua como campo principal (LUCCIHINI, 2003). Portanto, “vivência de rua” neste trabalho se refere a utilização da rua como um dos espaços ocupados pela criança e o adolescente, alternando entre diferentes campos que são equivalentes, sem que um deles cumpra um papel de referência: “a criança está presa entre a influência dos diferentes campos e não pode escolher entre eles” (p.60). Assim, “a criança deixa a rua para voltar pra casa, mas foge de casa para voltar pra rua ou um programa de assistência. Ou ainda, ela foge do programa pra voltar pra casa ou pra rua” (p.60).

Portanto, a vivência de rua representa um grande desafio aos profissionais da rede de proteção social, pois ao mesmo tempo que devem atuar na proteção integral dessas crianças e adolescentes, protegendo-os dos riscos da rua, também devem considerá-la como um dos espaços que encontraram para se constituírem enquanto sujeitos que não tiveram nas figuras parentais o modelo necessário para sua construção subjetiva-identitária.

Sendo assim, algumas estratégias devem ser pensadas de forma que os profissionais consigam atuar dentro deste paradoxo. As políticas públicas voltadas à assistência da população em situação de rua parece ser uma das estratégias de enfrentamento a essa questão, na medida em que algumas delas, como a Política Nacional para a População em Situação de Rua- PNPSR (BRASIL/2009a) preveem ações educativas permanentes para a formação de cultura de respeito, ética e solidariedade entre a população em situação de rua e demais grupos sociais, bem como, a articulação entre o SUAS e o SUS, fundamentais para qualificar a oferta de serviços.

Além da atuação profissional no acolhimento institucional, experiências durante a graduação em Psicologia como extensionista em projetos com crianças e adolescentes em instituições e como bolsista de Iniciação Científica em pesquisas sobre violência contra crianças e adolescentes colocaram a pesquisadora diante de alguns aspectos que envolveram a fragilidade dos laços familiares e despertaram o interesse pela temática.

Nesse sentido, a demanda por conhecer a percepção dos profissionais que atuam na rede de Assistência Social do município de Santa Maria/RS em relação à vivência de rua de crianças e adolescentes surgiu do interesse em compreender como esses profissionais percebem a função da rua na constituição desses sujeitos, pois a partir de suas percepções, a legislação para a população em situação de rua pode se tornar um importante dispositivo para a prática desses profissionais e conseqüentemente para a proteção dessa população.

Optou-se, no entanto, neste momento, em delimitar à pesquisa aos profissionais da Rede SUAS, uma vez que a pesquisa é qualitativa de caráter exploratório (GIL, 2002). A

pesquisa visa conhecer a percepção dos profissionais psicólogos e assistentes sociais, nos três níveis de complexidade da Assistência Social: básica, média e alta acerca da vivência de rua de crianças e adolescentes. Para tal, objetivou-se identificar como esses profissionais percebem a vivência de rua e quais as implicações na constituição psíquica dessas crianças e adolescentes, bem como, investigar de que forma essa percepção influencia no seu fazer profissional. Por fim, objetivou-se também verificar se os profissionais conhecem as políticas de atenção à população em situação de rua e se, em suas percepções, essas políticas contemplam a vivência de rua de crianças e adolescentes.

2. CAPÍTULO 1 – REVISÃO DE LITERATURA

2.1 CONSTITUIÇÃO SUBJETIVA: DESAMPARO X CRIATIVIDADE

Alguns autores (BERNARDINO, 2006; ELIA, 2004; ROSA, 1999) consideram que o sujeito nasce numa completa situação de desamparo, sem condições de prover suas próprias necessidades básicas, permanece à mercê de um outro ser humano que seja capaz de cuidá-lo e atender as exigências vitais de manutenção à vida. No entanto, esse cuidado precisa ser dispensado com afeto, pois é a qualidade do cuidado que vai possibilitar, posteriormente, a construção de vínculos satisfatórios. Conforme aponta Marin (2012, p.197), “o nascimento de um bebê por si só não torna uma mulher mãe, nem o bebê um sujeito”, ou seja, para que o bebê se transforme em sujeito é necessário que seja ofertado a ele, além dos cuidados da puericultura, um lugar na estrutura familiar de onde possa receber as experiências significativas vividas por seus familiares e antecedentes.

Para Refosco (2012) o que possibilita a estruturação de um Eu no sujeito é o interesse do outro nessa relação primordial, pois sem interesse não há como advir um sujeito. Nesse sentido, é fundamental o investimento afetivo na relação de cuidados que o adulto dispensa ao bebê, pois a partir dessa relação será possível a construção de um processo de constituição psíquica e de produção de subjetividade.

No Ensaio intitulado *A dádiva e o outro: sobre o conceito de desamparo no discurso freudiano*, Joel Birman salienta que “a vida, pois, não seria inerente ao vivente, mas algo que seria introduzido pelo outro, pela erogeneização do organismo prematuro e incapaz para a vida” (BIRMAN, 1999, p. 24). Sob esse aspecto, o autor considera que o organismo humano, sozinho, é incapaz de realizar um trabalho de ligação da força pulsional, ele necessita que um outro realize esse trabalho junto a ele a fim de que essa força construa novos destinos e permita a construção da ordem vital, pois se “se a ordem vital já é dada como uma dádiva da natureza, se o circuito pulsional está funcionando desde as origens, se o prazer e a erogeneidade são inerentes à natureza humana, não existiria lugar para o desamparo propriamente dito” (p. 26).

O desamparo na teoria freudiana vai adquirir o status de conceito somente a partir de 1920, pois de 1895 até a virada dos anos 1920, a “palavra” desamparo não possui o sentido que o “conceito” desamparo passa a ter na segunda tópica: “a palavra desamparo no novo contexto não se restringe apenas a um uso adjetivo, como ocorria nos primórdios do discurso

freudiano, assumindo agora também a forma gramatical do substantivo” (BIRMAN, 1999, p.12). Para Birman (1998), o que marca essa diferença é que o conceito de desamparo traduz um sentido que a palavra desamparo não abarca, a saber, a falta de proteção originária para o sujeito, situação inevitável e incurável que só pode ser amenizada na construção de laços sociais. Dessa forma, o “desamparo-palavra” seria uma espécie de situação momentânea, aliviada e curada pela satisfação proporcionada pelo outro, enquanto o “desamparo-conceito” traduzir-se-ia por ser uma situação originária em que o sujeito não poderia se deslocar, sendo obrigado a manejar esse mal-estar no campo político e social. Esse manejo é, pois, tarefa de todo ser humano, e será desempenhado conforme a constituição subjetiva de cada um, que traz, por sua vez, a marca dos registros simbólicos transmitidos pela família. Portanto, para que haja uma constituição subjetiva singular, é necessário que a família transmita os sistemas simbólicos dominantes. Para tal, é fundamental que antes, a família consiga operar as funções materna e paterna, localizando a criança num lugar único, marcado pela condição desejante do outro (ROSA, 2002).

Conforme aponta Bernardino (2006), é pelo discurso familiar que a criança é retirada do registro biológico e inscrita num campo de significações onde receberá todas as particularidades inconscientes a seu respeito. A autora salienta que esse discurso coloca a criança em um lugar particular: “lugar simbólico a partir do qual a criança vai ver o mundo, decifrá-lo e organizá-lo” (p.34). Nesse sentido, o registro simbólico herdado pela narrativa familiar é fundamental para a constituição subjetiva do sujeito, pois é por meio desse registro que o sujeito recebe uma herança que o instala na ordem do pertencimento (FILHOL, 2002).

Savietto (2006) refere que a partir da herança “o sujeito deverá subjetivar-se, isto é, apropriar-se de seu desejo próprio, assumir seu lugar” (p.36), sendo essa herança uma forma de transmissão da vida psíquica que se desdobra, por sua vez, em duas dimensões, uma intrapsíquica e outra intersubjetiva, convergindo ambas para a constituição do sujeito. Sustenta a autora que o material transferido de uma instância à outra no interior do aparelho psíquico corresponde à dimensão intrapsíquica, enquanto que a dimensão intersubjetiva “possui como espaço originário o grupo familiar, que precede o sujeito singular” (p.36). Nesse espaço intersubjetivo a história que antecede a constituição do sujeito já existe, sendo constituída pela fantasia dos pais, suas renúncias e recalcamientos, aguardando sair do imaginário dos genitores para inscrever-se na criança por meio de processos identificatórios.

Essa herança transmitida à criança por meio do discurso familiar associada ao investimento afetivo que os genitores e o grupo familiar dispensam à ela, caracteriza o

substrato das primeiras relações objetais que são fundamentais na construção de futuras relações interpessoais que a criança vai estabelecer no meio social. Sob este aspecto, Albornoz e Nunes (2004) consideram que as relações estabelecidas no mundo externo trazem a marca do investimento libidinal, da função materna e são fundamentais para a construção de uma identidade. Nesse sentido, as primeiras relações objetais que o bebê vivencia com a figura materna representam a matriz de onde o sujeito retira os recursos para investir em relações com o mundo externo.

Winnicott (1988) considera a maternagem uma função primordial para o desenvolvimento de um ego saudável, pois com o apoio do ego da mãe, o bebê vai adquirindo condições de controlar suas angústias e pulsões agressivas, tornando seu ego mais fortalecido para o desenvolvimento de um psiquismo saudável. No entanto, segundo Bowlby (2006) se houver algum nível de privação e a maternagem não for realizada de forma adequada, o desenvolvimento da criança poderá sofrer prejuízo nos âmbitos físico, intelectual, emocional e social. Os efeitos da privação vão depender da idade que a criança sofreu, do tempo ao qual ficou exposta e do grau dessa privação podendo gerar quadros psicopatológicos graves como a psicose e a personalidade anti-social (BOWLBY, 2006; WINNICOTT, 1988).

Portanto, por meio das funções parentais o sujeito recebe as marcas estruturais da historicidade da família. É o grupo familiar que transmite a organização e o funcionamento dos sistemas simbólicos dominantes da classe social e do grupo étnico em que o sujeito está inserido (ROSA, 2002). Nesse sentido, a construção da subjetividade se articula aos laços sociais e o sujeito passa a construir sua identidade entre o individual e o social: “a identidade pessoal é sempre ligada ao cultural, ao laço social, aos valores e crenças que constituem o sujeito e são ao mesmo tempo por ele constituídos” (KEMPER, 2013, p. 109).

Cada função parental possui uma especificidade no campo simbólico do sujeito: “a mãe tem a função de fornecer ao bebê vias de ligação da energia, possui a tarefa de ofertar sentido e significado a um mundo que se apresenta caótico e caracterizado pelo desamparo próprio à ausência de recursos para processar estas intensidades” (REFOSCO, 2012, p. 34). O pai, por sua vez, está associado à internalização de leis acerca do que a criança deve ou não fazer. É uma função que representa a interdição e a restrição referentes ao campo do desejo da criança. Compete ao pai fazer objeção aos impulsos da criança em relação à mãe, lançando-a a outros interesses disponíveis na cultura (NOGUEIRA, 2003). Nesse sentido, a função paterna representa a instância instauradora da Lei de onde se constitui a marca da singularidade de cada um. Essa marca, conforme aponta Do Valle (2003) é constituída a partir

da posição ocupada pelo sujeito frente à castração, ou seja, frente a divisão subjetiva marcada pela passagem pelo Complexo de Édipo.

As funções parentais, portanto, são estruturantes do sujeito e constituem a matriz principal de onde serão retirados os elementos para o investimento nas futuras relações do sujeito com o outro e com o mundo. Por serem relações construídas a partir da “relação-primeira” com as figuras parentais, trazem o registro do cuidado investido naquela relação. Nesse sentido, a relação com o outro é uma experiência constitutiva que se dá no campo intersubjetivo do cuidado, fundamental para a constituição do psiquismo, pois sem ele, a vida do sujeito passa a tangenciar sentidos autodestrutivos (MAIA, 2009). Portanto, as experiências que constituem o sujeito no laço social estão amarradas na forma como as figuras parentais exerceram suas funções. Se tais funções forem realizadas de forma disfuncional, ou seja, fora da dimensão do cuidado, a constituição do sujeito pode ser marcada por experiências que carecem de sentido e significado (ROSA, 2002), causando efeitos disruptivos na subjetividade.

O antropólogo Luiz Eduardo Soares (2004) considera que sem o olhar alheio acolhedor, a identidade do sujeito pode ficar comprometida. O autor utiliza a metáfora do espelho para falar do processo de formação de identidade do sujeito, na qual “a identidade só existe no espelho, e esse espelho é o olhar dos outros, é o reconhecimento dos outros. É a generosidade do olhar do outro que nos devolve nossa própria imagem ungida de valor, envolvida pela aura da significação humana, da qual a única prova é o reconhecimento alheio” (p.137). A invisibilidade começa pela experiência da rejeição, que é, muitas vezes, primeiramente vivenciada dentro de casa nas relações com o grupo familiar e aos poucos vai ganhando maiores proporções pelas experiências de abandono, desprezo e indiferença.

O encontro com o outro sempre terá efeitos *a posteriori* para a constituição do sujeito, porém, quando esse encontro é marcado por vivências de indiferença, o sujeito é jogado para um território que vai ao encontro de sua condição de desamparo (MORAES e MACEDO, 2011). Nesse sentido, embora o sujeito queira sair de uma condição passiva onde sofre os efeitos da indiferença, o movimento realizado por ele lança-o à uma posição cuja matriz é a mesma, ou seja, a do desamparo. Para tais autoras, por *indiferença*, entende-se “uma qualidade de violência imposta à criança por parte do adulto em um tempo primordial de estruturação do psíquico” (p.42). As autoras salientam que a indiferença não significa “o desdém da oferta” do adulto com o outro, mas sim, “uma marca de não reconhecimento

daquilo que é mais próprio da singularidade desse outro: seu existir” (p.43). Na indiferença, portanto, predomina o não reconhecimento da diferença da existência do outro.

Portanto, o papel do outro é sempre determinante na constituição das experiências subjetivas, pois é na relação com o outro que o sujeito constrói um sentido no laço social. Kupermann (2003) considera que a produção de sentido se dá por meio de uma experiência estética que está associada a forma como o sujeito se situa no mundo e situa as coisas em relação à ele, ou seja, o mundo toma sentido para o sujeito pela maneira como ele afeta o mundo e é por ele afetado. Sendo assim, o mundo e o sujeito são constituídos numa mesma relação alicerçada na forma como um é tomado pelo outro. Conforme aponta o autor, o sujeito que atribui sentido as coisas do mundo é um sujeito capaz de realizar processos criativos que promovem uma experiência estética de satisfação e alegria.

Portanto, a forma como o sujeito constrói suas relações no mundo está associada à qualidade das relações vividas na primeira instituição social que encontrou ao nascer: a família. As relações fundadas na família são a matriz de onde o sujeito retira o substrato para construir novas teias relacionais. Dessa forma, a família deverá auxiliar a criança em suas necessidades básicas de alimentação, abrigo e proteção, mas principalmente ser capaz de garantir um ambiente de afeto e segurança (BOWLBY, 2006) a fim de que possam ser edificadas as estruturas a partir das quais, conforme sugere a perspectiva winnicottiana, a criança vai transitar de forma evolutiva dos fenômenos transicionais para o brincar e deste para as experiências culturais.

Seguindo essa perspectiva, Nazar (1999) aponta que só é possível fazer advir um sujeito caso a criança tenha sido desejada, amada e inscrita pela família na ordem simbólica. Para essa autora, o primeiro modo de relação com o amor do Outro, geralmente dos pais, vai ditar os caminhos psíquicos pelos quais o sujeito vai percorrer seu processo de constituição. Ao chegar no período de latência, o sujeito irá reeditar a relação-primeira na escolha de um novo Outro. Assim, o sujeito chega a puberdade com padrões pré-determinados pelas experiências da infância (WINNICOTT, 1988) podendo inclusive carregar marcas de falhas ocorridas em nível edípico ou pré-edípico.

Embora o conceito de Complexo de Édipo acompanhe toda a obra de Freud, não há um artigo específico dedicado a apresentação da teoria edipiana (JORGE e FERREIRA, 2002), cujo termo aparece após 1910. Por ser um dos principais conceitos da teoria freudiana,

o Complexo de Édipo é um tema inesgotável, cabendo aqui algumas alusões gerais a respeito do mesmo¹.

Em um primeiro momento a criança quer ser como o pai, ou seja, o pai é o modelo a ser imitado e o ideal a ser alcançado. A mãe, por sua vez, é o objeto dos instintos libidinosos da criança. Neste momento esses dois polos coexistem sem que um influencie ao outro. Porém, com o desenvolvimento da vida psíquica, eles começam a se aproximar e dessa aproximação ocorre uma confluência que origina o Complexo de Édipo (MARIN, 2010). A criança, percebendo que o pai impede sua chegada até a mãe, se esforça por identificar-se com ele para substituí-lo e ocupar seu lugar junto à mãe. Salienta, pois, a autora, que a identificação desempenha um papel fundamental na pré-história do Complexo de Édipo, “sendo concebida pela psicanálise como a manifestação mais primitiva de um enlace afetivo a outra pessoa” (p.46).

Por outro lado, Mizrahi (2010) em *A vida criativa em Winnicott* desenvolve um contraponto acerca do desamparo como sendo o aspecto central do processo de subjetivação. Para a autora, a obra de Winnicott lança luz sobre uma outra forma de pensar a constituição do sujeito que prescinde do enfrentamento com seu desamparo originário, ou seja, com a falta. Essa nova perspectiva considera que a subjetividade se constitui por um processo constante de autocriação que advém não da falta, mas da presença. Sob esse aspecto a subjetividade estaria muito mais costurada com o laço social, sendo historicamente produzida, do que propriamente voltada aos processos intrapsíquicos ocorridos no início da vida. Nesse sentido, a alteridade deixa de ser aquela instância na qual o sujeito vai se confrontar com o desamparo constitutivo fazendo emergir sua inserção na cultura, para ser a instância que vai possibilitar a construção de um espaço de criação cuja riqueza e variabilidade dos encontros possibilita ao sujeito a expansão de sua capacidade criativa.

Pela abordagem referida acima, outros contextos sociais, além da família, passam a ter relevância fundamental para a subjetividade, desde que, sejam espaços que apontem para uma realidade acolhedora, que venha ao encontro das necessidades do sujeito e possibilite uma vivência autêntica e espontânea. Nesse sentido, tal reflexão sustenta o argumento de que talvez a rua também possa ser um desses espaços, na medida em que relações de amizade são construídas por aqueles que ocupam a rua como um espaço para viver. Para crianças e adolescentes com vivência de rua, nesse local, muitas vezes, são construídos vínculos importantes comparados àqueles do âmbito familiar: “as calçadas são seus leitos; os

¹ Para consulta referente à Complexo de Édipo ver Laplanche (1983) e Freud (1905/1996; 1908/1996; 1916-17/1996).

transeuntes, solicitados constantemente, são os tios e as tias, o que restabelece a rede familiar nesta grande casa que é a rua” (CALLIGARIS, 1999, p.144).

Segundo Mizrahi (2010) as relações de amizade que são marcadas por experiências de prazer compartilhadas denunciam a possibilidade de relações intensas e criativas que podem inaugurar novas formas de vida para o sujeito. A autora aponta para o conceito winnicottiano de *holding* a fim de considerá-lo como o contraponto da vulnerabilidade: “o *holding* proporcionado pela amizade serviria talvez como um importante contraponto face à precariedade e vulnerabilidade experimentadas pelo sujeito na sociedade contemporânea” (p.187). Nesse sentido, as relações de amizade possuem um potencial transgressivo que poderia retirar o sujeito de uma posição passiva frente a falta e ao desamparo, e lança-o em um espaço intersubjetivo de potência criativa. A amizade, portanto, possibilitaria aos sujeitos um outro registro frente à invisibilidade e ao não-reconhecimento frutos de experiências marcadas pela ausência do olhar do outro. Esse novo registro se faz na construção de laços sociais consistentes, que fortalecem o sujeito por meio de um suporte social marcado pela ausência de regras reguladoras.

A amizade, enquanto suporte social, passa a ter uma dimensão política, pois representa a possibilidade de um novo *status quo* para o sujeito, ou seja, é um espaço em que as potencialidades criativas do sujeito podem retirá-lo de uma posição passiva regida pela submissão as regras instituídas pelo sistema de consumo e colocá-lo em outra posição, ativa, regida pela espontaneidade e criatividade. Portanto, haveriam outros espaços fora do âmbito familiar, onde seriam possíveis tecer laços de amizade que serviriam como suporte no processo de construção subjetiva dos sujeitos. Nesse sentido, talvez a vivência de rua aponte para a busca de um desses espaços, pois se a família não estaria oferecendo um ambiente facilitador², a rua pode ser um espaço para que outras relações sejam tecidas e novas experiências contribuam para um viver mais criativo.

Estudos realizados por Soares et.al. (2003) apontam que a vivência de rua de crianças e adolescentes é marcada por uma experiência afetiva, construída por meio de fortes amizades e formação de grupos. Essa experiência traduz a sensação de apoio e proteção que a criança e o adolescente sentem na presença do grupo, como se pode evidenciar na fala de um dos adolescentes que integraram o estudo: “*aqui nós somos unido, se um ganhar uma coisa divide pra todo mundo, porque a metade das pessoas não tem mãe aqui, então a gente sobrevive*

² É o ambiente onde há oferta de condições físicas e psicológicas que favorecem o desenvolvimento da criança (Winnicott, 1956).

como uma família na rua” (F.,15 anos). O vínculo entre eles é formado pelo tempo de convivência nas ruas e pelas experiências difíceis que viveram juntos. Embora muitas amizades já existissem no bairro de origem em período anterior à ida para a rua, as experiências na rua, fortalecem o laço afetivo e contribuem para a sensação de proteção.

Em pesquisa realizada pelos autores citados anteriormente, foram entrevistados 57 adolescentes, entre 12 e 15 anos, que tiveram suas primeiras experiências de vida na rua, acerca do “que a rua tem de bom”? Em resposta a essa questão, 20 consideram boa a experiência na rua devido à liberdade encontrada neste local: *“A gente pode andar pra onde a gente quiser, ir pra qualquer lugar. Essas são as coisas melhor que eu acho. Em casa só vivia preso...”* (E.,15 anos) e *“Muitas vezes na rua você não escuta muitas coisas que você escuta dentro de casa. Não tem jogação na cara (...), em certo ponto você é livre, você pode pensar o que você quiser, pode fazer o que você quiser”* (S.,15 anos). A possibilidade de se divertirem e viverem sem restrições aparece como sendo uma das principais razões para permanecerem na rua.

Para crianças e adolescentes que são oriundos de famílias marcadas pela pobreza, a casa representa um espaço de restrição do consumo, muitas vezes com experiências pouco interessantes, senão violentas. A rua, por outro lado, oferece um leque de possibilidades onde é possível frequentar festas, consumir drogas, namorar e participar do mundo adulto sem que sejam supervisionados por estes. Para Gregori (2000), o gosto pela liberdade da rua é fruto do contexto de instabilidade construído no âmbito familiar, ou seja, devido à ausência de estabilidade no ambiente, a criança e o adolescente não constroem um sentimento de pertencimento em relação ao espaço que deveriam ocupar na família, na comunidade e na escola, tampouco em relação à execução de uma rotina diária.

Por outro lado, quando a permanência na rua se intensifica e passa a ser o local de maior referência para crianças e adolescentes, a liberdade parece não seduzir tanto como no início da experiência e cederia lugar a outra percepção, marcada pelo registro da dor e do sofrimento, aspecto que pode ser observado através do relato de um dos adolescentes participantes do estudo: *“a rua não tem nada de bom para oferecer a gente, mas esse é o único modo da gente sobreviver”* (M.,15 anos) e *“tem gente assim, fazendo violência com as pessoas que fica na rua, e que gosta de esculachar. Às vezes tem nada pra cume na rua tem que ficar com fome o dia todo, é isso...”* (R.,13 anos).

Em estudo realizado por Lucchini (2003) acerca da trajetória da criança em situação de rua, o autor mostra que esse movimento representa o ponto central em relação ao lugar que a

criança vai ocupar na rua. Essa trajetória estaria constituída a partir de cinco etapas, cada uma com suas respectivas especificidades: 1) distanciamento progressivo; 2) rua observada e rua lúdica; 3) rua alternante; 4) rua recusada e 5) saída da rua. Na primeira etapa a criança se aproxima da rua por sequencias sucessivas e vai aos poucos, explorando o ambiente entre sua casa e o centro da cidade. Na segunda etapa, a criança ainda tem uma certa distância da rua que será substituída na terceira etapa quando ela assume a rua como sendo o seu mundo, e nesse momento, ela não reconhece a rua nem como boa, nem como ruim, mas como um espaço ambivalente, onde tem experiências de toda ordem. No entanto, na quarta etapa a criança pode perceber que a rua não responde as suas necessidades e então, partir para a última etapa que é a saída da rua.

Considerando esses aspectos, uma das possibilidades que tem se colocado como possível fator de proteção para crianças e adolescentes que saem de casa e que vivenciam em alguma medida a rua é o acolhimento institucional. Dessa forma, quando o ambiente familiar não é protetivo e expõe a criança ou adolescente à situações de risco que envolvem maus tratos como negligência e violência, algumas medidas de proteção podem ser solicitadas ao Poder Judiciário pelos órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, como os Conselhos Tutelares, a fim de que seja assegurado os direitos previstos pela legislação de proteção integral à criança e ao adolescente (BRASIL, 2010). Estão previstas nove medidas de proteção: I) encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade; II) orientação, apoio e acompanhamento temporários; III) matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; IV) inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente; V) requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial; VI) inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos; VII) acolhimento institucional; VIII) inclusão em programa de acolhimento familiar; IX) colocação em família substituta.

No entanto, no município de Santa Maria/RS o Acolhimento Institucional tem sido uma das medidas de proteção mais utilizadas para crianças e adolescentes com vivência de rua, pois após sofrerem algum tipo de violência na família, essas crianças passam por períodos longos alternando entre a rua e a casa até serem levadas pelo Conselho Tutelar para essas instituições de acolhimento pelo motivo de estarem em situação de rua. Porém, quando a vivência de rua é intensa, tem se identificado que há muita dificuldade de fazer com que tal medida seja efetivada e passe a se configurar como protetiva, pois mesmo estando no

acolhimento institucional, essas crianças e adolescentes continuam buscando a rua como o espaço de referência para suas experiências.

Assim, buscando a rua, essas crianças e adolescentes permanecem à mercê do que a rua lhes oferece, por um lado, estabelecem relações que podem contribuir no processo de constituição subjetiva-identitária, por outro, ficam expostas a vários fatores de riscos que podem gerar vivências traumáticas. Nesse sentido, a rua também pode ser o espaço onde a experiência familiar é revivida, ou seja, mesmo que a saída de casa represente a busca de um ambiente supostamente menos hostil, a criança e o adolescente podem se colocar na mesma posição que a família lhes colocou, ou seja, numa posição de exclusão e invisibilidade.

Isabel Marin (2010) em seu livro *Febem, Família e Identidade - o lugar do Outro* faz um questionamento em relação à possibilidade da instituição poder ou não ser uma alternativa para a criança conquistar sua identidade: “a instituição deve se colocar como substituta total da família, fazendo-se de pai e mãe? Deve procurar famílias substitutas, mesmo quando existem os pais da criança em questão”? Enfim, “como poderão essas crianças se desenvolver, já que privadas da convivência familiar”? (p.40). Essas questões perpassam o cotidiano da equipe técnica do acolhimento institucional onde a pesquisadora deste estudo atua, e sempre que uma criança chega para o acolhimento, o trabalho da equipe volta-se à família a fim de compreender o contexto que culminou em tal medida de proteção (ECA, Art. 101, Inciso VII).

No entanto, há essas questões apontadas, se somam outras que foram as questões disparadoras da presente pesquisa, uma vez que, tem marcado sobremaneira a rotina da pesquisadora no acolhimento institucional, a saber: - Em que sentido o acolhimento institucional se configura como medida de proteção para crianças e adolescentes com vivência de rua? Será essa a medida de proteção adequada para crianças e adolescentes que estão se constituindo sem a referência familiar? Se ambos, rua e acolhimento são espaços onde a criança e o adolescente estão privados da convivência familiar, talvez, a rua ainda seja mais atrativa pela oferta de liberdade e ausência de regras.

A rotina do acolhimento institucional vem sendo marcada pela intensa evasão de crianças e adolescentes com vivência de rua, essa realidade, despertou o interesse da pesquisadora em estudar o tema, pois, são acolhimentos cuja medida de proteção não se efetiva, dificultando que seja feito um trabalho de proteção com a criança e o adolescente. A família quando acessada pela equipe técnica do acolhimento, muitas vezes, relata “não saber mais o que fazer” (sic). Em atendimento psicossocial realizado por esta autora, em momento de intensa angústia acerca da vivência de rua de um de seus filhos a mãe desabafa: “*Eu quero*

saber que gosto tem a rua, dona. O que tem na rua que não tem em casa”? (sic). E complementa: *“Perdi meu filho pra rua, eu sei”* (sic).

Salienta-se que no município de Santa Maria/RS não há uma política pública específica para crianças e adolescentes com vivência de rua, sendo estes, muitas vezes, conduzidos pelo Conselho Tutelar para o Acolhimento Institucional. A experiência de trabalho no acolhimento tem evidenciado que a maioria das crianças e dos adolescentes que chegam para o acolhimento possuem família, porém, pela fragilidade dos vínculos, não permanecem no âmbito familiar e acabam indo pra rua.

Observa-se que quando crianças, adolescentes e adultos passam a ocupar a rua para diversos fins, como moradia e local de trabalho, este contexto é considerado de grande relevância, pois deixa de ser apenas via pública para se configurar em um espaço constituinte da subjetividade humana (FERREIRA, 2001). Enquanto crianças e adolescentes parecem se divertir com a liberdade que encontram na rua, muitas famílias ocupam esse espaço como local de trabalho, onde realizam suas atividades e desenvolvem um modo de vida distinto daquela pertencente ao mercado formal de trabalho.

Gontijo e Medeiros (2008) apontam que muitas crianças e adolescentes que ocupam a rua como espaço de sobrevivência são provenientes de famílias marcadas pelo processo de exclusão social. A saída de casa geralmente é motivada por conflitos com algum familiar e ocorre de forma gradual entre sete e onze anos, quando começam a passar parte do dia nas ruas e retornam para casa à noite. Nessa dinâmica começam a se familiarizar com os lugares e construir uma rede de relações com pessoas fora do âmbito familiar que passam a exercer uma grande influência no comportamento dessas crianças e adolescentes (RIZZINI, NEUMANN e CISNEROS, 2009).

Segundo Broide (2012), a forma como o sujeito estabelece suas relações no território está diretamente relacionada a uma série de mecanismos de controle social que influenciam a constituição dos laços sociais que lhe constituem. O processo de globalização tem sido um desses mecanismos cujo impacto no território das periferias é devastador. Sob este aspecto, o autor salienta que “o processo de globalização é muito forte no cotidiano das periferias. Ele agudiza a situação da pobreza na medida em que desregulamenta as relações de trabalho, dificulta as incorporações das novas tecnologias ao território, diminui a possibilidade de qualificação profissional e empurra a população para o trabalho informal” (p.127).

Nesse sentido, o processo de globalização gerou novas formas de laços sociais que dificultaram uma inscrição social para os sujeitos das periferias urbanas, ou seja, esses

sujeitos carecem de uma marca que lhes dê visibilidade e só conseguem ser inscritos na lógica da exclusão social. Porém, a rua parece lhes devolver a possibilidade de serem vistos e reconhecidos, mesmo que pelo registro da violência. A fragilidade do laço social dificulta que o sujeito se inscreva simbolicamente numa teia de relações significativas que lhe permita se reconhecer como alguém que possui uma constituição singular. Nesse sentido, a exclusão está para além dos aspectos objetivos da pobreza e do desemprego que dificultam o acesso aos bens de consumo, pois se refere também a um processo de desobjetivação que tolhe o sujeito em sua capacidade de reconhecer-se diante da própria condição humana.

A exclusão social, portanto, se desdobra em uma exclusão subjetiva, pois além de colocar o sujeito fora da esfera do consumo, lança-o no registro de uma pobreza psíquica marcada pela carência de recursos subjetivos que lhe possibilite uma inscrição para a construção do laço social. O sujeito passa a ocupar uma posição de duplo-excluído que ora é excluído do consumo, ora da possibilidade de ser reconhecido como um sujeito singular. Kemper (2013) assinala que além da exclusão produzir muitas marcas no sujeito, como insegurança, instabilidade e exposições à situações-limites, também marca um processo de marginalização, definido pela autora como sendo “um processo ativo e reiterado de ataque aos processos de filiação e identificação” (p.110).

Vinãr (2010) refere o processo de exclusão como uma ruptura na ordem simbólica, em que a violência e as situações-limites são impostas pela falta das condições mínimas de humanidade. Na medida em que o sujeito é constituído subjetivamente sem a costura com o laço social, não há “contrato de renúncia pulsional em nome da vida comunitária” (KEMPER, 2013, p. 111), e dessa forma, a ruptura com o laço social pode manifestar-se em atos destrutivos, antissociais e violentos. Por meio da violência o sujeito exige o olhar do outro e passa a ser reconhecido num espaço de visibilidade. A violência, portanto, sob esse aspecto, pode ser considerada como um sintoma gerado pela impossibilidade de ocupar um lugar na ordem social. Para Rosa e Vicentin (2012) a violência é uma forma de expressão do sofrimento humano na relação com o outro, “é mensagem da conflitiva pessoal, familiar e sócio-política-libidinal” (p.48) pois o sujeito é sempre constituído a partir de uma concepção ético-político que se dá numa rede simbólica determinada pelo desejo do outro e recriada a cada relação com o outro.

A partir da compreensão da exclusão social como um processo que se desdobra numa exclusão subjetiva e coloca o sujeito num processo de marginalização, considera-se importante analisar se a vivência de rua pode ser uma possibilidade de construção

identificatória para o sujeito. Dessa forma, a questão que se coloca é, em que medida a rua possibilita uma nova forma de inscrição simbólica e social? Será que as relações estabelecidas na rua por crianças e adolescentes produzem um registro simbólico que lhes permita uma marca singular, uma identidade e uma inscrição social?

A vivência de rua aponta para um contexto multifacetado onde crianças e adolescentes possuem um comportamento marcado por contradições e uma identidade constituída a partir de uma linguagem criada e recriada por meio de múltiplas articulações e interpelações (GRACIANI, 1992). Nesse contexto são criados valores e regras que funcionam dentro desse sistema chamado rua e visam atender as necessidades daqueles que vivenciam a experiência de estarem se constituindo nessa realidade social específica. Segundo a autora, essa identidade se constitui na relação que a criança e o adolescente estabelecem com o grupo, sendo muitas vezes, constituída a partir de um conflito, já que, dentro do grupo, identificam-se com uns e diferenciam-se de outros. As relações são voláteis e poucos constantes, motivadas por interesses momentâneos que denunciam a fragilidade da constituição identitária.

2.2 A REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

“É preciso que as políticas sociais contemplem os excluídos, que se reduzam os efeitos perversos de uma lógica excludente, mas é preciso ainda mais. É preciso que cada um de nós se faça agente destas mudanças no cotidiano de nossas vidas. Para ir adiante, furar a névoa da banalização e do conformismo, estes sujeitos necessitam de pequenos atos tradutores de afetos, de pequenos gestos que resgatem a possibilidade de existir.”

(BASTOS, 2006, p.59)

O século XIX foi um marco no que se refere às mudanças acerca da concepção da infância. A partir deste século, a infância passou a ser considerada como um interesse do Estado e não apenas da família e da Igreja (RIZZINI, 2011). A infância passou a representar a possibilidade da construção de uma nova sociedade, pois a criança, sendo um ser em formação, poderia ser moldada segundo os interesses do Estado. Esse significado social da infância marcou a formação do pensamento social brasileiro na passagem do regime monárquico para o republicano, momento em que o Estado passou a atuar sobre a infância segundo interesses macros, cuja finalidade última seria controlar o futuro do país. Diante do desafio de livrar o país de seu passado colonial, utilizando a infância para este fim, o Estado

passou a investir em uma política jurídico-assistencial à infância “em detrimento de uma política nacional de educação de qualidade, ao acesso de todos” (p.29). Nesse sentido, foram construídos alguns instrumentos jurídicos e assistenciais, como a prevenção, educação, recuperação e repressão, a pretexto de estarem contribuindo para o desenvolvimento da infância e conseqüentemente do país, mas que parecem ter funcionado como mecanismos de controle dessa população atendendo aos interesses do próprio Estado.

A autora citada anteriormente salienta que no início da República foram construídas outras políticas, econômicas e sociais que se somaram à política jurídico-assistencial à infância. Essas políticas foram desenvolvidas para servir aos interesses do Estado, fato que contribuiu sobremaneira à construção da principal identidade do país, a saber, uma intensa desigualdade social. Dessa forma, o significado social da infância brasileira, foi construído no século XIX pelas transformações econômicas que vivia o país.

As políticas assistenciais deram origem a modelos de assistências voltados à proteção das crianças. Porém, a finalidade última dessa proteção continuava sendo a sociedade, ou seja, “proteger a criança dos perigos que pudessem desviá-la do caminho do trabalho e da ordem” (RIZZINI, 2011, p.83). A política de assistência à infância, portanto, teve origem na preocupação com o desenvolvimento econômico do país, voltado ao trabalho e ao progresso e menos pelo interesse das especificidades dessa fase do desenvolvimento humano.

No Brasil, ainda no século XIX, a primeira lei penal do Império estabeleceu a punição para crianças entre nove e quatorze anos, então chamadas de “menores”. O critério utilizado na aplicabilidade da punição era o discernimento da criança, tomando como premissa verdadeira o fato de que crianças dessa faixa etária já estariam na “idade da razão”, tendo condições de discernir entre o certo e o errado. Somente em 1927, com a promulgação do Código de Menores, a noção de discernimento foi erradicada e a infância começou a ser objeto específico de estudo na construção de uma nova legislação (MARCÍLIO, 1998).

O projeto de uma nação próspera que garantisse a ordem e o progresso estava alicerçado, portanto, no cuidado da infância voltado ao controle da criança, de modo que pudesse tornar-se um cidadão trabalhador. Para isso, era necessário que a criança “ficasse contida no seio de uma família capaz de seguir os parâmetros de uma moralidade estabelecida” (RIZZINI, 2011, p.89). Mas o Estado precisava solucionar um problema que poderia colocar em risco seu projeto de nação civilizada. Esse problema era o das crianças órfãs, que por estarem fora do controle familiar, representavam uma ameaça à sociedade e à estabilidade da República.

Portanto, o Estado teria feito alianças com entidades particulares para se fortalecer na tentativa de vencer a hegemonia da Igreja que, até então, representava a instituição soberana cujo poder era utilizado para incitar os indivíduos de camadas mais elevadas a realizarem ações de caridade e doações em dinheiro como gesto de benevolência e salvação. Foi, assim, a partir da segunda metade do século XIX que o Estado assumiu a liderança das ações voltadas aos grupos populares, destituindo a Igreja de sua função filantrópica e inaugurando a laicização da assistência (MARCÍLIO, 1998).

No final do século XIX, o Brasil assistiu ao crescente movimento higienista da infância, cuja ideia era “atuar sobre a família, ensinando-lhe as noções básicas de higiene e saúde – em sentido físico e moral” (RIZZINI, 2011, p. 108). O Estado começou a garantir a laicização da assistência e o médico começou a ocupar o lugar do padre, pois possuía o saber e o poder de curar. Dessa forma, o movimento higienista contribuiu para que a caridade religiosa cedesse lugar às ações da assistência social. A partir desse movimento foi extinta a roda dos expostos no Brasil, inaugurada na época colonial.

A roda dos expostos foi inventada na Europa medieval, mais especificamente na Itália com a finalidade de garantir o anonimato de quem abandonava o bebê e incentivá-los a não deixarem em bosques, lixos e casas de família. No Brasil, durante a época colonial foram criadas três rodas de expostos, em Salvador, Rio de Janeiro e Recife, estas caracterizaram-se por cilindros rotatórios de madeira, divididos ao meio por uma divisória e fixados no muro ou janela da instituição. Ali se colocava o bebê e rodava-se o cilindro até o outro lado do muro, onde puxava-se uma corda com uma sineta para avisar que o bebê acabava de ser abandonado (MARCÍLIO, 1997). Após a independência do Brasil, a assistência aos expostos passou a ser responsabilidade das câmaras municipais colocando aos poucos, essa assistência à serviço do Estado. O fechamento dessas instituições teria também beneficiado o Estado, pois para ele custaria mais manter seu funcionamento do que subsidiar as mães solteiras incentivando-as a ficarem com seus filhos.

Levando em consideração os aspectos históricos, pode-se evidenciar que até os dias atuais houveram importantes conquistas relacionados aos direitos das crianças e adolescentes. Nesse sentido, Théry (2003) analisou o tema dos “direitos da crianças” sob dois paradigmas. Um, no qual a criança é titular de direitos desde o nascimento, porém, necessita de um adulto para assegurá-los, devido estar em um nível de desenvolvimento cujas especificidades não lhe possibilitam ter responsabilidade jurídica diante de seus atos nem autonomia para deliberar sobre eles. Sob esse aspecto a criança deveria ficar à mercê da proteção do adulto. Segundo a

autora, essa foi a lógica que inspirou a Convenção de Genebra, de 1924 e a Declaração dos Direitos da Criança da ONU em 1959. Embora esse primeiro documento não tenha representado uma autoridade legal diante dos direitos da criança ele foi o grande inspirador de alguns projetos internacionais posteriormente desenvolvidos acerca do tema (FONSECA, 2004). A partir desse documento muitos países passaram a reconhecer a criança como alguém que deveria ser protegida, independente de raça, nacionalidade ou crença. No entanto, conforme salienta a autora, nesse documento, o Estado ainda não é o responsável por essa proteção, sendo direcionado aos “homens e mulheres de todas as nações” (p.107) a realização dessa função.

Por outro lado, a autora referida anteriormente pondera que há uma outra visão acerca dos direitos da criança, na qual se critica a proteção da infância sob o argumento de que essa proteção seria uma forma de opressão, estando as crianças sob a dominação do mundo adulto. Portanto, seria imprescindível libertar a criança dessas amarras para que ela pudesse mostrar o que há de mais belo e puro, ou seja, aquilo que somente uma criança poderia ensinar. Essa segunda visão parte do pressuposto de que a criança teria capacidade de discernir entre o certo e o errado, o justo e injusto, colocando em nível de igualdade pessoas que estão em diferentes níveis do desenvolvimento humano.

Nesse sentido, pode-se problematizar que as questões acerca dos direitos da criança teriam sido balizadas a partir do próprio conceito de “criança” pois, se por um lado, a menoridade se referia a uma determinada faixa etária e nível de desenvolvimento específico, por outro, o conceito de menoridade estava diretamente vinculado a uma outra lógica, onde a criança é capaz de exercer seus direitos civis com responsabilidade. Sob esse aspecto, considerar a criança cidadã seria negar-lhe proteção, pois exigiria dela capacidades e comportamentos que estão além do que a sua condição biológica e psíquica comportariam, seria privá-la do próprio direito à infância, pautada pela despreocupação e irresponsabilidade.

Dessa forma, o que Théry (2003) argumenta é que embora os documentos da Convenção possam ter sido inspirados pelo primeiro paradigma, eles dão margem a inúmeras interpretações acerca dos direitos das crianças, justamente porque não consideram as contradições entre esses paradigmas. Sob esse aspecto, a autora afirma: “o debate foi encerrado antes mesmo de começar” (p. 142). De qualquer forma, a mudança advinda a partir da Convenção de Genebra possibilitou um novo olhar sobre a infância, que deixou de ser considerada apenas um projeto de humanidade. Para a autora, o duplo sentido do termo “direito”, ora considerado como direito civil, ora no sentido amplo do termo, gera confusão

acerca da própria questão do que significa para a criança ser um sujeito de direitos. Na medida em que o direito da criança não implica nos deveres da mesma, então quem responde juridicamente são os pais ou seu responsável e sendo assim, o próprio termo “direito” precisaria ser melhor definido.

Conforme aponta Fonseca (2004) o intenso movimento mundial que ocorreu a partir de 1980 acerca do bem-estar da criança gerou vários documentos internacionais acerca do tema dos direitos da criança que culminou na Convenção dos Direitos da Criança das Nações Unidas em 1989. Entre eles destacou-se a Lei do Bem Estar da Criança promulgada em 1987 na Espanha, o Estatuto Africano dos Direitos e Bem-Estar da Criança, também em 1987, o Código Inglês da Criança em 1989, o Código das Pessoas e da Família em Burkina Faso, no mesmo ano de 1989 e no Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990.

No Brasil, os primeiros documentos da legislação sobre os direitos da criança e do adolescente foram produzidos a partir de 1920 quando o Congresso, por meio da Lei Orçamentária 4.242 de 05/01/1921, instituiu as bases para a formulação do Primeiro Código de Menores. Outorgou-se ao Poder Executivo uma autorização para consolidar as leis sobre crianças e adolescentes, então denominadas “menores” a fim de organizar a assistência e a proteção a esse grupo. Dessa forma, em 12 de outubro de 1927, por meio do Decreto 17.943-A, foi instituído o Primeiro Código de Menores do Brasil e da América Latina, tendo sido revogado 52 anos mais tarde com o surgimento do Novo Código de Menores promulgado pela Lei 6.697 de 10/10/1979 (FONSECA, 2004).

O segundo Código de Menores (1979) destinou-se a regulamentar as ações de uma parcela da população que ameaçava a ordem da sociedade, cometendo atos infracionais ou mantendo uma conduta antissocial, como também de crianças e jovens carentes e abandonadas vivendo em situação de rua. O Código de Menores, portanto, surgiu para atuar como um regulador das ações de um grupo com comportamento desviante, que em sua maioria, pertenciam à Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – FUNABEM, Fundação do Bem-Estar do Menor – FEBEM e Fundação Estadual de Educação ao Menor – FEEM. A FUNABEM foi criada em 1964 inaugurando a fase do “Estado do Bem-Estar” sendo posteriormente instaladas as FEBEMs em vários estados brasileiros.

A partir da constituição de 1988 os direitos internacionais da criança proclamados pela ONU nos anos de 1950 começaram a ser inseridos em nossa sociedade. Em 1990 com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e em 1993 com a Lei Orgânica

da Assistência Social – LOAS, finalmente o Estado assumiu a responsabilidade da infância e adolescência, tornando-as sujeitos de direitos (MARCÍLIO, 1997).

Com o advento do ECA, os “menores” passaram a fazer parte de uma população denominada “infância e adolescência”, sendo considerada criança, a pessoa até doze anos de idade incompletos e adolescente entre doze e dezoito anos de idade (ECA, Art. 2º). O conceito de infância ligado à expressão "menoridade" continha em si a ideia de “não ter”, ou seja, ser "menor" significava não ter dezoito anos e, portanto, não ter capacidades, não ter atingido um estágio de plenitude e não ter, inclusive, direitos (VOLPI, 2001). Essa mudança conceitual representou, portanto, uma mudança de paradigma na compreensão da infância e da adolescência, na medida em que a noção de “menoridade” foi substituída pelo reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direitos, e não mais como simples portadores de carências.

Nesse sentido, a Lei 8.069/90 trouxe o aporte legal para a garantia da proteção integral à esse novo grupo onde a mudança da nomenclatura representou a inclusão de uma nova perspectiva em que a família, o Estado e a sociedade passaram a se responsabilizar pela criação das condições necessárias ao cumprimento de seus direitos, considerado que estão em situação de desenvolvimento físico, intelectual, afetivo, social e cultural. Segundo Minayo (2005), a proteção integral “designa um sistema em que crianças e adolescentes, até 18 anos, são considerados titulares de interesses subordinados, frente à família, à sociedade e ao Estado” (p.15). Esse sistema, segundo a autora, corresponde a um conjunto de princípios sintetizados no artigo 227 da Constituição Federal, sendo “dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à cultura, à profissionalização, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (BRASIL, 1988). Dessa forma, o Estado passou a reconhecer como seu dever e responsabilidade toda criança e adolescente até 18 anos, indistintamente, e não apenas àquelas em “situação irregular” conforme previa o antigo Código de Menores.

A promulgação do ECA representou, portanto, um grande avanço em termos legislativos nas questões que se refere à infância e à adolescência em nosso país. A partir da Lei 8.069/90, vários aspectos relevantes do desenvolvimento infantil passaram a nortear a política de proteção à infância, pois o direito da criança passou a ser compreendido a partir do reconhecimento de que a infância e à adolescência são momentos do desenvolvimento

humano carregados de singularidades e que a família, a sociedade e o Estado devem zelar por ela.

O ECA passou a ser uma importante ferramenta utilizada pelo Sistema de Garantia de Direitos – SGD para que crianças e adolescentes no Brasil pudessem ter seus direitos assegurados. O SGD está estruturado por meio de segmentos que possuem atribuições e competências específicas, entre eles, a Justiça, o Ministério Público, a Defensoria Pública, os Conselhos Tutelares e a Segurança Pública (MOTTI, 2009). O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente também compõem o SGD na medida em que é a instância responsável por “estabelecer todas as diretrizes para o adequado atendimento aos direitos da criança no município” (p. 34). É nessa instância que são pensadas todas as políticas públicas para a infância a partir do qual o município irá se orientar.

A partir da IV Conferência Nacional de Assistência Social realizada em Brasília/DF, em dezembro de 2003 foi deliberada a construção e implementação do Sistema Único da Assistência Social. Esse Sistema foi construído para atender ao requisito da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (1993) e dar maior efetividade à assistência social enquanto política pública (BRASIL, 2004). A partir da LOAS criou-se uma nova matriz para a política de assistência social no Brasil, inserindo-a no campo da Seguridade Social juntamente com a Saúde e a Previdência Social. Essa inserção no campo da Seguridade Social traduziu o caráter de proteção social da política de assistência social, que por sua vez, deve garantir a segurança de sobrevivência, acolhida e vivência familiar (BRASIL, 2004).

A segurança de sobrevivência inclui a garantia de que todos tenham algum recurso financeiro para sua sobrevivência, independente das limitações para o trabalho. Sendo assim, pessoas com deficiência, idosos e desempregados devem ser assistidos economicamente para que tenham condições mínimas para uma vida digna. Já a segurança de acolhida está relacionada as necessidades humanas de alimentação, vestuário e abrigo. Quando os sujeitos não conseguem prover essas necessidades por falta de autonomia, restrição física ou mental ou pela faixa etária que se encontram (crianças e idosos), então considera-se que a situação demanda acolhida e o Estado deve garantir a esses sujeitos a provisão dessas necessidades. A rede de acolhida deve oferecer condições para que as pessoas possam repousar e restabelecer-se. Por meio de acompanhamento profissional devem trabalhar de modo articulado com os demais serviços da rede, visando ao resgate de vínculos familiares e comunitários.

Por fim, a segurança da vivência familiar supõe a não aceitação de situações de reclusão e de perda das relações, uma vez que, é nas relações que o sujeito constrói sua

identidade e reconhece sua subjetividade (BRASIL, 2004). Para garantir que esses três tipos de seguranças sejam efetivadas, a proteção social foi organizada segundo critérios de complexidade, sendo dividida em dois grandes blocos: proteção social básica e proteção social especial de média e alta complexidade.

Os serviços da Proteção Social Básica do SUAS são realizados pelos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS. Esses Centros representam a principal porta de entrada do SUAS e são responsáveis pela organização de serviços em áreas de vulnerabilidade e risco social. A principal finalidade dos CRAS é fortalecer os vínculos familiares e comunitários de forma preventiva e protetiva. Para isso, devem realizar a Gestão da Proteção Social Básica no Território e ofertar o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) (BRASIL, 2009b).

Compete à Gestão da Proteção Social Básica a articulação da rede socioassistencial de proteção social básica, a promoção da articulação intersetorial e a busca ativa. A finalidade da articulação da rede socioassistencial é viabilizar o acesso efetivo da população aos serviços, benefícios e projetos de assistência social. A promoção da articulação intersetorial visa a melhor comunicação entre as políticas públicas de assistência social e as políticas dos demais setores da rede, de forma que as famílias possam ter acesso aos demais serviços da rede. Já pela busca ativa é possível levantar informações sobre o território, considerando suas vulnerabilidades e potencialidades, visando o planejamento das ações preventivas que a população necessita.

Os serviços da Proteção Social de média complexidade do SUAS são realizados pelos Centros de Referência Especializados da Assistência Social – CREAS e estão voltados aos indivíduos que tiveram seus direitos violados mas permanecem com vínculos familiares e comunitários. A média complexidade “difere-se da proteção básica por se tratar de um atendimento dirigido às situações de violação de direitos” (BRASIL, 2004, p. 32). Os CREAS operam a referência e a contra-referência com a rede de serviços socioassistenciais da proteção social básica e especial, com as demais políticas públicas e instituições que compõem o Sistema de Garantia de Direitos (BRASIL, 2009b).

A média complexidade compreende os serviços de Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos (PAEFI); Serviço Especializado em Abordagem Social; Serviço de Proteção Social à adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida - LA e de Prestação de Serviço à Comunidade – PSC; Serviço de

Proteção Social para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias e o Serviço Especializado para pessoas em situação de rua (BRASIL, 2009b).

O Serviço Especializado em Abordagem Social é o serviço da média complexidade voltado à assistência das pessoas em situação de rua e possui sete eixos norteadores, quais sejam: proteção social ativa que se “caracteriza pela presença, continuada e ativa de profissionais nos espaços públicos, para identificar e conhecer as reais demandas e necessidades das pessoas e famílias em situação de risco pessoal e social nos espaços públicos” (BRASIL, 2013, p.10); ética e respeito à dignidade, diversidade e não discriminação; acesso à direitos socioassistenciais e construção de autônima; construção gradativa de vínculos de confiança com os sujeitos, a rede e o território; respeito à singularidade e autonomia na reconstrução de trajetórias de vida; relação com a cidade e a realidade do território; e por fim, o trabalho em rede “que pressupõe articulações e inter-relações entre instituições, serviços e atores implicados na promoção, proteção e defesa de direitos em um determinado território, com o compartilhamento de objetivos e propósitos comuns (BRASIL, 2013, p. 14).

Os profissionais que atuam no serviço de abordagem social devem visar a efetividade dos eixos norteadores a fim de que o serviço tenha uma maior resolutividade para a população em situação de rua. Compete a esses profissionais o conhecimento do território por meio de “olhares apurados e aproximações contínuas” com a “necessária sensibilidade e compreensão das dinâmicas e contradições inerentes a cada território” (BRASIL, 2013, p. 24). Faz-se necessário que os profissionais atuem visando a informação, comunicação e defesa de direitos por meio de procedimentos técnicos que promovam o entendimento acerca dos direitos individuais e sociais que os sujeitos podem acessar na rede socioassistencial e nas diversas políticas públicas do território. Também inclui na atuação desses profissionais a orientação e encaminhamento para a rede de serviços locais, bem como, a articulação interinstitucional com os órgãos do Sistema de Garantia de Direitos e a articulação da rede de serviços socioassistenciais com os demais serviços de políticas públicas setoriais.

Na alta complexidade os serviços devem garantir a proteção integral para famílias e indivíduos que estão sem referência ou em situação de ameaça e que necessitam sair do núcleo familiar ou comunitário. Esses serviços devem garantir a moradia, a higiene e alimentação (BRASIL, 2004). Compõem a rede da alta complexidade da proteção social especial o Serviço de Acolhimento Institucional; Serviço de Acolhimento em Repúblicas;

Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora e o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências (BRASIL, 2009b).

Conforme aponta Janczura (2008) o ECA universalizou as medidas de proteção para toda a população infanto-juvenil, inaugurando uma política de atendimento em forma de rede, onde os direitos passaram a ser assegurados por meio da articulação entre ações governamentais e não governamentais. Segundo a autora quando uma criança ou adolescente necessita do acolhimento é porque a família não conseguiu garantir os direitos que são fundamentais para o seu desenvolvimento. No entanto, Janczura (2008) considera que também o Estado não atuou de forma eficaz por meio de políticas públicas e sociais para garantir à proteção social da família. Nesse sentido, o acolhimento denuncia um desamparo que ultrapassa o âmbito familiar ao mostrar que o Estado também é responsável pela ausência de um planejamento político-social capaz de assegurar os direitos à família.

Uma família que não é vista pelo Estado permanece à mercê de sua fragilidade, exposta aos riscos de ordem econômica, afetiva e social, dificultando ou mesmo impedindo o cumprimento de seu papel protetivo. Esses riscos podem gerar situações de abandono, violência, uso e abuso de substâncias psicoativas, trabalho infantil, situação de rua, entre outras (BRASIL, 2004). Em relação à situação de rua, o governo federal elaborou uma política específica para atender à especificidade dessa população. O Decreto Nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009 tem a finalidade de criar meios de articulação entre o SUAS e o SUS (Art. 7º, item X), delegando à proteção social especial de média complexidade a implementação de centros de referência especializados para o atendimento da população em situação de rua.

2.3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

No Brasil estima-se um contingente de 50 mil pessoas em situação de rua. Na Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua, realizada pelo MDS entre 2007 e 2008, foram pesquisados 71 municípios com mais de 300.000 habitantes, totalizando 49.081 pessoas em situação de rua. A base de dados utilizada para esta seleção foi o DATASUS do ano de 2004. A pesquisa foi realizada a partir de oficinas com técnicos do MDS e do Instituto Meta de Pesquisa de opinião (empresa selecionada por meio de licitação pública), representantes de secretarias municipais de assistência social, representantes do CONGEMAS e do FONSEAS,

além de representantes dos movimentos sociais que atuam em defesa dos direitos da população em situação de rua.

Segundo os resultados da pesquisa, 82% dessa população são do sexo masculino, 53% tem idade entre 25 e 44 anos, 74% são alfabetizados, 67% são da raça negra, 70% exerce alguma atividade remunerada entre R\$ 20,00 e R\$ 80,00 semanais. As principais atividades são: catador de materiais recicláveis (27,5%), flanelinha (14,1%), construção civil (6,3%), limpeza (4,2%) e carregador/estivador (3,1%). Pedem dinheiro como principal meio para a sobrevivência apenas 15,7% das pessoas. A pesquisa revelou que são várias as razões pelas quais as pessoas estão em situação de rua, entre elas, destaca-se o abuso de substâncias psicoativas com 35,5%, seguido de desemprego com 29,8%, conflitos familiares com 29,1%, perda da moradia com 20,4% e decepção amorosa com 16,1%. Cerca de 69,6% da população pesquisada dorme na rua e 22,1% dorme em instituições de acolhimento, os 8,3% restantes alternam entre a rua e o acolhimento (Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, 2008).

Os resultados da pesquisa referenciada anteriormente salientam que grande parte dos entrevistados apresentou histórico de internação em instituições. 28,1% afirmaram ter passado por casa de recuperação de dependentes químicos, 27% estiveram em algum abrigo institucional, 17% passaram por alguma casa de detenção, 16,7% fizeram tratamento psiquiátrico e 0,7% estão incluídos em todos esses casos. Em relação aos vínculos familiares das pessoas em situação de rua identificou-se que 51,9% dos entrevistados possuem algum parente residente na cidade onde se encontram. Porém, 38,9% não mantêm contato com eles e 14,5% mantêm contato em períodos de dois em dois meses até um ano. Os contatos são mais frequentes (diários, semanais ou mensais) em 34,3% dos entrevistados sendo que 39,2% consideram como bom o relacionamento que mantém com os parentes que vivem na mesma cidade; enquanto 29,3% consideram este relacionamento ruim ou péssimo.

Ocupam o território da rua como local de sobrevivência os imigrantes e egressos dos sistemas penitenciário e psiquiátrico. Há também os denominados “trecheiros” que são pessoas que transitam a pé de uma cidade a outra ou de carona. No âmbito do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, utiliza-se a seguinte definição para população em situação de rua: “grupo populacional heterogêneo, caracterizado por sua condição de pobreza extrema, pela interrupção ou fragilidade dos vínculos familiares e pela falta de moradia convencional regular. São pessoas compelidas a habitar logradouros públicos, tais como, ruas, praças, cemitérios, jardins, marquises e viadutos, e também áreas degradadas como por

exemplo, galpões, prédios abandonados, ruínas e carcaças de veículos como espaços de moradia temporária ou permanente. Ocasionalmente também utilizam abrigos e albergues para pernoite ou moradia provisória” (BRASIL, 2008).

Em 2009 foi instituída a Política Nacional para a População em Situação de Rua pelo Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Consideramos que os princípios e diretrizes dessa Política precisam estar alinhados à Política Nacional de Assistência Social que por sua especificidade atende ou deveria atender a essa clientela considerando sempre que ao se tratar de temas dessa complexidade a intersectorialidade deve se fazer presente em especial a saúde e a educação.

Outros documentos regulamentam a Atenção à População em Situação de Rua no âmbito do SUAS. A tabela abaixo apresenta as principais normativas acerca do atendimento a esse público.

Tabela 1 – As principais normativas que regem a Atenção à População em Situação de Rua no âmbito do SUAS.

Lei nº 11.258 de 2005.
Decreto s/n de 25 de outubro de 2006.
Portaria MDS nº 381 de 12 de dezembro de 2006.
Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS nº 109 de 11 de novembro de 2009.
Tipificação Nacional de Serviços Assistenciais, 2009.
Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009.
Portaria nº 843 de 28 de dezembro de 2010.
Instrução Operacional conjunta Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS e Secretaria Nacional de Renda e Cidadania - SENARC nº 07, de 22 de novembro de 2010.
Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS nº 06 de 14 de março de 2012.
Resolução da Comissão Intergestores Tripartite - CIT nº 06 de 12 de abril de 2013.

A Lei nº 11.258 de 2005 inclui, no parágrafo único do Artigo 23 da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, a prerrogativa de que, na organização dos serviços da Assistência Social, deverão ser criados programas destinados às pessoas em situação de rua.

Pelo Decreto s/nº, de 25 de outubro de 2006 ficou instituído o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), coordenado pelo MDS, a fim de elaborar estudos e apresentar propostas de políticas públicas para a inclusão social da população em situação de rua. A Portaria MDS nº 381, de 12 de dezembro de 2006 do MDS assegurou recursos do cofinanciamento federal para municípios com mais de 300.000 habitantes com população em situação de rua, visando apoio à oferta de serviços de acolhimento destinados a este público. Por meio da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais ficou tipificado os serviços socioassistenciais em âmbito nacional, dentre os quais os serviços destinados ao atendimento à População em Situação de Rua na Proteção Social Especial – PSE:

Serviço Especializado em Abordagem Social;

Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua;

Serviço de Acolhimento Institucional (para adultos e famílias em situação de rua) e

Serviço de Acolhimento em República (para adultos em processo de saída das ruas).

O Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009 instituiu a Política Nacional para a População em Situação de Rua e o seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento.

A Instrução Operacional conjunta Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) e Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (SENARC) nº 07, de 22 de novembro de 2010 reúne orientações aos municípios e Distrito Federal para a inclusão de Pessoas em Situação de Rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CADUNICO).

A Resolução da Comissão Intergestores Tripartite (CIT) nº 7, de 07 de junho de 2010 pactuou critérios de partilha de recursos do cofinanciamento federal para a Expansão dos Serviços Socioassistenciais 2010, com recursos advindos do Plano Integrado de Enfrentamento ao *crack* e outras Drogas (Decreto 7.179, de 20 de maio de 2010).

A Portaria nº 843, de 28 de dezembro de 2010 dispõe sobre o cofinanciamento federal, por meio do Piso Fixo de Média Complexidade, dos serviços socioassistenciais ofertados pelos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) e pelos Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua. A Resolução do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) nº 06, de 14 de março de 2012 aprova os critérios para expansão qualificada do cofinanciamento federal e o reordenamento dos serviços socioassistenciais de Proteção Social Especial.

A Resolução da Comissão Intergestores Tripartite nº 6, de 12 de abril de 2013 dispõe sobre critérios de elegibilidade e partilha dos recursos do cofinanciamento federal para a expansão qualificada do ano de 2013 dos Serviços Socioassistenciais de Proteção Social Especial, para o Serviço Especializado em Abordagem Social, Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua; para o Reordenamento dos Serviços de Acolhimento Institucional e para os Serviços de Acolhimento em República para Pessoas em Situação de Rua.

Na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e no Decreto nº 7.053/2009 são previstos unidades de natureza pública e estatal referenciados à Proteção Social Especial de Média Complexidade a fim de atender à especificidade da População em Situação de Rua. Essas unidades constituem os Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centros-POP), que, diferentemente do CREAS, volta-se, especificamente, para o atendimento especializado à população em situação de rua, devendo ofertar, obrigatoriamente, o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

2.3.1 Os Centros de Referência Especializados para população em situação de rua: centros-POP

O Centro-POP é uma unidade pública e estatal, de referência e atendimento especializado à população adulta em situação de rua, no âmbito da Proteção Social Especial de Média Complexidade do SUAS. O Centro-POP deve ofertar o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua a fim de intensificar relações de solidariedade, afetividade e respeito. Para tal, deve proporcionar vivências para o alcance da autonomia e da participação social em um espaço de referência para o convívio grupal e social. O Centro-POP também pode oferecer o Serviço Especializado em Abordagem Social, conforme avaliação e planejamento do órgão gestor local.

A Unidade deve funcionar, no mínimo 5 dias por semana, durante 8 horas diárias, assegurando uma capacidade de atendimento mensal para até 80 famílias/indivíduos. É previsto uma equipe de referência composta por um coordenador; dois Assistentes Sociais; dois Psicólogos; um técnico de nível superior que pode ser graduado em Terapia Ocupacional, Pedagogia, Sociologia, Direito, Antropologia ou Arte-educação; quatro profissionais de nível médio ou superior para a realização da abordagem social, desenvolvimento de oficinas socioeducativas, entre outras atividades e dois auxiliares administrativos. Nas Unidades que oferecem alimentação, deve-se prever o acréscimo de cozinheiro e nutricionista.

Todos os profissionais que compõe a equipe dos Centros-POP devem estar atualizados em relação às legislações e normativas vigentes na área da Assistência Social, Direitos Humanos, Política Nacional para População em Situação de Rua e Programas de Transferência de Renda, bem como, devem realizar ações de educação permanente e capacitação acerca dos temas de direitos e cidadania; relações familiares e violência intrafamiliar; trabalho social com famílias em situação de risco pessoal e social; trabalho em rede; coordenação de grupos; busca ativa e metodologias para abordagem social; organização e atendimento nos Serviços de Acolhimento para Pessoas em Situação de Rua; pobreza e exclusão social; violência urbana; diversidade étnico-racial; gênero e orientação sexual; trabalho, geração de renda e inclusão social; segurança alimentar e nutricional; saúde; álcool e outras drogas; arte, cultura e lazer; gestão do trabalho, entre outros.

Salienta-se que no município onde a presente pesquisa foi realizada, ainda não foram implementados os Centros- POP, portanto, não há oferta de serviço especializado às pessoas em situação de rua. O serviço especializado em abordagem social ofertado pelos CREAS também ainda não foi efetivado. Nesse sentido, a população em situação de rua do município permanece desamparada e alheia à garantia de seus direitos constitucionais.

3. CAPÍTULO 2 – PERCURSO METODOLÓGICO

3.1 DELINEAMENTO

Com o intuito de atingir os objetivos propostos, foi realizado um estudo qualitativo de caráter exploratório, sendo este um método que possibilita conhecer as percepções, opiniões e interpretações dos sujeitos acerca do tema investigado (GIL, 2002; MINAYO, 2013). Nesta pesquisa o interesse foi conhecer a forma como os profissionais que atuam na rede de assistência social compreendem a vivência de rua de crianças e adolescentes e como percebem a relação dessa vivência com as políticas públicas de assistência à população em situação de rua.

Considerou-se esse tipo de investigação adequada pois abarca o sentido dado pela subjetividade que é o que caracteriza os fenômenos e processos sociais (MINAYO, 1999). Nesse sentido, a pesquisa esteve relacionada à investigação de um nível de realidade que não pode ser quantificado pois diz respeito a uma realidade construída por meio de significados e valores no universo das relações humanas. Para Turato (2003), compreender os “significados” que as pessoas atribuem a determinados fenômenos é compreender o que estes fenômenos representam para elas. Nesse sentido, entende-se que compreender os significados atribuídos pelos profissionais da rede de assistência social acerca da vivência de rua de crianças e adolescentes é de suma importância para que algumas políticas públicas de assistência à população em situação de rua, tal como, a Política Nacional para População em Situação de Rua possam se constituir em um importante instrumento de proteção social, pois os profissionais são os operadores das políticas públicas.

3.2 PARTICIPANTES E LOCAL DA PESQUISA

Integraram este estudo um total de nove profissionais, entre eles psicólogos e assistentes sociais que atuam no Sistema Único da Assistência Social nos três níveis de complexidade, a saber: proteção social básica, média e alta, no município de Santa Maria/RS. A pesquisa foi realizada em um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), em dois Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS) e em duas unidades de Acolhimento Institucional conforme a tabela a seguir.

Tabela 2 – Distribuição dos locais com o número de participantes da pesquisa.

Serviços	Psicólogo	Ass. Social
CRAS A	1	1
CREAS A	1	1
CREAS B	1	
Acolhimento Institucional A	1	1
Acolhimento Institucional B		1
Total de participantes	8	

Fonte: Dados da Pesquisa.

Tabela 3 – Descrição dos participantes da pesquisa.

Nome	Idade	Tempo de atuação no local	Tempo de formação
P.1	41	6 meses	13 anos
P.2	28	4 meses	2 anos e 6 meses
P.3	27	3 anos	6 anos
P.4	27	4 anos	4 anos
P.5	27	45 dias	2 anos
P.6	30	5 anos	5 anos
P.7	28	4 meses	6 anos
P.8	40	7 anos	7 anos

Fonte: Dados da Pesquisa.

3.3 PROCEDIMENTOS DA COLETA

Foram realizadas entrevistas semi-dirigidas de questões abertas, pois conforme aponta Turato (2003), a entrevista semi-dirigida caracteriza-se por um encontro interpessoal entre entrevistador e entrevistado, no qual os papéis de cada um dos integrantes ficam bem definidos, no sentido de que o entrevistador é o responsável pelo encontro e o entrevistado é um convidado a expressar suas opiniões acerca de determinado fenômeno. Dessa forma, houve uma troca dinâmica de direção, ora dada pelo entrevistador ora pelo entrevistado, o que facilitou a coleta de informações baseada no discurso livre do entrevistado através da introdução de tópicos pelo entrevistador. Atendendo as considerações de Richardson (2010), no início da entrevista o entrevistador preocupou-se em criar um ambiente de cordialidade,

explicando o objetivo e a natureza da pesquisa relatando o motivo do entrevistado ter sido escolhido.

Gaskell (2005) entende que o emprego da entrevista em pesquisa qualitativa auxilia a explorar em profundidade os pontos de vista dos entrevistados, pois constitui-se em uma técnica que possibilita “uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações em relação aos comportamentos dos indivíduos em contextos sociais específicos” (p.65). As entrevistas foram conduzidas a partir de três eixos principais estabelecidos de acordo com a problemática de interesse, de modo a contemplar os objetivos do estudo. São eles: 1) vivência de rua e relações familiares; 2) vivência de rua e subjetividade e 3) vivência de rua e políticas públicas de proteção social para pessoas em situação de rua.

O autor anteriormente referenciado salienta que embora o conteúdo mais amplo da entrevista seja estruturado pelas questões dos eixos-guias, a ideia não é fazer um conjunto de perguntas padronizadas ou esperar que o entrevistado as responda traduzindo seus pensamentos em categorias específicas de resposta. Ao contrário, as questões apresentadas devem ser um convite para que o entrevistado reflita e se expresse com suas próprias palavras sobre o tema em questão.

3.4 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas na íntegra e a análise dos dados foi obtida a partir dessa transcrição. A análise foi qualitativa, onde utilizou-se a análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), a qual se caracteriza por um conjunto de instrumentos metodológicos que se aplicam aos discursos, analisando as comunicações, decompondo-as e elencando categorias. O procedimento de análise dos dados foi realizado num primeiro momento analisando em profundidade cada entrevista individualmente, procurando identificar os aspectos mais relevantes sobre o tema e, num segundo momento, foram analisadas o conjunto do material resultante das entrevistas, momento no qual, as categorias emergiram, considerado os aspectos que tiveram maior força discursiva por sua repetição, sentimentos associados e frequência.

Segundo Bardin (2011) não há uma maneira única de analisar os conteúdos provenientes de uma pesquisa. Nesta pesquisa a análise das informações coletadas se deu a partir da Análise de Conteúdo Temática, que tem por conceito central o tema. “O tema é a

unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo certos critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura” (p.135).

A análise de conteúdo organizou-se em três momentos, a saber, a) pré-análise, b) análise e c) interpretação. Na pré-análise ocorreu a sistematização das ideias e a elaboração de um esquema para o desenvolvimento da pesquisa. O contato inicial com o material possibilitou conhecer a estrutura da narrativa e ter as primeiras impressões para após fazer a escolha do material a ser analisado, com vistas a atender os objetivos da pesquisa. A partir dessa escolha, houve a formulação de algumas hipóteses e a elaboração de alguns indicadores que permitiram a realização dos passos seguintes. Num segundo momento, ocorreu a análise propriamente dita, que foi a fase mais longa da pesquisa, quando foi necessário decompor o material em temas-eixo para categorizar as informações do material (RICHARDSON, 2010). Sob este aspecto ver tabela 4.

Por fim, chegou-se a interpretação dos resultados a partir do referencial teórico que permitiu a construção da pesquisa. Nesse momento, portanto, o foi elaborado um constructo teórico a partir da criatividade do pesquisador, que corresponde a sua “experiência reflexiva, a sua capacidade pessoal de análise e de síntese teórica, a sua memória intelectual, a seu nível de comprometimento com o objeto, a sua capacidade de exposição lógica e a seus interesses” (MINAYO, 2013, pág. 45).

A seguir, será apresentado um quadro acerca da percepção dos profissionais sobre a saída de casa e a vida nas ruas. Esse quadro mostra os principais aspectos desses dois momentos da vivência de rua e a seguir são apresentadas as falas que correspondem a esses aspectos.

Quadro 1 – A descrição das características dos temas-eixo.

(Continua...)

Participantes	A saída de casa	A vida nas rua
P.1	<ul style="list-style-type: none"> - Quebra de vínculos familiares; - Desorganização da família; - Violência na família. 	<ul style="list-style-type: none"> - Liberdade; - Busca daquilo que não tiveram em casa: relações afetivas, segurança, aceitação, valorização (obs.: buscam mas não encontram, o que encontram é violência e exploração); - Formação de grupos para encontrar uma identidade; no grupo buscam troca, parceria e afeto.
P.2	<ul style="list-style-type: none"> - Contexto familiar fragilizado; - Laços familiares rompidos; - Pobreza 	<ul style="list-style-type: none"> - Estão buscando afeto, acompanhamento e a referência familiar que não tiveram, mas acabam indo pra outros rumos: consumo de álcool e drogas. - Pobreza, buscam uma renda informal;
P.3	<ul style="list-style-type: none"> - Fragilização dos vínculos familiares; - Falta de afeto e carinho; - Falta de estrutura familiar. 	<ul style="list-style-type: none"> - Liberdade e diversão

(Conclusão.)

Participantes	A saída de casa	A vida nas rua
P.4	- Não aceitação de regras, limites e normas da família.	- Liberdade; - Diversão: na rua dá pra fazer tudo o que querem; - Formam grupos mas se envolvem em drogas, violência, tráfico, agressão, roubo, etc.
P.5	- Conflito familiar; - Uso de álcool e outras drogas pelos responsáveis;	- A rua não soluciona o problema que tinham em casa; - Ficam na rua porque não tem outra alternativa; - Permanecem na rua tentando encontrar alguém que ajude.
P.6	- Ausência de cuidado na família - Violência na família.	- Algumas pessoas na rua são importantes, dão esse olhar que não tinham na família.
P.7	- Conflitos familiares; - Uso e abuso de drogas por algum membro da família; - Família monoparental; - Transtorno mental grave de algum integrante da família; - Divórcio; - Abuso sexual; - Morte do pai ou da mãe.	- Formam grupos e protegem um ao outro; - O grupo se une, conseguem comida; estabelecem amizades e vínculos de cuidado; podem até namorar e constituir uma família.
P.8	- Violência intrafamiliar; - Uso de drogas; - trabalho infantil; - Novos modelos familiares;	- Amizade; - Liberdade; - Esmolas (dinheiro).

Fonte: Dados da Pesquisa.

3.4.1 A percepção dos participantes: quando surgem as categorias

Tabela 4 – Tema-eixo 1 – A saída de casa.

(Continua...)

Tema-eixo 1 – A saída de casa

Saem de casa devido à fragilização dos vínculos familiares:

[...] “algo aconteceu ali dentro daquela família nos laços, nos relacionamentos e eles vão em busca né, da sua, eu não diria tanto da sua existência, mas assim, de se encontrar, de buscar, assim né, a sua subjetividade.” [...] (P.1)

[...] “eles acabam indo pra rua tentando encontrar algo que não tiveram na família com laços rompidos né, com uma família fragilizada em seu contexto.” [...] (P.2)

[...] “o contexto familiar de alguma forma ajuda que eles vão pra rua né? Às vezes dá um conflito com a família, o que eles acham é ir pra rua que seria a solução e na verdade não é (...) na rua se encontra várias outras coisas que não solucionaria o problema da família. É que na verdade se tu tá com algum problema na família tu tem que resolver na família, né?” [...] (P.5)

Fonte: Dados da Pesquisa.

Tema-eixo 1 – A saída de casa

[...] “eu acho que a maioria das crianças, pelo o que eu acompanho aqui no serviço, que tem essa vivência de rua ou que estão institucionalizadas, é porque não tem esse reconhecimento da família.” [...] (P.6)

[...] “eu acho que é pela questão das vivências mesmo deles na família que são muitas vezes traumáticas.” [...] (P.3)

[...] “alguma coisa que acontece bem no núcleo familiar, que faz com que essas crianças acabem utilizando a rua como um refúgio, como uma alternativa, como uma estratégia de sair daquele núcleo familiar.” [...] (P.8)

[...] “não tinha nenhum dos familiares que tivesse uma afetividade forte com as crianças que pudesse segurar elas, né? Aí vem essa desestrutura.” [...] (P.8)

Motivos da conflitiva familiar que levam à fragilização dos vínculos:

1. Violência intrafamiliar:

[...] “a vivência de um abuso pelo próprio pai, pela pessoa que deveria tá ofertando proteção pra criança, então essa criança sai e daqui a pouco ela se junta a um grupo e convivem ali.” [...] (P.7)

[...] “o que eu mais percebo, assim, eles não conseguem se comunicar. Quando conseguem, é através da violência psicológica e da violência física.” [...] (P.6)

[...] “às vezes a única maneira deles serem vistos em casa é pela violência, porque é assim que aprenderam a se comunicar.” [...] (P.6)

[...] “tem o caso de um menino que ele saia pra rua porque em casa as práticas educativas eram todas violentas. Desde uso de objeto de facão, de vara, de relho.” [...] (P.8)

Tema-eixo 1 – A saída de casa

Motivos da conflitiva familiar que levam à fragilização dos vínculos:

2. Uso de álcool e outras drogas por algum familiar:

[...] “às vezes o uso de drogas, na maioria das vezes né, o uso em geral, não especificamente de drogas, mas de bebida, enfim.” [...] (P.5)

[...] “daqui a pouco a mãe tem um novo companheiro e o novo companheiro bebe, aí já viu, né?” [...] (P.7)

[...] “tem essa questão do alcoolismo, das drogadições que a gente vê em muitos casos [...] aí eles saem de casa em busca de algo né, de afeto, de ter uma referência, pois muitos não tem né.” [...] (P.5)

[...] “dessa desestrutura vem o uso de drogas e vem o uso de álcool.” [...] (P.8)

3. As novas configurações familiares:

[...] “o casal se divorcia e o pai arruma uma nova companheira ou então a mãe fica só e tem que cuidar de um número grande de irmãos. Aí ela trabalha o dia todo e o cuidado fica mais difícil, né? Eles acabam indo pra rua.” [...] (P.7)

[...] “quando é cuidado pelos avós, às vezes esses avós não conseguem dar um suporte, né, principalmente quando é um número grande de irmãos.” [...] (P.7)

[...] “outras coisas que acontecem na contemporaneidade que acabam que as crianças vão pra rua, que eu percebo, né, nesse tempo que eu tô trabalhando, por exemplo é a desresponsabilização dos pais e a superresponsabilização dos avós. E os avós, muitas vezes, não conseguem fazer o papel de responsável por essa criança. De impor limites, de conduzir essas crianças e isso a gente também tem visto muito, assim.” [...] (P.8)

4. Pobreza:

[...] “eu acho que também tem a questão da pobreza né, tem muitas crianças que acabam indo reciclar com seus pais na rua tentando procurar uma renda informal.” [...] (P.2)

[...] “as crianças elas tinham muito sintoma de rua, mas bem por uma cultura familiar assim, os pais eram catadores, né? Os pais então buscavam o seu sustento na rua. Então, eles acabavam tendo essa vivência de rua.” [...] (P.8)

Tabela 5 – Tema-eixo 2 – A vida nas ruas.

(Continua...)

Tema-eixo 2 – A vida nas ruas

Na rua podem desfrutar de liberdade e facilidade para conseguir as coisas:

[...] *“lá eles não precisam seguir normas, regras nem aceitar limites. Eles se sentem à vontade para fazerem o que eles acham interessante fazerem.”* [...] (P.4)

[...] *“mas a rua é assim ó, ela tem atrativos e ela traz muito, e às vezes, o atrativo da rua é muito maior que a violência. A violência num primeiro momento ela não se mostra, ela vai se mostrando depois.”* [...] (P.8)

[...] *“a rua tem a sua atração, porque as pessoas tem uma cultura ainda de dar esmola, de ajudar, elas falam, eu entendo isso muito pelo lado da ajuda, ah eu vou ajudar é uma criança né? [...] a gente não pode desconsiderar como profissional, que a rua não seja atrativa.”* [...] (P.8)

[...] *“muitas vezes eles conseguem muito mais fácil na rua do que em algum outro local e mesmo das condições mínimas de ter dinheiro pra comprar isso, pra comprar aquilo muitas vezes, que nem teve casos que roubando é mais fácil do que trabalhando.”* [...] (P.3)

As relações que estabelecem na rua podem ser protetivas:

[...] *“ele não tá buscando uma estrutura física, quando ele sai de casa, ele tá buscando mais a questão do afeto, da troca, da parceria.”* [...] (P.1)

[...] *“esses vínculos que se criam, às vezes podem ser de cuidado, de amizade. Pode até acontecer de um menino encontrar uma menina e ter esse vínculo e formar uma família e com isso então ele sai da família de origem e vai construir a própria família e vai buscar um emprego, enfim.”* [...] (P.7)

[...] *“a criança ou o adolescente se juntam com um grupo que acaba protegendo, que acaba arrumando comida e naquele momento a rua acaba sendo melhor pra ela.”* [...] (P.7)

[...] *“com certeza, com certeza na rua eu posso arrumar um amigo pra vida toda.”* [...] (P.8)

Como que uma criança e um adolescente na rua eles poderão estar em proteção?” [...] (P.1)

Tema-eixo 2 – A vida nas ruas

Ficam na rua para evitar a violência sofrida em casa, mas também encontram a violência na rua:

[...] “*eu entendo que pra sair de casa a situação era de risco né, de vulnerabilidade, mas a rua também é uma situação de vulnerabilidade pois podem experimentar muitas questões, principalmente de violência né? E aí? Como que uma criança e um adolescente na rua eles poderão estar em proteção?*” [...] (P.1)

[...] “*tá, eles dormem expostos na rua, eles estão expostos a outros fatores, mas se unem, conseguem comida, conseguem se proteger, um protege o outro e nada acontece a ele, então em relação ao abuso que essa criança tava vivendo em casa, a rua tem sido um fator de proteção.*” [...] (P.7)

[...] “*os segredos que existem dentro das paredes, às vezes são muito maiores, são muito mais agressoras, são muito mais exploradoras do que a própria rua.*” [...] (P.8)

Permanecem na rua a fim de encontrarem o que não tiveram em casa: a fim de serem vistos e reconhecidos:

[...] “*eles ficam na rua até encontrar alguém que ampare e ajude.*” [...] (P.5)

[...] “*na rua, alguém vai dar esse amparo, vai dar esse olhar que ela não tá encontrando na mãe.*” [...] (P.6)

[...] “*eu acho que a maioria das crianças que tem essa vivência de rua é porque não tem esse reconhecimento da família [...] esse olhar do outro pra se reconhecer, acho que isso é essencial, assim, e eles não encontram isso dentro do ambiente familiar, eles encontram isso na rua, né? Então, eles se reconhecem mesmo na rua, né? Interagindo com as outras pessoas.*” [...] (P.6)

[...] “*muitos acabam pela própria carência procurando uma atenção a mais ou querendo ter seu espaço reconhecido pela sociedade né. Querendo ter aquele, aquelas coisas que eles não tiveram e serem reconhecidos pelos outros.*” [...] (P.2)

Tema-eixo 2 – A vida nas ruas

A atuação dos profissionais e o lugar das políticas públicas

[...] “tu tem que gostar do teu trabalho, tu tem que ser uma pessoa flexível, tu não pode tá amarrada nas tuas convicções, tu tem que tá te transformando. Hoje eu me transformo em uma pessoa, amanhã eu me transformo em outra, depois de amanhã vou me transformar em outra. Não é que eu vou deixar a minha essência de ser, não é isso, o que eu sou já foi constituído em mim, lá quando eu era pequena, né? Eu só preciso transformar a minha ação, e a minha ação precisa fortalecer esses laços, porque se eu, como profissional, me sinto sem ferramenta, sem estratégia, alguém, eu fico imaginando como é que se sentem a família dessas crianças? Como é que se sentem quando eles tem um filho na rua? Ou um neto na rua né? Ou um sobrinho na rua, né? Eles acabam, os adultos também acabam cortando os laços com as crianças como se a culpada de ir para a rua fosse a criança.” [...] (P.8)

“A política na teoria eu acho que sim, é boa, o problema é efetivar ela porque acaba se fragmentando (...) eu acho que o problema não são os profissionais né, é a gestão mesmo, porque sem uma boa gestão é complicado de conseguir concretizar alguma coisa.” (P.2)

[...] “a gente vem de um sistema que a mulher saiu de casa pra trabalhar, que a mulher teve o seu momento de ser responsável, mas ela precisa de políticas públicas pra auxiliar ela. Porque senão, ela sai de casa pra trabalhar, enfim, moramos num país capitalista, precisamos de dinheiro pra tudo, ela acaba saindo de casa pra trabalhar, mas quem cuida de seus filhos, né? E aí, onde estão as políticas públicas? Creche no nosso município? Meio período. Escola sem ser integral. Projetos? Escassos. Aonde fica essa criança quando a mãe tá trabalhando? Quem são os cuidadores dessa criança? Quem tá dando pra essa criança e pra esse adolescente suporte pra conseguir não entrar no embalo da rua, de andar e de pedir e de esmolar, né?” [...] (P.8)

[...] “não temos políticas públicas sérias e concisas no nosso município que consiga fazer essa, barrar um pouco. Não que isso vai ser totalmente, né, totalmente determinante pra que não exista mais criança e adolescente na rua, mas eu acredito que com políticas públicas fortes, a gente consegue diminuir, né, o público das ruas.” [...] (P.8)

[...] “o problema é efetivar as políticas que atendem essa população (de rua), porque acaba fragmentando, né.” [...] (P.2)

[...] “primeiro é preciso fazer uma investigação para verificar qual é a população em situação de rua e depois fazer um trabalho de conscientização e de preparo.” [...] (P.3)

Tema-eixo 2 – A vida nas ruas

[...] “seria importante implementar em nosso município políticas públicas se assistência a população em situação de rua pois pelo menos teria um serviço de referência para essa população.” [...] (P.4)

[...] “eu acredito que o acolhimento ele vem com grandes defasagens em relação ao público de rua, né? Por não tá muito claro no nosso município a existência desse público. Mas eu percebo que toda vez que chega algum público que é de rua, ele tem certos ganhos que ele não tem na rua. Ganho que eu digo, assim, são básicos de alimentação, de saúde, até mesmo de vestuário, de condição, assim, de poder ficar num lugar.” [...] (P.8)

A partir das falas surgiram as categorias que foram classificadas e organizadas conforme os quadros a seguir:

Quadro 2 – Categoria do tema-eixo 1 – A saída de casa.

Tema-eixo 1	A saída de casa
Categoria 1	A fragilização dos vínculos familiares e a vivência de rua de crianças e adolescentes

Fonte: Dados da Pesquisa.

Quadro 3 – Categorias do tema-eixo 2 – A vida nas ruas.

Tema-eixo 2	A vida nas ruas
Categoria 1	Liberdade e amizade
Categoria 2	Relações protetivas por meio da formação de grupos
Categoria 3	O lugar das políticas públicas entre a saída de casa e a permanência na rua

Fonte: Dados da Pesquisa.

3.5 ASPECTOS E CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

Esta pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Santa Maria, sob o nº CAAE 38742414.0.0000.5346. Foram respeitados os quatro referenciais básicos da bioética, a saber: autonomia, não maleficência, beneficência e justiça, conforme apontam as Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos (Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde) e a Resolução nº 016/2000 do Conselho Federal de Psicologia.

Após a elucidação do tema, dos objetivos e da relevância da pesquisa, os participantes foram convidados a participar da mesma. Aqueles que aceitaram o convite, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que continha as informações em linguagem clara e compreensível acerca dos procedimentos do estudo. Nesse documento também constavam os objetivos da pesquisa e o esclarecimento de livre decisão a respeito de sua participação, bem como, a garantia à confidencialidade e à privacidade. O TCLE foi assinado em duas vias, uma ficou com o pesquisador e a outra com o participante.

Considerando o fato de que a pesquisa não teve por objetivo testar nem experimentar nenhum procedimento novo, mas conhecer, através do discurso dos profissionais que atuam na rede SUAS, a forma como entendem e definem o fenômeno da vivência de rua de crianças e adolescentes, considerou-se que os riscos foram inexistentes. No entanto, caso fosse identificado algum desconforto, nesse momento o pesquisador responsabilizar-se-ia por avaliar a situação, podendo interromper a entrevista e encaminhá-lo para a Clínica de Psicologia da UFSM, para receber o suporte profissional adequado. Quanto aos benefícios, a curto prazo, os mesmos podem decorrer da escuta oportunizada aos profissionais referente a sua prática profissional e à reflexão do tema proposto, a médio e longo prazo os benefícios poderão ser alcançados através dos resultados do estudo, da devolução destes aos serviços e da possibilidade de futuras publicações decorrentes dos resultados que poderão ser compartilhadas pelos profissionais e pelas instituições formadoras.

Destaca-se ainda que está prevista uma devolução dos resultados aos serviços, que poderá ocorrer em formato de seminário temático com a participação de todos os serviços envolvidos da rede SUAS, ou caso seja da preferência dos mesmos, poderá ser feita individualmente a cada local. Além desta modalidade de devolução será entregue uma cópia impressa a Secretaria de Assistência Social do Município.

4. CAPÍTULO 3 – ARTIGO 1

A fragilização dos vínculos familiares e a vivência de rua de crianças e adolescentes

Resumo

Este estudo objetivou conhecer a percepção dos profissionais psicólogos e assistentes sociais que atuam no Sistema Único da Assistência Social (SUAS) em um município no interior do Rio Grande do Sul, acerca da vivência de rua de crianças e adolescentes. Tratou-se de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas e analisados através da análise de conteúdo temática, de onde emergiu a categoria *A fragilização dos vínculos familiares e a vivência de rua de crianças e adolescentes*. A categoria aborda aspectos que ganharam destaque em relação aos motivos que levam crianças e adolescentes a saírem de casa e buscarem a rua como alternativa de sobrevivência, a saber: a violência intrafamiliar, o uso de drogas e a pobreza. Os resultados apontaram que os profissionais identificam os motivos que levam crianças e adolescentes para a rua, no entanto, consideram a rua uma alternativa pouco viável ao enfrentamento da conflitiva familiar, pois a rua também se coloca como um espaço de risco porque expõe essas crianças e adolescentes a diversos tipos de violência, exploração sexual, trabalho infantil, entre outras práticas abusivas.

Palavras-chave: criança, adolescência, relações familiares, vivência de rua

The embrittlement of family bonds and street life experience of teenagers and children

Abstract

This study has as its goal to know the perception of psychologists and social workers professionals who work in the Sistema Único da Assistência Social (SUAS) in a city located in the country area of the Rio Grande do Sul state, concerning the street life experience of homeless teenagers and children produced with a qualitative research with exploratory character. The data were collected through semistructured interviews and analyzed through thematic content analysis whence emerged the category: *The embrittlement of family bonds and the street life experience of teenagers and children*. The category approaches aspects that gained prominence in relation to the reasons that lead teenagers and children to leave their houses and seek for the streets as a survival alternative, namely: intrafamily violence, drugs abuse and poverty. The results pointed out that the professionals identified the reasons that lead teenagers and children to the streets, however, they consider the streets an infeasible alternative in facing a conflictive family, since the streets are also a place of danger due to the exposition of these teenagers and children to several kinds of violence, sexual exploitation, child labor, among other abusive practices.

Key-words: child, youth, family relations, street life experience

4.1 INTRODUÇÃO

Alguns autores (BERNARDINO, 2006; ELIA, 2004; ROSA, 1999) consideram que para advir um sujeito é necessário dar a ele um lugar na estrutura familiar. Isso significa que além de atender as exigências vitais de manutenção à vida de um ser humano, é preciso oferecer um registro simbólico capaz de inscrevê-lo no campo da subjetividade. Conforme aponta Marin (2012), “o nascimento de um bebê por si só não torna uma mulher mãe, nem o bebê um sujeito”, ou seja, para que um bebê se transforme em sujeito é necessário que seja oferecido a ele um lugar singular na família de onde possa receber as experiências significativas vividas por seus familiares e antecedentes (p.197).

Esse lugar na estrutura familiar é construído por funções realizadas pelas figuras parentais, que, ao executarem as funções materna e paterna, fundam as matrizes da subjetividade de onde é possível emergir um sujeito (ALBORNOZ e NUNES, 2004). Tais funções, possuem especificidades no campo simbólico: “a mãe tem a função de fornecer ao bebê vias de ligação da energia, possui a tarefa de ofertar sentido e significado a um mundo que se apresenta caótico e caracterizado pelo desamparo próprio à ausência de recursos para processar estas intensidades” (REFOSCO, 2012, p. 34). Já ao pai, compete fazer objeção aos impulsos da criança em relação à mãe, lançando-a a outros interesses disponíveis na cultura (NOGUEIRA, 2003), ou seja, é uma função que está associada à internalização de leis acerca do que a criança deve ou não fazer, representa, pois, a interdição e a restrição referentes ao campo do desejo da criança. Nesse sentido, a função paterna representa a instância instauradora da Lei de onde se constitui a marca da singularidade de cada um.

Kemper (2013) e Rosa (2012) salientam que os registros parentais também transmitem a organização e o funcionamento dos sistemas simbólicos dominantes da classe social e do grupo étnico em que o sujeito está inserido, pontuando, portanto, que a subjetividade é sempre constituída de forma articulada com o laço social. Assim, as relações que o sujeito estabelece com o outro e com o mundo traduzem o registro deixado pelas marcas das funções parentais que fundaram sua subjetividade. Dessa forma, considera-se que a família tem importância fundamental no processo de constituição subjetiva-identitária das crianças e adolescentes, pois pelo exercício das funções parentais se transmite a matriz das futuras relações do sujeito com o meio social.

Nessa direção, Bernardino (2006), considera que o “lugar simbólico a partir do qual a criança vai ver o mundo, decifrá-lo e organizá-lo” (p.34) está ancorado no discurso familiar

que coloca a criança em um lugar singular. Nesse sentido, o registro simbólico herdado pela narrativa familiar é constitucional do sujeito, pois é por meio desse registro que o sujeito recebe uma herança que o instala na ordem do pertencimento (FILHOL, 2002). A partir dessa herança “o sujeito deverá subjetivar-se, isto é, apropriar-se de seu desejo próprio, assumir seu lugar” (SAVIETTO, 2006, p.36), sendo essa herança uma forma de transmissão da vida psíquica que se desdobra, por sua vez, em duas dimensões, uma intrapsíquica e outra intersubjetiva, convergindo ambas para a constituição do sujeito. Para Savietto (2006) a primeira dimensão corresponde ao material que é transferido de uma instância à outra no interior do aparelho psíquico enquanto a dimensão intersubjetiva “possui como espaço originário o grupo familiar, que precede o sujeito singular” (p.36).

No entanto, Nazar (1999) assinala que o registro simbólico inscrito no sujeito pela família só adquire efetividade se estiver associado a uma certa satisfação na realização dessas funções, ou seja, é necessário que as figuras parentais obtenham um certo nível de prazer na execução das tarefas que compete a cada função parental, para que, dessa forma, possa haver um vínculo de afetividade na relação entre o sujeito e as figuras parentais. Caso inexistir satisfação na relação, a atividade deixa de ser afetiva e passa a ser vazia. Nesse caso, o registro simbólico se inscreve pela marca da indiferença e as experiências constitutivas do sujeito ficam carentes de sentido e significado podendo gerar efeitos disruptivos na subjetividade (ROSA, 2002).

Em relação a essa marca da indiferença, Moraes e Macedo (2011) apontam que a *indiferença* é “uma qualidade de violência imposta à criança por parte do adulto em um tempo primordial de estruturação do psíquico” (p.42). Tais autoras salientam que a indiferença não significa “o desdém da oferta” do adulto com o outro, mas sim, “uma marca de não reconhecimento daquilo que é mais próprio da singularidade desse outro: seu existir” (p.43). Na indiferença, portanto, predomina o não reconhecimento da diferença da existência do outro, levando o sujeito a uma condição de invisibilidade que começa pela experiência da rejeição, que é, muitas vezes, primeiramente vivenciada dentro de casa nas relações com o grupo familiar e aos poucos vai ganhando maiores proporções pelas experiências de desprezo e abandono.

Para o antropólogo Luiz Eduardo Soares (2004) a invisibilidade compromete a formação de identidade do sujeito, pois “a identidade só existe no espelho, e esse espelho é o olhar dos outros, é o reconhecimento dos outros. É a generosidade do olhar do outro que nos devolve nossa própria imagem ungida de valor, envolvida pela aura da significação humana,

da qual a única prova é o reconhecimento alheio” (p.137). Pela metáfora do espelho o autor demonstra que o processo de formação de identidade do sujeito está diretamente relacionado à relação com o outro e a forma como esse outro vê o sujeito e o reconhece em sua singularidade.

Diante dessa exposição, percebe-se a importância das funções parentais na construção de um lugar singular na família, a partir do qual será possível à criança e ao adolescente, uma construção subjetiva-identitária. No entanto, nos casos em que esse lugar é marcado pela indiferença, a subjetividade poderá sofrer os efeitos de uma ausência de sentido. A partir dessa compreensão, surge um questionamento importante acerca das crianças e adolescentes com vivência de rua³, a saber, que lugar ocupam essas crianças e adolescentes na narrativa familiar? Parece que esse lugar aponta para uma marca de não-reconhecimento e conseqüentemente de indiferença. Assim, a saída de casa pode estar sinalizando para a busca de um lugar simbólico que a família não conseguiu oferecer. E, dessa forma, a vida na rua pode apontar para a construção de um lugar onde possam se reconhecer como sujeitos singulares pertencentes a uma coletividade.

Nesse sentido, crianças e adolescentes com vivência de rua parecem denunciar o anseio por uma marca que lhes dê sentido e lugar na relação com o outro, evidenciando uma pobreza para além dos recursos materiais da família, pois diz respeito à carência de recursos simbólicos capazes de dar a elas os significantes necessários para fundar o campo simbólico a partir do qual é possível a constituição identitária do sujeito. Sob esse aspecto, a rua representa um grande paradoxo, pois, ao mesmo tempo que parece possibilitar aos sujeitos um lugar que teria sido negado pela família, coloca-os em risco, expondo-os aos perigos das drogas, violência, exploração sexual e outras situações como o trabalho infantil e a exposição às doenças sexualmente transmissíveis (RIZZINI, NEUMANN e CISNEROS, 2009). Esse paradoxo representa um grande desafio aos profissionais que trabalham na rede de proteção social, pois ao mesmo tempo que devem atuar na proteção integral das crianças e adolescentes, protegendo-as desses riscos, também não devem desconsiderar que a rua é um espaço importante para esses sujeitos que não tiveram nas figuras parentais as referências para

³ A expressão “vivência de rua” será abordada neste estudo a partir da percepção de que a rua não é para a criança e o adolescente, um espaço autônomo de sobrevivência em relação ao ambiente familiar ou a outros espaços como a escola, instituição de acolhimento e programas de assistência da rede de atendimento (LUCCIHINI, 2003). Dessa forma, demarcamos a diferença com outros conceitos semelhantes como por exemplo, “criança de rua”, onde embora a criança possa alternar entre a família e a rua, tem sempre a rua como campo principal (LUCCIHINI, 2003). Portanto, “vivência de rua” neste trabalho se refere a utilização da rua como um dos espaços ocupados pela criança e o adolescente, alternando entre diferentes campos que são equivalentes, sem que um deles cumpra um papel de referência.

sua subjetivação. A rua, portanto, embora exponha crianças e adolescentes à várias práticas abusivas e violentas, também parece dar a elas a possibilidade de uma construção subjetiva-identitária.

Salienta-se, no entanto, que nem sempre a saída de casa é seguida da ida para a rua, pois muitas vezes, crianças e adolescentes em situação de risco, passam por períodos de institucionalização que antecedem a vida nas ruas, ou seja, elas teriam sido submetidas a uma medida de proteção de acolhimento institucional (ECA, Art., 101, VII) que prevê que os vínculos entre a criança e a família sejam fortalecidos pelo trabalho dos profissionais, e dessa forma, possam retornar à família.

Sob este aspecto, Marin (2010) faz um importante questionamento em relação à possibilidade da instituição poder ser uma alternativa para a criança construir sua identidade: “a instituição deve se colocar como substituta total da família, fazendo-se de pai e mãe? Deve procurar famílias substitutas, mesmo quando existem os pais da criança em questão”? Enfim, “como poderão essas crianças se desenvolver, já que privadas da convivência familiar”? (p.40). Essas são algumas questões que perpassam o cotidiano do acolhimento institucional. À elas, somam-se outras, que foram as questões disparadoras da presente pesquisa, uma vez que, marcavam sobremaneira a rotina da pesquisadora em uma instituição de acolhimento, a saber:

- Em que sentido o acolhimento institucional se configura como medida de proteção para crianças e adolescentes com vivência de rua? Será essa medida de proteção adequada para crianças e adolescentes que estão se constituindo na rua sem a referência familiar? Se ambos, rua e acolhimento são espaços onde a criança e o adolescente estão privados da convivência familiar, talvez a rua ainda seja mais atrativa pela oferta de liberdade e ausência de regras.

No município onde a pesquisa foi realizada, a medida protetiva de acolhimento institucional tem sido muito utilizada também para as crianças e adolescentes que já tiveram experiências significativas na rua, ou seja, após sofrerem algum tipo de violência na família, começam alternar períodos entre a casa e a rua, e acabam sendo levadas pelo Conselho Tutelar para as instituições de acolhimento pelo motivo de estarem em situação de rua. Porém, tem-se constatado que naqueles casos em que a vivência de rua é intensa, há muita dificuldade de fazer com que tal medida seja efetivada e passe a se configurar como protetiva, pois mesmo estando no acolhimento, essas crianças e adolescentes continuam buscando a rua como um espaço de referência para suas experiências.

Refletindo acerca dos possíveis motivos da vivência de rua de crianças e adolescentes institucionalizadas, encontramos na pesquisa de Ribeiro e Ciampone (2002) importantes

considerações que versam sobre o lugar dos profissionais no enfrentamento à violência vivida por essas crianças e adolescentes: “os adultos responsáveis por zelar pelo bem-estar de todas as crianças abrigadas eram omissos” (p.312), e dessa forma, “as crianças que fugiram de casa para livrarem-se do tratamento austero da família, também não encontraram paz quando fora de casa; pois eram obrigadas a conviverem com a violência até onde supostamente deveriam ser acolhidas”. Parece, pois, que a violência é a grande mola propulsora da vivência de rua, pois em casa ou no acolhimento, as crianças e adolescentes procuram a rua em busca de novas relações que permitam novos sentidos e possibilidades ou, conforme apontam as autoras, vão em busca de paz. Assim, as autoras questionam se “o guardião de um abrigo pode responsabilizar-se por uma criança que está na rua, longe de seus limites para lhe prover proteção?” (p.312).

Embora a presente pesquisa não tenha como tema central as vivências do acolhimento institucional, foi a partir da intensa evasão de crianças e adolescentes deste local, que o tema da vivência de rua despertou o interesse da pesquisadora, pois, nesses casos, tal medida de proteção parece não se efetivar, pois as crianças e adolescentes com essa vivência de rua permanecem em situação de risco mesmo quando em medida de acolhimento. Por outro lado, observa-se, que elas se fortalecem por meio dos vínculos de amizade que se formam nesse território e que parecem ser mais protetivos que as vivências no acolhimento institucional.

A partir dessas considerações, chega-se ao objetivo deste trabalho, qual seja, o de conhecer a percepção dos profissionais que atuam nos três níveis de complexidade do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), em um município no interior do Rio Grande do Sul, acerca da vivência de rua de crianças e adolescentes. Para tal, buscou-se identificar como esses profissionais percebem a saída de casa e quais as implicações da vivência de rua na constituição subjetiva dessas crianças e adolescentes.

4.2 MÉTODO

4.2.1 Delineamento

Foi realizado um estudo qualitativo de caráter exploratório, sendo este um método que possibilita conhecer as percepções e interpretações dos sujeitos acerca do tema investigado (GIL, 2002; MINAYO, 2013). Considerou-se esse tipo de investigação adequada pois abarca o sentido dado pela subjetividade que é o que caracteriza os fenômenos e processos sociais

(MINAYO, 1999). Nesse sentido, a pesquisa esteve relacionada à investigação de um nível de realidade que não pode ser quantificado, pois diz respeito a uma realidade construída por meio de significados e valores no universo das relações humanas.

4.2.2 Participantes

Integraram este estudo um total de oito profissionais, entre eles, psicólogos e assistentes sociais que atuam no Sistema Único da Assistência Social (SUAS) nos três níveis de complexidade, a saber: proteção social básica, média e alta, em um município do interior do Rio Grande do Sul, Brasil. Na baixa complexidade a pesquisa foi realizada em um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) onde participou um técnico de cada núcleo profissional. Na média complexidade a pesquisa ocorreu em dois Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS), onde em um deles, participou um técnico de cada núcleo profissional e em outro, um técnico psicólogo. Na alta complexidade, a pesquisa foi realizada em duas unidades de Acolhimento Institucional. Numa unidade participaram um técnico de cada núcleo profissional e em outra unidade participou um técnico assistente social. A distribuição dos locais com o número de participantes da pesquisa encontra-se na tabela 1 e a descrição de cada participante encontra-se na tabela 2 conforme exposição a seguir.

Tabela 1.1 – Distribuição dos locais com o número de participantes da pesquisa.

Serviços	Psicólogo	Ass. Social
CRAS	1	1
CREAS A	1	1
CREAS B	1	
Acolhimento Institucional A	1	1
Acolhimento Institucional B		1
Total de participantes	8	

Fonte: Dados da Pesquisa.

Tabela 1.2 – Descrição dos participantes da pesquisa.

Nome	Idade	Tempo de atuação no local	Tempo de formação
P.1	41	6 meses	13 anos
P.2	28	4 meses	2 anos e 6 meses
P.3	27	3 anos	6 anos
P.4	27	4 anos	4 anos
P.5	27	45 dias	2 anos
P.6	30	5 anos	5 anos
P.7	28	4 meses	6 anos
P.8	40	7 anos	7 anos

Fonte: Dados da Pesquisa.

Salienta-se que no momento da coleta de informações o município estava reordenando os serviços da baixa complexidade, haja vista que o mesmo não é prestado diretamente pelo órgão público municipal, mas por empresa que concorre via licitação. Portanto, alguns profissionais ainda estavam sendo contratados, o que inviabilizou o aceite para a participação na pesquisa.

4.2.3 Instrumentos e Procedimentos

O contato com os participantes foi feito primeiramente via telefone, momento em que foi agendado um encontro no serviço para que a pesquisa pudesse ser apresentada e os objetivos explicitados. Após o aceite para a participação na pesquisa foi agendado um novo encontro no serviço onde foi assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que continha as informações em linguagem clara e compreensível acerca dos procedimentos do estudo.

Posteriormente, foram realizadas entrevistas semiestruturadas de questões abertas, todas gravadas e posteriormente transcritas na íntegra. Conforme aponta Turato (2003), a entrevista semiestruturada caracteriza-se por um encontro interpessoal entre entrevistador e entrevistado, no qual os papéis de cada um dos integrantes ficam bem definidos, no sentido de que o entrevistador é o responsável pelo encontro e o entrevistado é um convidado a expressar

suas opiniões acerca de determinado fenômeno. Dessa forma, houve uma troca dinâmica de direção, ora dada pelo entrevistador ora pelo entrevistado, o que facilitou a coleta de informações baseada no discurso livre do entrevistado através da introdução de tópicos pelo entrevistador. As entrevistas foram realizadas a partir de três eixos norteadores: 1) vivência de rua e relações familiares; 2) vivência de rua e subjetividade e 3) vivência de rua e políticas públicas de proteção social para pessoas em situação de rua. Porém, neste artigo será analisada a parte da entrevista que corresponde ao primeiro eixo norteador.

4.2.4 Análise de dados

A análise dos dados foi realizada de forma qualitativa, onde utilizou-se a análise de conteúdo temática proposta por Bardin (2011), a qual se caracteriza por um conjunto de instrumentos metodológicos que se aplicam aos discursos, analisando as comunicações, decompondo-as e elencando categorias. A partir dessa análise emergiu a categoria “*A fragilização dos vínculos familiares e a vivência de rua de crianças e adolescentes*”.

4.2.5 Considerações éticas

Cabe mencionar que este estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da instituição de origem das autoras e aprovado antes de sua execução, em conformidade com as diretrizes do Conselho Nacional de Saúde, sob o número CAAE 38742414.0.0000.5346

A fim de preservar a identidade das participantes, as falas serão apresentadas pela letra P (participante), seguidas do número que representa a ordem cronológica da realização das entrevistas.

4.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A fragilização dos vínculos familiares e a vivência de rua de crianças e adolescentes

“A família, não importa a configuração que assuma, continuará a existir, pois é o que pode assegurar à criança, aos novos sujeitos que se apresentam ao mundo, o direito ao amor, ao acolhimento no mundo humano e à palavra.”

(AMAZONAS & BRAGA, 2006, p.179)

A força discursiva oriunda da fala dos profissionais psicólogos e assistentes sociais quando questionados acerca da vivência de rua de crianças e adolescentes apontou para o principal motivo da saída de casa, a saber, a fragilização dos vínculos familiares. O principal eixo norteador da entrevista foi *vivência de rua e relações familiares*, cujos aspectos mais relevantes apontam para os motivos da conflitiva familiar que levariam à fragilização dos vínculos e posterior saída de casa. Entre esses aspectos, os participantes destacaram a violência intrafamiliar, o uso de drogas e a pobreza.

A violência foi apontada pelos participantes como sendo uma das principais causas de conflito no âmbito familiar, em especial, a violência que se traduz pela indiferença. Soares (2004) considera que as marcas impostas pela indiferença e pela invisibilidade podem gerar um sentimento intenso de desamparo, onde a criança e o adolescente ficariam à mercê de si mesmos, expostos a uma série de experiências sem sentido, já que, é o olhar acolhedor do outro que possibilita o sentimento de valor e a possibilidade de uma construção identitária.

A seguir, será apresentado um recorte da fala de P.2 acerca do principal motivo gerador da fragilização dos vínculos familiares:

[...] “muitos acabam pela própria carência procurando uma atenção a mais ou querendo ter seu espaço reconhecido pela sociedade né. Querendo ter aquelas coisas que eles não tiveram e serem reconhecidos pelos outros [...] aí eles acabam indo pra rua tentando encontrar algo que não tiveram na família né?” [...] (P.2)

Quando a participante P.2 expressa “acabam indo pra rua tentando encontrar algo que não tiveram na família”, ela denuncia a ausência de um reconhecimento. O “algo” parece apontar para o investimento afetivo necessário à construção de uma identidade. Para Moraes e Macedo (2011) o fato do sujeito não ser reconhecido o atinge no cerne de sua singularidade, podendo lança-lo no registro das patologias fronteiriças, onde o processo singular de construção do si mesmo adquire o registro da indiferença e sua constituição sofre os danos da não-diferenciação em relação ao outro. Dessa forma, “ao não ser percebida na diferença de sua existência, ela (criança) fica prisioneira de um registro mudo” (p.44).

Ora, sem a visibilidade do outro, não há respeito à diferença, e a cena social passa a ser tomada pela indiferença generalizada onde as relações tendem a excluir o outro, destituindo-o da condição de sujeito (BEZERRA Jr., 2005). Assim, muitas crianças e adolescentes desejando se tornarem visíveis à sociedade, lançam mão da violência, expressando dessa maneira uma intenção subjetiva que possui um sentido e um significado na cena social. A intensão subjetiva que anima esses atos de violência corresponde a projeção de

um lugar simbólico no discurso social: “ao destruírem o corpo do outro eliminam o olhar que os condenava à irrelevância, a inexistência simbólica” (BEZERRA Jr., 2005, p. 269). Essas crianças e adolescentes, portanto, tomam o caminho da violência como o último recurso para se tornarem visíveis.

Sob este aspecto, Marin (2002) considera que existe uma articulação entre violência e desamparo que possibilita a subjetivação. Essa articulação se dá por meio de forças pulsionais intensas que podem gerar ações destrutivas como afirmação última da singularidade. Para a autora, o desamparo resulta de relações fragilizadas, onde a criança se sente ameaçada pela perda do amor e, dessa forma, impotente para vencer essa situação. Assim, lança mão de forças rudimentares que se traduzem em gestos de violência.

Pela perspectiva de Winnicott (2002), alguns atos de violência podem ser tradutores de esperança, desde que tenha existido, em momento pregresso, experiências significativas das quais as crianças e adolescentes se sintam privados. Nesse caso, a violência imposta ao ambiente significa a convocação do mesmo para a restituição de tais experiências. No entanto, se não houver uma experiência boa a reivindicar, a violência deixa de ser tradutora de esperança e passa a ser aniquiladora (BEZERRA Jr., 2005), ou seja, não havendo uma expectativa em relação ao ambiente, os atos de violência resultam da impotência do sujeito, momento em que se vê incapaz de ultrapassar a situação em que se encontra, percebendo-se privado de significação para o outro (MARIN, 2002). Nesse caso, a busca pelo reconhecimento será pela mesma via que mobilizou sua saída de casa, ou seja, pela marca da violência.

P.6 também considera que a vivência de rua advém da falta de reconhecimento da família:

[...] “eu acho que a maioria das crianças, pelo o que eu acompanho aqui no serviço, que tem essa vivência de rua ou que estão institucionalizadas, é porque não tem esse reconhecimento da família [...], esse olhar do outro pra se reconhecer, acho que isso é essencial, assim, e eles não encontram isso dentro do ambiente familiar, eles encontram isso na rua, né? Então, eles se reconhecem mesmo na rua, né? Interagindo com as outras pessoas.” [...] (P.6)

Ora, o reconhecimento é justamente o que Soares (2004) refere como sendo o “olhar do outro”: “é a generosidade do olhar do outro que nos devolve nossa própria imagem ungida de valor”, (p.137). Sem olhar, portanto, não há reconhecimento, nem valor, apenas a

indiferença, ou seja, um registro marcado pela violência de não ser reconhecido pelo outro aquilo que é mais próprio da condição do sujeito: a singularidade.

A percepção de P.6 é muito interessante, pois segundo ela, ao mesmo tempo que a violência intrafamiliar, marcada pela indiferença, denota a ausência de olhar e reconhecimento, a violência física e psicológica lhes conferem visibilidade:

[...]” às vezes a única maneira deles serem vistos em casa é pela violência, porque é assim que aprenderam a se comunicar [...] o que eu mais percebo, assim, eles não conseguem se comunicar. Quando conseguem, é através da violência psicológica e da violência física.”
[...] (P.6)

Outro aspecto da violência, pontuado pelos participantes, diz respeito à violência sexual. Esse tipo de violência foi considerado por P.8 e P.7 como motivadora da conflitiva familiar e da consequente fragilização dos vínculos:

[...] “teve um bebê e que nós estávamos, então, fazendo um estudo pra ver a possibilidade de a criança permanecer no núcleo familiar, quando a gente encontrou uma irmã de trinta anos dizendo: “olha eu fui abusada e eu saí pra rua, a minha irmã de dezesseis anos, ela sai pra rua pelo mesmo motivo.” [...] (P.8)

[...] “a vivência de um abuso pelo próprio pai, pela pessoa que deveria tá ofertando proteção pra criança, então essa criança sai e daqui a pouco ela se junta a um grupo e convivem ali.” [...] (P.7)

No Brasil, a violência sexual é o segundo maior tipo de violência notificada contra crianças de até nove anos ficando pouco atrás apenas das notificações de negligência e abandono (TELES, 2012). É um tipo de violência que denuncia a insuficiência do adulto em relação ao cuidado da criança e do adolescente, evidenciando-se a violação de direitos fundamentais previstos pela legislação de proteção integral à criança e ao adolescente (BRASIL, 2010). Ressalta-se que quando se trata de violência sexual contra crianças, observa-se que o entendimento é de que as vítimas não têm condições de avaliar a situação em função da coerção e da hierarquia (SATTTLER, 2011), estando os papéis de vítimas e autores mais claros e definidos, ao contrário do que pode acontecer com adolescentes que podem sofrer uma co-responsabilização em relação à situação vivida, ou seja, frequentemente o adolescente violentado sexualmente não é reconhecido como uma vítima de violência sexual, porque se pressupõe que, tendo abandonado a fase infantil, já teria condições de avaliar as consequências de uma aproximação sedutora (ARPINI et.al., 2013).

Sob o aspecto referenciado acima, Arpini et.al. (2013), em estudo realizado com adolescentes do sexo masculino sobre a percepção que possuem acerca da violência sexual, apontam que os adolescentes reconhecem que a violência sexual é geradora de sofrimento, principalmente se a vítima for criança. Porém, quando as vítimas são adolescentes, há uma certa ambiguidade pois os adolescentes entendem que não sendo mais criança, o adolescente pode ter participação na decisão da situação de abuso, “desejando que ela acontecesse ou, minimamente, demonstrando “fraqueza” ao não impedi-la” (p.32). As autoras consideram que tais concepções podem estar ligadas às situações de risco e vulnerabilidade a que estão expostos, impulsionando-os a um amadurecimento precoce, que os levaria a perceberem-se como responsáveis por si mesmos.

No entanto, Rouyer (1997) afirma que tanto crianças como adolescentes que sofreram violência sexual poderão desenvolver sintomas de depressão, apresentar dificuldades de aprendizagem, distúrbios no sono e mesmo prejudicar a formação de uma identidade, pois esse tipo de violência pode afetar as identificações a serem construídas, “impedindo que a adolescência seja um período de requestionamento construtivo” (p.64). Cabe salientar que embora esses sintomas possam se tornar consequências da violência sexual, nem todas as crianças e adolescentes vítimas irão desenvolvê-los pois estão associados a outros fatores além, da “violência em si”, tais como, o período de duração, a idade da vítima e principalmente ao momento da revelação da violência⁴.

Outro aspecto considerado como motivo da fragilização dos vínculos familiares diz respeito ao uso de drogas, especialmente o álcool.

Sob este aspecto, P.5 refere:

[...] “tem essa questão do alcoolismo, das drogadições que a gente vê em muitos casos [...] aí eles saem de casa em busca de algo né, de afeto, de ter uma referência, pois muitos não tem né.” [...] (P.5)

Já P.8 considera que o uso de drogas pode ser consequência da falta de estrutura familiar:

“[...] dessa desestrutura vem o uso de drogas e vem o uso de álcool.” [...] (P.8)

⁴ Em relação ao aspecto da revelação da violência, considera-se este momento muito importante no processo de constituição subjetiva-identitária da criança e do adolescente, pois dependendo da escuta do adulto confidente, poderá haver uma *identificação com o agressor*. Ferenczi (1931/2011) considera o momento da revelação como o instante onde a violência sexual pode se constituir como traumática para a criança ou adolescente, pois para esse autor, a concepção de trauma está para além da cena sexual, tomando o *desmentido* do adulto como objeto externo gerador do trauma.

Estudos realizados por Barros e Queiroz (2008) apontam que as drogas e a vivência de rua possuem estreitas relações, na medida em que crianças e adolescentes podem dar um sentido adicto à rua, ou seja, a rua pode ser o objeto que a criança utiliza para tentar saciar um excesso que advém de experiências traumáticas e, portanto, carecem de sentido. Para Ferreira (2001) a rua é “um palco de sensações”, onde é possível todas as formas de extravasamento: vandalismo, promiscuidade sexual, uso exacerbado de substâncias psicoativas, entre outros. Esse extravasamento aponta para o anseio da descarga de um excesso causador de sofrimento. Nesse sentido, se a droga é motivo da saída de casa, a rua tampouco torna a criança e o adolescente livres, pois embora busquem um maior protagonismo nas experiências da rua, acabam “deslocando situações e experiências traumáticas vividas em casa” (p.117).

Arpini e Gonçalves (2011) salientam que há um duplo aspecto acerca do uso de drogas nas famílias cujos vínculos estão fragilizados, pois se dentro de casa a droga representa motivo de intenso conflito (pois geralmente está associada a algum tipo de violência), na rua a droga será utilizada como forma de ocupar uma posição que represente a força e o poder, garantindo assim, um lugar onde se sintam incluídos, ou seja, as crianças e adolescentes fazem entrada no universo da rua reproduzindo a experiência familiar, porém, mudam os papéis. Se em casa encontravam-se na posição de vítimas, na rua buscam um lugar de poder. As autoras referem que “é justamente por ter sofrido tanto na vida familiar que esse adolescente vai buscar um refúgio na rua e lá vai ao encontro daquilo que ele mesmo acusa de ser causa de violência e de ter lhe causado tanto sofrimento” (p.447). Assim, na vivência de rua, a droga parece cumprir uma função interessante, pois mesmo diante de vários riscos, inclusive o da morte, ela parece conferir um certo reconhecimento e respeito àqueles que conseguiram um lugar de poder neste território. Esse lugar geralmente é conquistado no tráfico, onde o sujeito passa a ser temido e, ao mesmo tempo, admirado por sua coragem, bravura e pelas ações que é capaz de cometer.

Associado aos aspectos da violência e do uso de drogas, alguns participantes apontaram a questão econômica da família como sendo também motivo da saída de casa.

Sob este aspecto, P.2 e P.8 referem:

[...] eu acho que também tem a questão da pobreza né, tem muitas crianças que acabam indo reciclar com seus pais na rua tentando procurar uma renda informal.” [...]
(P.2)

[...] “as crianças elas tinham muito sintoma de rua, mas bem por uma cultura familiar assim, os pais eram catadores, né? Os pais então buscavam o seu sustento na rua. Então, eles

acabavam tendo essa vivência de rua [...] aconteceu que uns dois anos pra cá, eu percebo que é realmente, alguma coisa que acontece bem no núcleo familiar, que faz com que essas crianças acabem utilizando a rua como um refúgio, como uma alternativa, como uma estratégia de sair daquele núcleo familiar.” [...] (P.8)

Segundo Broide (2012), a pobreza está associada ao processo de globalização que tem causado intenso impacto no território das periferias, pois “desregulamenta as relações de trabalho, dificulta as incorporações das novas tecnologias ao território, diminui a possibilidade de qualificação profissional e empurra a população para o trabalho informal” (p.127). Esse contexto pode gerar novas formas de laços sociais para os sujeitos das periferias urbanas, uma vez que, este só conseguiriam ser inscritos na lógica da exclusão social. Kemper (2013) assinala que a exclusão produz muitas marcas no sujeito, como insegurança, instabilidade e exposição à situações-limites, traduzindo um processo de marginalização, definido pela autora como sendo “um processo ativo e reiterado de ataque aos processos de filiação e identificação”. Sendo assim, a exclusão não se coloca como um processo apenas de dentro e fora das condições de existência do sujeito, mas como um processo que ocorre na relação entre o espaço íntimo e o espaço social onde a “pobreza econômica, muitas vezes, desdobra-se em pobreza simbólica”.

Embora as participantes P.2 e P.8 tenham feito referência à pobreza do ponto de vista material, não podemos deixar de considerar os desdobramentos subjetivos que tal condição pode representar, pois a pobreza extrema pode causar um esgarçamento dos laços afetivos, devido à instabilidade gerada pela experiência da privação (GOMES e PEREIRA, 2003). Sob este aspecto, Arpini, Quintana e Gonçalves (2010) apontam que em estudo realizado por Peres (2001) nas situações de privações, as relações familiares podem se tornar tão frágeis a ponto do adolescente buscar a rua como uma estratégia de sobrevivência. A pobreza, nesse sentido, associada ao alto nível de privação pode gerar situações de sofrimento intenso levando o adolescente para rua a fim de não sucumbir às vivências de instabilidade na família.

Assim, a pobreza aponta para outros aspectos além da dificuldade de acesso aos bens de consumo, pois se refere também a um processo de desubjetivação que tolhe o sujeito em sua capacidade de reconhecer-se diante da própria singularidade. Dessa forma, o sujeito da periferia, marcado pela pobreza e exclusão social, adquire um novo registro, cuja marca representa não apenas a ausência de recursos materiais, mas principalmente, dos recursos subjetivos que lhe possibilite uma nova inscrição para a construção do laço social. Assim, a exclusão social se desdobra em uma exclusão subjetiva, que coloca o sujeito na situação de

duplo-excluído, que ora é excluído da sociedade do consumo e ora é excluído da possibilidade de ser reconhecido enquanto um sujeito singular.

Os profissionais também destacaram que há uma estreita relação entre a vivência de rua e as famílias cujas mães ou avós representam a principal figura parental. Assim, embora não seja uma causa de conflito familiar, como os aspectos anteriormente referenciados (violência, uso de drogas e pobreza), na percepção de alguns profissionais este tipo de configuração familiar tem relação com a vivência de rua de crianças e adolescentes.

[...] “outras coisas que acontecem na contemporaneidade que acabam que as crianças vão pra rua, que eu percebo, né, nesse tempo que eu tô trabalhando, por exemplo é a desresponsabilização dos pais e a superresponsabilização dos avós. E os avós, muitas vezes, não conseguem fazer o papel de responsável por essa criança. De impor limites, de conduzir essas crianças e isso a gente também tem visto muito, assim.” [...] (P.8)

[...] “quando é cuidado pelos avós, às vezes esses avós não conseguem dar um suporte, né, principalmente quando é um número grande de irmãos.” [...] (P.5)

Conforme pontuam Amazonas e Braga (2006) talvez a vivência de rua nesses casos ocorra em função dos avós estarem mais propensos ao desejo pelo descanso e à ausência de obrigações do que à responsabilização pelo cuidado das crianças e adolescentes.

Acerca da figura da mãe, P.8 e P.7 referem:

[...] a gente vem de um sistema que a mulher saiu de casa pra trabalhar, que a mulher teve o seu momento de ser responsável, mas ela precisa de políticas públicas pra auxiliar ela [...] (P.8).

[...] o casal se divorcia e o pai arruma uma nova companheira ou então a mãe fica só e tem que cuidar de um número grande de irmãos. Aí ela trabalha o dia todo e o cuidado fica mais difícil, né? Eles acabam indo pra rua.” [...] (P.7)

Para Amazonas e Braga (2006) a participação crescente da mulher no mercado de trabalho tem afetado a instituição familiar de uma forma jamais vista na história e tem repercutido nos processos de subjetivação da criança. Tais autoras referem que a afirmação do trabalho feminino se deu primeiramente por necessidade, num período ocorrido após as grandes guerras, sendo sucedido, posteriormente por uma questão de valor devido às transformações sociais, econômicas e culturais, como os movimentos feministas do fim do século XIX e início do XX.

Essas transformações geraram uma crise nas referências simbólicas, momento em que a percepção da constituição do sujeito a partir de processos identificatórios mediados por uma autoridade simbólica foi colocada em xeque e novos papéis foram assumidos pelas mulheres (MOGRABI e HERZOG, 2006). A ausência de um referencial simbólico para a criança e o adolescente, deve-se em grande medida, ao adulto não querer mais ocupar o lugar da lei, ou seja, haveria uma grande omissão por parte dos pais em oferecer parâmetros mínimos para orientar os filhos, pois eles também estariam vivendo à margem da lei, identificados com as transgressões adolescentes (KEHL, 2004).

Sendo assim, novos modelos de subjetivação foram sendo construídos na contemporaneidade a partir de um registro que passa pelo declínio da autoridade simbólica paterna e conseqüentemente da mudança na relação do sujeito com a lei, pois a lei se insere como fator determinante quando a subjetividade é constituída a partir da relação com a autoridade simbólica: “a lei é que põe limite à autossuficiência narcísica, indica que o sujeito precisa do outro pra sobreviver, para se identificar, para existir” (COSTA e QUEIROZ, 2011, p.454).

Como apontado na introdução deste artigo, a família cumpre a função fundamental de inscrição da criança no universo simbólico através das funções parentais, assim, essas funções são responsáveis pela dimensão estruturante do sujeito. Dessa forma, é importante considerar que, independentemente da configuração familiar, é essencial que exista alguém que ofereça um lugar configurado com seus limites onde diante de uma situação de medo, frustração ou angústia, a criança e o adolescente possam se refugiar (ARPINI, QUINTANA e GONÇALVES, 2010).

Para finalizar, parece ser importante destacar a importância do ponto de vista dos profissionais na medida em que percebem a situação de fragilidade em que se encontram expostas essas crianças e adolescentes, reconhecendo também a relevância da família e a necessidade de compreender os aspectos subjetivos que a vivência de rua proporciona.

4.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais identificam a relevância dos conflitos familiares na vivência de rua de crianças e adolescentes. Para os profissionais que integraram o estudo, existe uma grande fragilização nos vínculos familiares que teriam se diluído devido aos intensos conflitos gerados principalmente pela violência, pobreza e uso de drogas. As mudanças ocorridas na

configuração familiar também foram apontadas como possuindo estreita relação com a vivência de rua, principalmente quando a família é chefiada pelas mães ou pelos avós.

Na percepção desses profissionais a saída de casa é motivada por um contexto de sofrimento que extrapola o nível que a criança e ou adolescente podem suportar e, estes acabam buscando a rua como uma forma de sobreviverem à essa conflitiva. No entanto, na rua, eles acabam reproduzindo as experiências familiares e se colocando em situações de risco, com experiências envolvendo violência e uso de drogas.

Assim, percebe-se que os profissionais compreendem a ida pra rua a partir da conflitiva familiar, porém, não parecem visualizar como poderia se dar o retorno para casa, uma vez que, a saída da rua não foi pontuada pelos profissionais. Entende-se que para minimizar a vivência de rua de crianças e adolescentes é necessário atuar nas causas deste fenômeno, ou seja, na família. Dessa forma, é fundamental que haja uma maior articulação entre os três níveis de complexidade do SUAS, a fim de que os serviços alcancem maior resolutividade e efetividade à problemática dessas famílias. Por fim destaca-se a importância da participação dos profissionais no sentido de que o alcance das políticas públicas envolvendo famílias, crianças e adolescentes passa necessariamente pela possibilidade de um olhar crítico-reflexivo, capaz de acolher o sofrimento e a impotência que caracterizam aqueles que se encontram fragilizados, sobretudo dos vínculos afetivos. O fato de não se ter apontado alternativas para a saída da vivência de rua, parece denotar a impotência que o tema evoca, exigindo certamente grandes desafios aos profissionais que atuam nesse cenário. Assim, sugere-se a realização de novos estudos, além de grupos de discussão e estudo com os profissionais a fim de buscar através do conhecimento compartilhado aliado as experiências alternativas para lidar com a situação, evitando a indiferença e a passividade, que podem ser respostas a impotência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBORNOZ, A.C.G. & NUNES, M.L.T. A dor e a constituição psíquica. **Psico-USF**, v.9, n.2, p.211-218, Jul./Dez. 2004.
- AMAZONAS, M.C.L.A. & BRAGA, M.G.R. Reflexões acerca das novas formas de parentalidade e suas possíveis vicissitudes culturais e subjetivas. **Ágora**, v. IX n. 2, p.177-191, jul/dez, 2006.
- ARPINI, D. M. et.al. Violência sexual contra crianças e adolescentes: “ninguém quer ajudar, só julgar”. **Rev. Adolescência & Saúde** (UERJ), v. 10, p. 27-33, 2013.
- ARPINI, D. M.; GONÇALVES, C. S.; As drogas e o álcool e sua relação com a violência: o olhar de adolescentes em situação de rua. **Psico** (PUCRS. Impresso), v. 42, p. 442-449, 2011.

- ARPINI, D.M.; QUINTANA, A.M.; GONÇALVES, C.S. Relações familiares e violência em adolescentes em situação de rua. **Psicol. Argum.** Out/dez., 28(63), 325-336, 2010.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. ed. rev. e ampl. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BARROS, P.C.M. & QUEIROZ, E.F. "Socorro, não estou sentindo nada": a violência e a vivência do pátos em crianças e adolescentes em situação de rua. In: **III Congresso Internacional de Psicopatologia Fundamental**. Niterói. 2008.
- BERNARDINO, L.M.F. (Org.) **O que a psicanálise pode ensinar sobre a criança, sujeito em constituição**. São Paulo: Escuta, 2006.
- BEZERRA JR., B. "Eu não havia matado ninguém ainda": Reflexões sobre agressividade e violência. In: **Masculinidade em crise**. Comissão de Periódicos da Associação Psicanalítica de Porto Alegre. Porto Alegre: APPOA, 2005.
- BRASIL. Lei Federal 8.069/1990. **Estatuto da criança e do adolescente**. – 7.ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.
- BROIDE, J. Adolescência e violência: a criação de dispositivos clínicos no território conflagrado das periferias. In: **Debates sobre a adolescência contemporânea e o laço social**. (Org.) Gurski, R, Rosa, M. D. e Poli, M.C. 2ª Ed. Curitiba, Juruá. p.123-136. 2012.
- COSTA, V.A.S.F. & QUEIROZ, E.F. Transtorno de pânico: uma manifestação clínica do desamparo. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 31(3): 444-455, 2011.
- ELIA, L. **O conceito de sujeito**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- FERENCZI, S. Reflexões sobre o trauma. In **Obras Completas: Psicanálise IV**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- FERREIRA, T. **Os meninos e a rua: uma interpelação à psicanálise**. Ed. Autêntica: Belo Horizonte, 2001.
- FILHOL, O. **La famille dans tous ses états**. **Rev Epam** [Internet]. 2002 [citado 2014 Out 31]; 47:121-129. Disponível em www.cairn.info/revue-empan-2002-3-page-121.htm Acesso em 31 de outubro de 2014.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GOMES, M.A. & PEREIRA, M.L.D. O adolescente e a rua: encantos e desencantos. **Rev. Mal-Estar e Subjetividade**. Fortaleza, V. III, Nº 1, p.106-120. Mar.2003
- KEHL, M.R. A juventude como sintoma da cultura. In.:Novaes, R.; Vannuchi, P. (Orgs). **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. Ed: Fundação Perseu Abramo, p. 89-114; 2004.
- KEMPER, M.L.C. **Invisibilidade, identidade e laço social na contemporaneidade: sobre a exclusão nas esferas psíquica e social**. **Cad. Psicanálise CPRJ**, 35:105-125; 2013.
- LUCCHINI, R. A criança em situação de rua: uma realidade complexa. In.: Rizzini, I. (coord.).**Vida nas ruas: crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis?** Rio de Janeiro, Ed. PUC-Rio; SP: Loyola, 2003. p. 45-86.
- MARIN, I.da S.K. **Violências**. São Paulo: Escuta, FAPESP, 2002.
- _____. **FEBEM, família e identidade: (o lugar do outro)**. 3ª ed. São Paulo: Editora Escuta, 2010.
- _____. Tornar-se mãe de seu próprio filho. In: **Revista latino-americana de Psicopatologia Fundamental**. São Paulo, v. 15, n. 1, p. 197-202; 2012.
- MINAYO, M. C. S. Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social. In: Deslandes, S.F.; Neto, O.C.; Gomes, R.; Minayo. M.C.S. (Orgs). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Ed. Vozes: Petrópolis, p. 9-29, 1999.
- _____. Metodologia de pesquisa social e em saúde. In: Minayo, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. Ed: Hucitec. p.39-53. 2013
- MOGRABI, D. & HERZOG, R. Sob o signo da incerteza: autoridade simbólica e desamparo. **Estudos de Psicologia**, 11(2): 127-133, 2006.

- MORAES, E.G. de & MACEDO, M.M.K. **Vivência de indiferença: trauma ao ato-dor**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.
- NAZAR, M.T.P. Infância e modernidade. In: **Trata-se uma criança**. I Congresso Internacional de Psicanálise e suas conexões. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1999.
- NOGUEIRA, C.S.P. O adolescente infrator. In.: Barros, F.O. (coord.). **Tô fora: o adolescente fora da lei. o retorno da segregação**. V.3. Belo Horizonte: Del Rey, p. 13-24; 2003.
- PERES, V.L.A. Concepções de família em população de periferia urbana. In.: Sousa, S.M.G. (Org.). **Infância, adolescência e família**. (pp.217-230). Goiânia: Cãnone Editorial: 2001.
- REFOSCO, L. da L. Configurações das funções paterna e materna no cenário da adolescência em conflito com a lei. **Dissertação de Mestrado**. PUCRS, 2012.
- RIBEIRO, M.O. & CIAMPONE, M.H.T. Crianças em situação de rua falam sobre os abrigos. *Rev. Esc. Rnf. USP*; 36(4) 309-16; 2002.
- RIZZINI, I., NEUMANN, M.M, & CISNEROS, A. Estudos contemporâneos sobre a infância e paradigmas de direitos Reflexões com base nas vozes de crianças e adolescentes em situação de rua no Rio de Janeiro. *Revista do Programa de Pós-Graduação em serviço Social: O social em Questão*. n. 21, novembro, 2009.
- ROSA, M.D. **Migrantes, imigrantes e refugiados: a clínica do traumático**. *Revista de cultura e extensão*, v.7, p.67-76, 2012.
- _____. O discurso e o ato na produção do laço social: reflexões sobre a delinquência. In: **Congresso Internacional de Psicanálise e suas Conexões. Trata-se uma criança**. Ed. Cia de Freud: Rio de Janeiro, 1999.
- _____. Adolescência: da cena familiar à cena social. **Psicologia USP**, vol.13, Nº 2, 227-241, 2002.
- ROUYER, M. As crianças vítimas, consequências, a curto e médio prazo. In: Gabel, M. **Crianças vítimas de abuso sexual**. São Paulo: Summus, p. 91-102; 1997.
- SATTLER, M.K. O abusador: o que sabemos. In: Azambuja MRF, Ferreira, MHM. **Violência sexual contra crianças e adolescentes**. Porto Alegre: Artmed; p. 234-47; 2011.
- SAVIETTO, B.B. **Adolescência: Ato e Atualidade**. Dissertação de Mestrado – UFRJ/IP/Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica. Orientadora: Marta Rezende Cardoso, 2006.
- SOARES, L. E. Juventude e violência no Brasil contemporâneo. In: **Juventude e Sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação**. 1ª Ed. p. 130-159, 2004.
- TURATO, E. **Tratado de metodologia da pesquisa clínico-qualitativa**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2003.
- TELES, V. Agência Saúde – ASCOM/MS. Disponível em <http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/noticia/5242/162/abuso-sexual-eo-segundo%3Cbr%3E-maior-tipo-de-violencia.html>. Acesso em 22 de março de 2014, 2012.
- WINNICOTT, D. **Privação e delinquência**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

5. CAPÍTULO 4 – ARTIGO 2

Vivência de rua de crianças e adolescentes e as políticas públicas de proteção social: qual o lugar do profissional?

Resumo

Este estudo objetivou conhecer a percepção dos profissionais psicólogos e assistentes sociais que atuam no Sistema Único da Assistência Social em um município no interior do Rio Grande do Sul, acerca da vivência de rua de crianças e adolescentes. Tratou-se de uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas e analisados através da análise de conteúdo temática, de onde emergiram três categorias: *Liberdade e amizade; Relações protetivas por meio da formação de grupos; e O lugar das políticas públicas entre a saída de casa e a permanência na rua*. Os resultados apontaram que na percepção dos profissionais, a rua, num primeiro momento, exerce um certo fascínio na vida das crianças e adolescentes devido à liberdade que este espaço pode oferecer, uma vez que, essas crianças e adolescentes estariam vivendo conflitos intensos no espaço familiar, além da privação em relação aos bens de consumo. No entanto, num segundo momento a rua pode se mostrar tão violenta quanto o ambiente familiar de onde saíram, pois pode expor essas crianças e adolescentes à exploração do trabalho infantil, uso e abuso de drogas, exploração sexual, entre outras formas de violência. Portanto, para se fortalecerem eles formam grupos intensificando os vínculos de amizade. Salientou-se a importância das políticas públicas de proteção social à infância e adolescência, em especial àquelas que atendem à população em situação de rua, no processo entre a saída de casa e a permanência na rua, como sendo um importante instrumento para os profissionais que atuam no Sistema de Garantia de Direitos, em especial, do Sistema Único da Assistência Social em seus três níveis de complexidade.

Palavras-chave: políticas públicas, vivência de rua, intervenção psicossocial

The street life experience of teenagers and children and the public politics of social protection: where does the professional belong?

Abstract

This study has as its goal to know the perception of psychologists and social workers professionals who work in the Sistema Único da Assistência Social in a city located in the country area of the Rio Grande do Sul state, regarding the street life experience of homeless teenagers and children produced with a qualitative research of exploratory character. The data were collected through semistructured interviews and analyzed through thematic content analysis whence three categories emerged: *Friendship and liberty; protective relations through groups formation; and The place of public politics among the exit from home to the permanency on the streets*. The results pointed that in the professional's perception, the streets, at first, seem fascinating for teenagers and children due to the liberty that it may have to offer, since these teenagers and children would have been living intense conflicts in the family environment, besides the privations in relation to material goods. However, in a second moment streets can be as violent as any familiar environment they might have run away from, since it can expose these teenagers and children to child labor exploitation, use and abuse of drugs, sexual exploitation, among others forms of violence. Therefore, to become strong they form groups intensifying their friendship bonds. The importance of public politics of social protection to childhood and youth, especially those that attend

people in homelessness situation, in the process between the exit from home and the permanency on the streets, was emphasized as being an important instrument to the professionals who act in the Sistema de Garantia de Direitos, especially, from the Sistema Único da Assistência Social on its three complexity levels.

Key-words: public politics, street life experience, psychosocial intervention.

5.1 INTRODUÇÃO

“Rua é tal como sonho, nela está expressa toda dramática do desejo e da vida, por meio da figuração, da mudança de uma imagem em outra, do deslocamento e das condensações em cujos fatos, atitudes, gestos, olhares, vida e morte se dão.”

(BROIDE, 2010, p.13)

Crianças e adolescentes com vivência de rua⁵ geralmente são oriundas de famílias marcadas pela pobreza extrema, onde a casa representa um espaço muito intenso de restrição do consumo e as vivências carregam o registro dos limites impostos por esta restrição. No entanto, há famílias marcadas pela pobreza que conseguem oferecer um ambiente saudável, onde o bom convívio familiar se sobrepõe à falta de recursos materiais, permitindo que suas crianças e adolescentes se constituam subjetivamente por meio de relações saudáveis construídas no ambiente familiar.

Para Moreira (2014), crianças e adolescentes que saem de casa em busca da rua denunciam a fragilidade das relações afetivas e simbólicas vividas no contexto familiar, geralmente relacionada aos intensos conflitos familiares marcados pela violência física e sexual, negligência e uso e abuso de drogas. A saída de casa, portanto, geralmente é motivada por conflitos com a família e ocorre de forma gradual, quando começam a passar parte do dia nas ruas e retornam para casa à noite. Nessa dinâmica começam a se familiarizar com os lugares e construir uma rede de relações com pessoas fora do âmbito familiar que passam a exercer uma grande influência no comportamento dessas crianças e adolescentes (RIZZINI,

⁵ A expressão “vivência de rua” será abordada neste estudo a partir da percepção de que a rua não é para a criança e o adolescente, um espaço autônomo de sobrevivência em relação ao ambiente familiar ou a outros espaços como a escola, instituição de acolhimento e programas de assistência da rede de atendimento (LUCCIHINI, 2003). Dessa forma, demarcamos a diferença com outros conceitos semelhantes como por exemplo, “criança de rua”, onde embora a criança possa alternar entre a família e a rua, tem sempre a rua como campo principal (LUCCIHINI, 2003). Portanto, “vivência de rua” neste trabalho se refere a utilização da rua como um dos espaços ocupados pela criança e o adolescente, alternando entre diferentes campos que são equivalentes, sem que um deles cumpra um papel de referência.

NEUMANN e CISNEROS, 2009). Dessa forma, a rua surge, mais como uma alternativa de sobrevivência psíquica do que material, e vai aos poucos oferecendo um leque de possibilidades que fascina o universo infanto-juvenil, pois na rua, é possível frequentar festas, consumir drogas, namorar e participar do mundo adulto sem que sejam supervisionados por estes.

Quando crianças e adolescentes iniciam o processo de saída de casa e ida para a rua, elas começam a passar longos períodos na rua, retornando para casa à noite e saindo novamente no dia seguinte. Aos poucos a vivência de rua vai se intensificando e a casa vai deixando de ser a principal referência da criança e do adolescente. Nesse momento, as relações vividas na rua parecem fazer mais sentido em relação àquelas do contexto familiar e lentamente a rua vai ganhando um espaço cada vez maior na vida dessas crianças e adolescentes que ficam encantados pela liberdade que este espaço pode oferecer. Sob este aspecto, Gregori (2000) refere que o gosto pela liberdade da rua é fruto do contexto de instabilidade construído no âmbito familiar, ou seja, devido à ausência de estabilidade no ambiente, a criança e o adolescente não constroem um sentimento de pertencimento em relação ao espaço que deveriam ocupar na família, e passam a buscar em outros espaços um refúgio por meio do estabelecimento de novas relações mais saudáveis e protetivas.

Nesse sentido, as novas possibilidades que a rua pode oferecer para as crianças e adolescentes que estão vivenciando situações de privação e violência na família, parece fazer desse espaço uma alternativa viável para que abandonem aquele ambiente hostil, pois nesse novo contexto poderão vivenciar situações diferentes e construir outras relações que poderão ser importantes em seus processos de constituição subjetiva-identitária (FERREIRA, LITTIG e VESCOVI, 2014). Além de novas relações a rua também oferece a possibilidade de consumirem aquilo que a família não tem condições de comprar, como por exemplo, doces, lanches e refrigerantes que são coisas muito sedutoras da infância e adolescência. A possibilidade de ganhar algum dinheiro em locais de grande fluxo de pessoas, como as saídas de supermercados e estacionamentos, também enriquece o interesse pela rua que, por sua vez, vai exercendo um certo fascínio nessas crianças e adolescentes. No entanto, na medida em que vão se distanciando de casa e permanecendo na rua, essas crianças e adolescentes começam a perceber que há outra face nesse contexto, e que, por conseguinte, a rua pode ser tão hostil quanto o contexto familiar que, outrora, impulsionou a saída de casa.

A rua, portanto, mostra-se como um grande paradoxo, pois, em um primeiro momento oferece um espaço de liberdade e a possibilidade de vivências importantes para essas crianças

e adolescentes, porém, em um segundo momento, pode apresentar-se de forma menos sedutora e mais agressiva, expondo-as ao trabalho infantil, exploração sexual, uso e abuso de drogas, doenças sexualmente transmissíveis, entre outros fatores de risco (FERREIRA, LITTIG e VESCOVI, 2014). Entende-se esse paradoxo como um grande desafio aos profissionais que atuam nas políticas públicas voltadas à proteção integral de crianças e adolescentes, pois ainda que não considerem a rua como um espaço de proteção, também não devem desconsiderá-la como um espaço importante para aquelas crianças e adolescentes cujo direito à convivência familiar e comunitária (ECA, Art. 19) fora violado por algum tipo de violência.

Sendo assim, é fundamental que os profissionais que atuam nas políticas públicas de proteção social e na garantia dos direitos das crianças e adolescentes tenham conhecimento acerca dos avanços da Assistência Social enquanto política pública do Estado e da legislação de proteção integral à criança e ao adolescente (Lei 8.069/90) para que possam atuar com compromisso ético e responsabilidade social, atendendo as necessidades de uma determinada população e respeitando a singularidade de cada situação.

A entrada dos profissionais técnicos no campo das políticas públicas de proteção social é recente, e se deu a partir dos avanços da Assistência Social enquanto direito de todos e Política do Estado. A Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004) e a Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social (BRASIL, 2005) trouxeram para o campo da proteção social uma nova perspectiva onde as ações assistencialistas voltadas aos pobres deixaram de representar obras caritativas e filantrópicas para compor um novo paradigma, qual seja, o da Assistência Social enquanto direito de todos e Política do Estado.

A partir da Constituição de 1988 a proteção social, assim como a saúde, a educação e a previdência, passaram a ser compreendidas como direitos de todos os brasileiros e como dever do Estado. Portanto, a PNAS, o SUAS e a Constituição de 1988 foram marcos na legislação brasileira que inspiraram o surgimento de um novo contexto pautado por uma mudança de paradigma em que o “indivíduo com necessidades”, assistido por ações benevolentes, geralmente realizadas por instituições religiosas passou a ser um “sujeito de direitos”, devendo ser assistido pelo Estado.

Na medida em que a Assistência Social foi avançando em termos de política pública, foram sendo criados os dispositivos necessários para o funcionamento dessa política e os profissionais técnicos passaram a ser fundamentais enquanto agentes desse funcionamento.

Dessa forma, O SUAS foi criado para efetivar os princípios constituintes da PNAS e possibilitar ao Estado os meios de garantir a efetividade da Assistência Social enquanto política pública de proteção social (ROMAGNOLI e MOREIRA, 2014). Por meio de serviços e programas, o SUAS organizou-se em três níveis de complexidade: básica, média e alta, onde os profissionais atuam conforme a especificidade de cada nível.

Os serviços da Proteção Social Básica são realizados pelos Centros de Referência da Assistência Social, os CRAS. Esses Centros são unidades públicas e estatais de base territorial, localizados em áreas de vulnerabilidade e risco social e representam a principal porta de entrada do SUAS. A principal finalidade dos CRAS é fortalecer os vínculos familiares e comunitários de forma preventiva e protetiva. Para isso, devem realizar a Gestão da Proteção Social Básica no Território e ofertar o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) (BRASIL, 2009b).

Os serviços da Proteção Social de média complexidade são realizados pelos Centros de Referência Especializados da Assistência Social, os CREAS e estão voltados aos indivíduos que tiveram seus direitos violados mas permanecem com vínculos familiares e comunitários. A média complexidade “difere-se da proteção básica por se tratar de um atendimento dirigido às situações de violação de direitos” (BRASIL, 2004, p. 32). Os CREAS operam a referência e a contra-referência com a rede de serviços socioassistenciais da proteção social básica e especial, com as demais políticas públicas e instituições que compõem o Sistema de Garantia de Direitos (BRASIL, 2009b).

A média complexidade compreende os serviços de Proteção e Atendimento Especializado à Famílias e Indivíduos (PAEFI); Serviço Especializado em Abordagem Social; Serviço de Proteção Social à adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida - LA e de Prestação de Serviço à Comunidade – PSC; Serviço de Proteção Social para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias e o Serviço Especializado para pessoas em situação de rua (BRASIL, 2009b).

A alta complexidade, por sua vez, compõe os serviços que devem garantir a proteção integral para famílias e indivíduos que estão sem referência ou em situação de ameaça e que necessitam sair do núcleo familiar ou comunitário. Esses serviços devem garantir a moradia, a higiene e alimentação (BRASIL, 2004). Compõem a rede da alta complexidade da proteção social especial o Serviço de Acolhimento Institucional; Serviço de Acolhimento em

Repúblicas; Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora e o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências (BRASIL, 2009b).

A partir dessa organização, o SUAS passou a oferecer serviços específicos à população em situação de rua, sendo que, com a aprovação da Tipificação Nacional de Serviços Assistenciais em 2009, o serviço especializado em abordagem social passou a integrar o aparato legal da PNAS, ampliando as discussões acerca da população em situação de rua em âmbito nacional. (BRASIL, 2009c). Tanto na Tipificação como no Decreto nº 7.053/2009 (BRASIL, 2009a) são previstas unidades de natureza pública e estatal referenciados à proteção social especial de média complexidade a fim de atender à especificidade da população em situação de rua. Essas unidades constituem os Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centros-POP) e voltam-se, especificamente, para o atendimento especializado dessa população, devendo ofertar, obrigatoriamente, o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

Contudo, salientamos que a inserção dos profissionais técnicos nas políticas públicas, em especial da Assistência Social, possibilitou que as diversas situações de vulnerabilidade social pudessem ser atendidas conforme suas especificidades e dessa forma, as famílias fossem assistidas segundo suas necessidades. Entre os profissionais, estão os assistentes sociais e os psicólogos cujas funções estão voltadas às intervenções psicossociais. Abade (2014) salienta que o “psicossocial” de uma intervenção profissional na assistência social pode ser tomado por diferentes ângulos e formas, conforme for o paradigma de explicação ou a teoria tomada como referência pelo profissional psicólogo ou assistente social. Nesse sentido, o caráter psicossocial vai oscilar conforme os diferentes modos de conceber e promover a intervenção. Segundo a autora, algumas intervenções assumirão um caráter mais educativo, outras um caráter mais clínico ou então voltados para o desenvolvimento de ações coletivas, mas todas serão psicossociais.

No entanto, se por um lado, o conceito psicossocial abre um leque de possibilidades ao fazer profissional, por outro, pode provocar ambiguidades e um “sentimento de insegurança e de falta de preparo para a atuação profissional no campo das políticas sociais” (ABADE, 2014, p. 142). Para Junior e Magalhães (2014) a construção de intervenções psicossociais perpassa uma construção teórico-metodológica coletiva onde contribuem várias especialidades, no qual são necessários profissionais qualificados que tenham “abertura para o conflito, para o diálogo e para o enfrentamento político” (p. 184).

Entre as atuações, salientamos que ao psicólogo compete a elaboração, planejamento, execução, avaliação das políticas públicas e também o atendimento direto à população que exige novas estratégias produzidas a partir da revisão das práticas clínicas tradicionais da psicologia. Essa atuação deve visar a potencialização dos recursos subjetivos, sociais, comunitários, materiais e simbólicos dos sujeitos tendo em vista a co-produção da transformação de suas condições (MOREIRA, 2014). Para tal, é fundamental que a atuação seja construída a partir de uma perspectiva interdisciplinar, especialmente entre os saberes do campo do serviço social e os do campo jurídico. Já ao profissional do serviço social, as ações visam possibilitar o exercício da cidadania dos sujeitos e suas famílias. Essas ações incluem o encaminhamento para a expedição de documentos, tais como, carteira de trabalho e de identidade, encaminhamento para cursos de capacitação para geração de renda, atendimentos de saúde, inclusão no programa bolsa família, matrícula das crianças e adolescentes nas escolas, inclusão de pais e responsáveis em grupos de apoio sócio-familiar (MOREIRA, 2014).

A partir dessas considerações, chega-se ao objetivo deste trabalho, qual seja, o de conhecer a percepção dos profissionais que atuam nos três níveis de complexidade do SUAS em relação à vivência de rua de crianças e adolescentes. Tal objetivo surgiu do interesse em compreender como esses profissionais percebem a função da rua na constituição desses sujeitos, pois entende-se que suas percepções são fundamentais para que a legislação para a população em situação de rua possa se tornar um importante dispositivo para a prática desses profissionais e conseqüentemente para a proteção dessa população.

5.2 MÉTODO

5.2.1 Delineamento

Foi realizado um estudo qualitativo de caráter exploratório, sendo este um método que possibilita conhecer as percepções e interpretações dos sujeitos acerca do tema investigado (GIL, 2002; MINAYO, 2013). Considerou-se esse tipo de investigação adequada pois abarca o sentido dado pela subjetividade que é o que caracteriza os fenômenos e processos sociais

(MINAYO, 1999). Nesse sentido, a pesquisa esteve relacionada à investigação de um nível de realidade que não pode ser quantificado pois diz respeito a uma realidade construída por meio de significados e valores no universo das relações humanas.

5.2.2 Participantes

Integraram este estudo um total de oito profissionais, entre eles, psicólogos e assistentes sociais que atuam no Sistema Único da Assistência Social (SUAS) nos três níveis de complexidade, a saber: proteção social básica, média e alta, em um município do interior do Rio Grande do Sul. Na baixa complexidade a pesquisa foi realizada em um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) onde participou um técnico de cada núcleo profissional. Na média complexidade a pesquisa ocorreu em dois Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS), onde em um deles, participou um técnico de cada núcleo profissional e em outro, um técnico psicólogo. Na alta complexidade, a pesquisa foi realizada em duas unidades de Acolhimento Institucional. Numa unidade participaram um técnico de cada núcleo profissional e em outra unidade participou um técnico assistente social. A distribuição dos locais com o número de participantes da pesquisa encontra-se na tabela 1 e a descrição de cada participante encontra-se na tabela 2 conforme exposição abaixo.

Tabela 2.1 – Distribuição dos locais com o número de participantes da pesquisa.

Serviços	Psicólogo	Ass. Social
CRAS	1	1
CREAS A	1	1
CREAS B	1	
Acolhimento Institucional A	1	1
Acolhimento Institucional B		1
Total de participantes	8	

Fonte: Dados da Pesquisa.

Tabela 2.2 – Descrição dos participantes da pesquisa.

Nome	Idade	Tempo de atuação no local	Tempo de formação
P.1	41	6 meses	13 anos
P.2	28	4 meses	2 anos e 6 meses
P.3	27	3 anos	6 anos
P.4	27	4 anos	4 anos
P.5	27	45 dias	2 anos
P.6	30	5 anos	5 anos
P.7	28	4 meses	6 anos
P.8	40	7 anos	7 anos

Fonte: Dados da Pesquisa.

Salienta-se que no momento da coleta de informações o município estava reordenando os serviços da baixa complexidade, haja vista que o serviço não é prestado diretamente pelo órgão público municipal, mas por empresa que concorre via licitação. Portanto, alguns profissionais ainda estavam sendo contratados, o que inviabilizou o aceite para a participação na pesquisa.

5.2.3 Instrumentos e Procedimentos

O contato com os participantes foi feito primeiramente via telefone, momento em que foi agendado um encontro no serviço para que a pesquisa pudesse ser apresentada e os objetivos explicitados. Após o aceite para a participação na pesquisa foi agendado um novo encontro no serviço onde foi assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que continha as informações em linguagem clara e compreensível acerca dos procedimentos do estudo.

Posteriormente, foram realizadas entrevistas semiestruturadas de questões abertas, todas gravadas e posteriormente transcritas na íntegra. Conforme aponta Turato (2003), a entrevista semiestruturada caracteriza-se por um encontro interpessoal entre entrevistador e entrevistado, no qual os papéis de cada um dos integrantes ficam bem definidos, no sentido de que o entrevistador é o responsável pelo encontro e o entrevistado é um convidado a expressar suas opiniões acerca de determinado fenômeno. Dessa forma, houve uma troca dinâmica de

direção, ora dada pelo entrevistador ora pelo entrevistado, o que facilitou a coleta de informações baseada no discurso livre do entrevistado através da introdução de tópicos pelo entrevistador. As entrevistas foram realizadas a partir de três eixos norteadores: 1) vivência de rua e relações familiares; 2) vivência de rua e subjetividade e 3) vivência de rua e políticas públicas de proteção social para pessoas em situação de rua. Porém, neste artigo será analisada a parte da entrevista que corresponde ao segundo e terceiro eixo norteador.

5.2.4 Análise de dados

A análise dos dados foi realizada de forma qualitativa, onde utilizou-se a análise de conteúdo temática proposta por Bardin (2011), a qual se caracteriza por um conjunto de instrumentos metodológicos que se aplicam aos discursos, analisando as comunicações, decompondo-as e elencando categorias. A partir dessa análise emergiram três categorias, a saber, *“Liberdade e amizade”*, *“Relações protetivas por meio da formação de grupos”* e *“O lugar das políticas públicas entre a saída de casa e a permanência na rua”*.

5.2.5 Considerações éticas

Cabe mencionar que este estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da instituição de origem das autoras e aprovado antes de sua execução, em conformidade com as diretrizes do Conselho Nacional de Saúde, sob o número CAAE 38742414.0.0000.5346.

A fim de preservar a identidade das participantes, as falas serão apresentadas pela letra P (participante), seguidas do número que representa a ordem cronológica da realização das entrevistas.

5.3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Liberdade e amizade

Esta categoria emergiu a partir da força discursiva oriunda da fala dos profissionais psicólogos e assistentes sociais quando entrevistados acerca da vivência de rua de crianças e adolescentes cujo principal eixo norteador foi *vivência de rua e subjetividade*. Destaca-se que esta categoria representa o momento inicial da vida nas ruas.

Segundo Mizrahi (2010) as relações de amizade que são marcadas por experiências de prazer compartilhadas denunciam a possibilidade de relações intensas e criativas que podem inaugurar novas formas de vida para sujeito. A autora aponta para o conceito winnicottiano de *holding* a fim de considera-lo como o contraponto da vulnerabilidade: “o holding proporcionado pela amizade serviria talvez como um importante contraponto face à precariedade e vulnerabilidade experimentadas pelo sujeito na sociedade contemporânea” (p.187).

Nesse sentido, as relações de amizade possuem um potencial transgressivo que retira o sujeito de uma posição passiva frente a falta e ao desamparo, e lança-o em um espaço intersubjetivo de potência criativa. A amizade, portanto, possibilita aos sujeitos um outro registro frente à invisibilidade e ao não-reconhecimento frutos de experiências marcadas pela ausência do olhar do outro. Esse novo registro se faz na construção de laços sociais consistentes, que fortalecem o sujeito por meio de um suporte social marcado pela ausência de regras reguladoras.

A amizade, enquanto suporte social, passa a ter uma dimensão política, pois representa a possibilidade de um novo *status quo* para o sujeito, ou seja, é um espaço em que as potencialidades criativas do sujeito podem retirá-lo de uma posição passiva regida pela submissão as regras instituídas pelo sistema de consumo e colocá-lo em outra posição, ativa, regida pela espontaneidade e criatividade. Portanto, há outros espaços fora do âmbito familiar, onde são possíveis tecer laços de amizade que servem como suporte no processo de construção subjetiva dos sujeitos. Nesse sentido, talvez a vivência de rua aponte para a busca de um desses espaços, pois se a família não oferece um ambiente facilitador⁶, a rua pode ser

⁶ É o ambiente onde há oferta de condições físicas e psicológicas que favorecem o desenvolvimento da criança (Winnicott, 1956).

um espaço para que outras relações sejam tecidas e novas experiências contribuam para um viver mais criativo.

A seguir, serão apresentados alguns recortes das falas dos profissionais P.7 e P.8, entrevistados nesta pesquisa, na qual, corroboram com a teoria de Mizrahi (2010), quando afirmam que:

[...] “esses vínculos que se criam (na rua), às vezes podem ser de cuidado, de amizade. Pode até acontecer de um menino encontrar uma menina e ter esse vínculo e formar uma família e com isso então ele sai da família de origem e vai construir a própria família e vai buscar um emprego, enfim.” [...] (P.7)

[...] “eu não acho que a rua seja assim tão ruim, até porque a gente vai arrumando amizades, né? Eu acho que a permanência num grande período de tempo, sim, aí eu acho que sim [...] com certeza, com certeza na rua eu posso arrumar um amigo pra vida toda.” [...] (P.8)

Com essas falas, ambas as participantes salientam a possibilidade do estabelecimento de vínculos de amizade construídos a partir da vivência de rua, podendo este espaço ser considerado de grande relevância quando o contexto familiar é hostil, pois pode ser um espaço importante para a criança e o adolescente estabelecerem novas relações. Sob este aspecto, a rua deixa de ser apenas via pública para se configurar em um espaço constituinte da subjetividade humana (FERREIRA, 2001), uma vez que, são construídos vínculos com outras pessoas que ocupam a rua para diversos fins: “as calçadas são seus leitos; os transeuntes, solicitados constantemente, são os tios e as tias, o que restabelece a rede familiar nesta grande casa que é a rua” (CALLIGARIS, 1999, p.144).

A liberdade e a ausência de regras são percebidas por P.4 e P.8 como grandes atrativos para crianças e adolescentes que iniciam a vida nas ruas:

[...] “lá (na rua) eles não precisam seguir normas, regras nem aceitar limites. Eles se sentem à vontade para fazerem o que eles acham interessante fazerem.” [...] (P4)

[...] “a gente não pode desconsiderar como profissional, que a rua não seja atrativa [...] a rua tem a sua atração, porque as pessoas tem uma cultura ainda de dar esmola, de ajudar, elas falam, eu entendo isso muito pelo lado da ajuda, ah eu vou ajudar é uma criança né?” [...] (P.8)

As percepções dessas profissionais vão na mesma direção de uma pesquisa realizada por Soares et.al. (2003) na qual foram entrevistados 57 adolescentes, entre 12 e 15 anos, que

tiveram suas primeiras experiências de vida na rua, acerca do “que a rua tem de bom”? Em resposta a essa questão, 20 consideraram boa a experiência na rua devido à liberdade encontrada neste local como se pode ver nessas falas retiradas deste estudo: *“A gente pode andar pra onde a gente quiser, ir pra qualquer lugar. Essas são as coisas melhor que eu acho. Em casa só vivia preso...”* (E.,15 anos) e *“Muitas vezes na rua você não escuta muitas coisas que você escuta dentro de casa. Não tem jogação na cara (...), em certo ponto você é livre, você pode pensar o que você quiser, pode fazer o que você quiser”* (S.,15 anos).

Por outro lado, quando a permanência na rua se intensifica e passa a ser o local de referência para crianças e adolescentes, a liberdade parece não seduzir tanto como no início e cede lugar a outra percepção, marcada pelo registro da dor e do sofrimento: *“a rua não tem nada de bom para oferecer a gente, mas esse é o único modo da gente sobreviver”* (M.,15 anos) e *“tem gente assim, fazendo violência com as pessoas que fica na rua, e que gosta de esculachar. Às vezes tem nada pra cume na rua tem que ficar com fome o dia todo, é isso...”* (R.,13 anos) (SOARES, et. al, 2003).

A seguir, passaremos a analisar a segunda categoria que também emergiu a partir do eixo norteador *vivência de rua e subjetividade*. Conforme percepção dos profissionais, após o período inicial de vida nas ruas, as crianças e adolescentes intensificam as relações de amizade e unem-se em grupos a fim de se protegerem e conseguirem permanecer mais tempo na rua.

Relações protetivas por meio da formação de grupos

Se o início da vida na rua é marcado pela experiência da amizade e pela sensação de liberdade, aos poucos a criança e o adolescente vão experimentando uma sensação de desamparo, pois a rua vai deixando de ser tão atrativa e passa a se mostrar de uma maneira mais hostil. Sendo assim, essas crianças e adolescentes se aproximam mais intensamente a fim de formarem grupos, buscando nessa relação algum tipo de proteção. Essa experiência traduz a sensação de apoio que a criança e o adolescente sentem na presença do grupo, aspecto que pode ser elucidado pela fala de um adolescente que integrou a pesquisa referenciada anteriormente: *“aqui nós somos unido, se um ganhar uma coisa divide pra todo mundo, porque a metade das pessoas não tem mãe aqui, então a gente sobrevive como uma família na rua”* (F.,15 anos) (SOARES, et. al, 2003). O vínculo entre eles é formado pelo tempo de convivência nas ruas e pelas experiências difíceis que viveram juntos. Embora muitas amizades já existissem no bairro de origem em período anterior à ida para a rua, as

experiências na rua e a formação de grupos fortalece o laço afetivo e contribui para a sensação de proteção. A fala da participante P.7 mostra a importância da formação dos grupos para as crianças e adolescentes com vivência de rua:

[...] “a criança ou o adolescente se juntam com um grupo que acaba protegendo, que acaba arrumando comida e naquele momento a rua acaba sendo melhor pra ela [...] tá, eles dormem expostos na rua, eles estão expostos a outros fatores, mas se unem, conseguem comida, conseguem se proteger, um protege o outro e nada acontece a ele, então em relação ao abuso que essa criança tava vivendo em casa, a rua tem sido um fator de proteção.” [...] (P7)

Para Broide (2010) no grupo ficam estabelecidas leis próprias que regem as relações entre eles de modo que a confiança e o respeito vão fortalecendo o vínculo grupal e em função da sobrevivência, o grupo vai adquirindo força intensa. Sem a mediação do Estado, as leis do grupo funcionam como a única proteção de que podem contar, assim, essas leis são rigorosas, não obstante as relações entre eles expressarem um alto grau de afetividade e solidariedade possibilitando a sobrevivência neste território marcado pela pobreza e pelos efeitos da globalização perversa (BROIDE, 2010). A vivência grupal possibilita, portanto, que novas redes de proteção sejam construídas a fim de que a hostilidade do território não inviabilize o acesso dessa população aos bens simbólicos da cidade e também os bens sociais, culturais e de lazer.

Nessa direção, Graciani (1992) afirma que o grupo possibilita a construção de um processo de socialização muito importante para essas crianças e adolescentes, na medida em que vão se identificando uns com os outros, conforme as experiências vividas na rua. Assim, eles vão sendo reconhecidos e aceitos entre si e o grupo vai se formando por meio dessa dinâmica interacional. No entanto, a autora considera que, se por um lado, o grupo socializa e reafirma uma identidade, por outro lado, “o relacionamento pessoal é muito volátil e muito pouco constante” (p. 85) por que as motivações do grupo são, muitas vezes, permeadas pelos ataques permanentes de violência que a sociedade lhes direciona.

Na presente pesquisa, algumas participantes salientaram a importância que o grupo pode ter na vida das crianças e adolescentes com vivência de rua:

[...] “muitos acabam pela própria carência procurando uma atenção a mais ou querendo ter seu espaço reconhecido pela sociedade né. Querendo ter aquele, aquelas coisas que eles não tiveram e serem reconhecidos pelos outros.” [...] (P.2)

[...] “na rua, alguém (o grupo, os iguais) vai dar esse amparo, vai dar esse olhar que ela não tá encontrando na mãe [...] eu acho que a maioria das crianças que tem essa vivência de rua é porque não tem esse reconhecimento da família [...], esse olhar do outro pra se reconhecer, acho que isso é essencial, assim, e eles não encontram isso dentro do ambiente familiar, eles encontram isso na rua, né? Então, eles se reconhecem mesmo na rua, né? Interagindo com as outras pessoas.” [...] (P.6)

As participantes P.2 e P.6 compreendem a vivência grupal como um alicerce que ajuda essas crianças e adolescentes a se constituírem subjetivamente pois o grupo pode oferecer algum reconhecimento que contribui no processo de construção subjetiva-identitária. Essa construção, conforme salienta Graciani (1992) é marcada pelo significado que essas crianças e adolescentes vão conferindo a cada situação vivida na rua e pela forma que passam a ver o mundo a partir das múltiplas relações que estabelecem com os demais sujeitos sociais. É, pois, uma construção que ocorre na totalidade social em que vivem, permeada por diversos interesses e contradições.

Em estudo realizado por Arpini e Witt (2014) acerca das múltiplas formas de ser adolescente, as autoras consideram que a ocupação e circulação dos adolescentes nos diversos espaços sociais viabiliza novas possibilidades de identificações, na medida em que “arriscam novos olhares sobre a realidade e colocam em cheque os valores e normas apreendidos na vida familiar” (p.15). Ora, a rua, como um desses espaços, também parece proporcionar um novo olhar sobre a realidade, na medida em que os adolescentes, distanciando-se do convívio familiar, vão compartilhando experiências comuns, e, assim, a rua vai possibilitando a eles novas formas de “se conhecer e reconhecer-se como alguém que ocupa um lugar no conjunto da sociedade, por janelas não protegidas pelas vidraças parentais” (p.16). As autoras salientam que, embora alguns grupos possam representar ideais, outros representam problemas, devido a ameaça que suscitam à sociedade. Parece ser esse um dos dramas enfrentado pelos grupos formados por crianças e adolescentes de rua, na qual, antes mesmo de uma tentativa de inscrição, encontram o estigma do preconceito e da punição.

Nesse sentido, embora os grupos formados por crianças e adolescentes com vivência de rua se constituam, inicialmente, como estratégias de sobrevivência às situações que envolvem medo e desamparo, o grupo também pode proporcionar identificações que são importantes para a constituição subjetiva-identitária dessas crianças e adolescentes, pois ao compartilharem experiências comuns, elas se sentem mais fortalecidas e amparadas uma pelas outras. Assim, o grupo pode se configurar num importante fator de proteção, pois além de

intensificar as relações de amizade construídas no período inicial à vida nas ruas, também pode proporcionar a elas uma maior percepção de si e do outro, fundamentais para a construção de uma inscrição social.

Em relação ao medo e ao desamparo, Broide (2010), argumenta que essas sensações dominam a cena da periferia e o fato do sujeito estar tomado por elas, faz com que tenha que se mostrar valente e violento. Assim, a violência, o medo e o desamparo vão tecendo relações que colocam o sujeito diante de situações limites que podem culminar no “esgotamento psíquico” (p.117), dificultando o pensamento e a construção de um projeto de vida. A intensa exposição às situações limites pode gerar um impacto na constituição desses sujeitos e ocasionar “inundações no psiquismo que se constituem enquanto marcas mnêmicas a princípio inabordáveis” (p.55).

Nesse sentido, é preciso oferecer espaços de reflexão e elaboração de perdas significativas a fim de que o sujeito reconstrua as marcas deixadas pelas fissuras do desamparo, do medo, da violência e também da pobreza. Esses espaços devem ser construídos a partir do vínculo entre o profissional e o sujeito para que ao conectar-se consigo, ele possa vencer a resistência da própria relação estabelecida com o profissional, já que, essa conexão só se efetiva diante do contato com o sofrimento (BROIDE, 2010).

Diante desse contexto faz-se necessário a capacitação dos profissionais para atuarem em uma perspectiva social que leve em consideração a dinâmica constitutiva do sujeito que perpassa relações dialéticas com o mundo concreto da rua. O psicólogo é o técnico capacitado para trabalhar com as questões referentes ao sofrimento psíquico, no entanto, quando se trata de sofrimento com pessoas em situações sociais críticas, o mais importante é o vínculo com a pessoa: “utilizo o termo técnico por que não importa quem ocupe esse lugar mas, sim, o tipo de vínculo. No trabalho de campo, educadores, assistente social e psicólogo podem exercer o vínculo” (BROIDE, 2010, p. 13). Uma vez construindo o vínculo os profissionais da assistência social precisam se articular aos profissionais de outros setores a fim de que o trabalho intersetorial possa resultar em uma efetividade maior na garantia dos direitos.

A seguir, abordaremos a terceira categoria que emergiu a partir do terceiro eixo norteador da entrevista: vivência de rua e políticas públicas de proteção social para pessoas em situação de rua.

O lugar das políticas públicas entre a saída de casa e a permanência na rua

Quando o ambiente familiar não é protetivo e expõe a criança ou adolescente à situações de risco que envolvem maus tratos como negligência e violência, algumas medidas de proteção podem ser solicitadas ao Poder Judiciário pelos órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, a fim de que sejam assegurados os direitos previstos pela legislação de proteção integral à criança e ao adolescente (BRASIL,2010). Tal legislação prevê nove medidas de proteção: I) encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade; II) orientação, apoio e acompanhamento temporários; III) matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; IV) inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente; V) requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial; VI) inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos; VII) acolhimento institucional; VIII) inclusão em programa de acolhimento familiar; IX) colocação em família substituta. Conforme aponta Janczura (2008) o ECA universalizou as medidas de proteção para toda a população infanto-juvenil, inaugurando uma política de atendimento em forma de rede, onde os direitos passaram a ser assegurados por meio da articulação entre ações governamentais e não governamentais.

No município onde a presente pesquisa foi realizada o acolhimento institucional é a medida de proteção (ECA, Art. 101, VII) mais utilizada para crianças e adolescentes com vivência de rua, pois ainda não foram implementadas políticas públicas específicas para pessoas em situação de rua. Sendo assim, muitas crianças e adolescentes após sofrerem algum tipo de violência na família, passam por períodos longos alternando entre a rua e a casa até serem levadas pelo Conselho Tutelar para as instituições de acolhimento pelo motivo de estarem em situação de rua. No entanto, quando a vivência de rua é intensa, há grande dificuldade em efetivar tal medida de proteção, pois elas continuam buscando a rua como um importante espaço para suas experiências. Talvez isso aconteça porque a rua, embora menos protetiva, ainda seja mais atrativa pela oferta de liberdade e ausência de regras.

Janczura (2008) argumenta que quando uma criança ou adolescente necessita do acolhimento institucional é porque a família não conseguiu garantir os direitos que são fundamentais para o seu desenvolvimento, todavia, salienta que, também o Estado não atuou de forma eficaz por meio de políticas públicas e sociais para garantir à proteção social da família. Nesse sentido, o acolhimento institucional denuncia um desamparo que ultrapassa o

âmbito familiar ao mostrar que o Estado também é responsável por um planejamento político-social que seja capaz de assegurar os direitos à família.

Sob este aspecto, as políticas públicas podem ser importantes dispositivos para a garantia dos direitos constitucionais da família. No entanto, é imprescindível que os profissionais atuantes nessas políticas sejam qualificados e comprometidos com a transformação social, que tenham formação adequada para atuarem frente as situações de pobreza e vulnerabilidade e que tenham conhecimento da legislação e da função a ser desempenhada por eles no campo da assistência social. É fundamental, pois, que consigam realizar uma articulação com os demais setores da rede de proteção, tais como, Educação, Saúde e Cultura, a fim de que o trabalho intersetorial seja de fato um instrumento relevante para a efetividade dessas políticas.

Conforme refere Moreira (2014), uma vez que, o acolhimento institucional tem como um dos objetivos o de restaurar o direito das crianças e dos adolescentes à convivência familiar, faz-se necessário a atuação profissional em duas dimensões: a socioassistencial e a socioeducativa, ambas articuladas. A primeira dimensão está voltada ao apoio efetivo das famílias por meio do acesso aos demais equipamentos da rede de proteção social, sendo necessárias ações que potencializem os sujeitos para a construção de mudanças nas suas condições de vida, restaurando suas potencialidades e tornando-os mais autônomos e ativos nesse processo. A segunda dimensão está mais voltada aos recursos materiais e simbólicos das famílias, que são os recursos capazes de gerar maior inclusão, reflexão, integração e participação social e comunitária com a finalidade de reconstruir um projeto de vida que faça sentido ao grupo familiar.

Nesse sentido, a atuação dos profissionais é muito importante para a criança e o adolescente, mas também para a família, pois sendo uma medida de proteção provisória, considera-se a possibilidade de que retornem para casa, e ao retornarem possam encontrar na família novos paradigmas que sustentem um convívio saudável e protetivo com maior qualidade na vinculação afetiva e no interesse pela participação na vida da criança e do adolescente. Sob este aspecto, Arantes (2013) argumenta que os profissionais precisam entender as condições geradoras das situações de negligência, risco ou abandono à criança, e olhar para a família com a intenção de compreendê-la, para enfim, ajudá-la a se transformar e desenvolver as condições necessárias para cuidar e proteger os filhos.

As intervenções profissionais também devem proporcionar a conscientização da família acerca dos motivos que levaram ao afastamento das crianças e adolescentes, pois a partir dessa conscientização poderão superar alguns padrões de comportamentos violadores de direitos (BRASIL, 2009b). Essa superação é possível quando a família se sente apoiada pelos profissionais e juntos, passam a construir novas estratégias de cuidado que possibilitam o início de um processo de reintegração familiar.

Portanto, embora a família se mostre para essas crianças e adolescentes como um espaço de lutas e conflitos, a possibilidade da transformação da dinâmica familiar é possível a partir de intervenções socioassistenciais e socioeducativas voltadas às especificidades de cada família e principalmente à preservação e ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Considera-se que a organização do SUAS em níveis de complexidade, conforme descrita na introdução deste trabalho, representa uma importante estratégia de ação da política de proteção social a fim de garantir que os programas e serviços se voltem ao atendimento das especificidades das demandas de cada família. Assim, por meio desses programas e serviços, articulados em rede, é possível alcançar o nível de resolutividade necessária para que os sujeitos e suas famílias possam superar as situações de vulnerabilidade e risco social, bem como, dinâmicas de abandono, maus tratos físicos ou psíquicos, abuso sexual, situação de rua, trabalho infantil e outras realidades que possam fragilizar ou romper os vínculos entre os membros da família.

Acerca do acolhimento institucional, P.8 compreende que esta medida de proteção não abarca a totalidade da demanda gerada pela vivência de rua:

[...] “eu acredito que o acolhimento ele vem com grandes defasagens em relação ao público de rua, né? Por que não tá muito claro no nosso município a existência desse público. Mas eu percebo que toda vez que chega no acolhimento algum público que é de rua, ele tem certos ganhos que ele não tem na rua. Ganho que eu digo, assim, são básicos de alimentação, de saúde, até mesmo de vestuário, de condição, assim, de poder ficar num lugar.” [...] (P.8)

E também considera que as políticas públicas poderiam ser mais efetivas para garantir a proteção integral das crianças e adolescentes com vivência de rua:

[...] “uma coisa que me tem chamado muita atenção assim ó, que as políticas públicas, elas não conseguem ir chegando até eles. Às vezes, até conseguem alcançar mas não conseguem suprir essa dificuldade [...] onde fica essa criança quando a mãe tá

trabalhando? Quem são os cuidadores dessa criança? Quem tá dando pra essa criança e pra esse adolescente suporte pra conseguir não entrar no embalo da rua? [...] então, assim, não temos políticas públicas sérias e concisas no nosso município que consiga barrar um pouco. Não que isso vai ser totalmente determinante pra que não exista mais criança e adolescente na rua, mas eu acredito que com políticas públicas fortes, a gente consegue diminuir esse público nas ruas.” [...] (P.8)

[...] “a gente vem de um sistema que a mulher saiu de casa pra trabalhar, que a mulher teve o seu momento de ser responsável, mas ela precisa de políticas públicas pra auxiliar ela. Porque senão, ela sai de casa pra trabalhar, enfim, moramos num país capitalista, precisamos de dinheiro pra tudo, ela acaba saindo de casa pra trabalhar, mas quem cuida de seus filhos, né? E aí, onde estão as políticas públicas? Creche no nosso município? Meio período. Escola sem ser integral. Projetos? Escassos. Aonde fica essa criança quando a mãe tá trabalhando? Quem são os cuidadores dessa criança? Quem tá dando pra essa criança e pra esse adolescente suporte pra conseguir não entrar no embalo da rua, de andar e de pedir e de esmolar, né?” [...] (P.8)

P.8 refere que “*com políticas públicas fortes, a gente consegue diminuir esse público nas ruas*”. Em verdade, existem políticas públicas que ainda não se efetivaram, e talvez, por isso, ainda não sejam “fortes”. Pensa-se, no entanto, o que falta, de fato, para tornarem-se efetivas? Na média complexidade do SUAS existem dois serviços especializados para atender esse público, um deles, realizado pelo Centro- POP, o serviço especializado para pessoas em situação de rua e outro, realizado pelo CREAS, mas também podendo ser ofertado pelo Centro-POP, que é o serviço especializado em abordagem social.

O serviço especializado para pessoas em situação de rua ofertado pelo Centro-POP é um “serviço para pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência e tem a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida” (BRASIL, 2009b, p. 27). Esse serviço “está voltado para jovens, adultos, idosos (as) e famílias que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência”. (BRASIL, 2009b, p. 27). No entanto, o Centro-POP também pode oferecer o Serviço Especializado em Abordagem Social conforme avaliação e planejamento do órgão gestor local (BRASIL, 2009b).

A abordagem social, realizada preferencialmente pelo CREAS é um “serviço realizado de forma continuada e programada com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras. Deverão ser consideradas praças, entroncamento de estradas, fronteiras, espaços públicos onde se realizam atividades laborais, locais de intensa circulação de pessoas e existência de comércio, terminais de ônibus, trens, metrô e outros” (BRASIL, 2009b, p.20). Sendo assim, o serviço especializado em abordagem social diferentemente do serviço especializado para população em situação de rua, prevê a assistência da infância e adolescência que utiliza a rua como um espaço de sobrevivência. São usuários as “crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos (as) e famílias que utilizam espaços públicos como forma de moradia e/ou sobrevivência” (BRASIL, 2009b, p.20).

Salienta-se que a abordagem social deve sempre ser realizada de forma articulada com os serviços obrigatoriamente ofertados em ambas as unidades, ou seja, com o PAEFI quando a abordagem social for realizada pelo CREAS e com o serviço especializado para pessoas em situação de rua, quando for realizada pelo Centro-POP (BRASIL, 2013).

Portanto, as políticas públicas existem, assim como os serviços e programas elaborados por essas políticas, no entanto, a demanda precisa ser entendida pelos gestores como um problema social relevante que exige intervenções adequadas e qualificadas a fim de que as políticas públicas sejam implementadas. A seguir a opinião de P.4 acerca da implementação dessas políticas em nosso município:

[...] “seria importante implementar em nosso município políticas públicas se assistência a população em situação de rua pois pelo menos teria um serviço de referência para essa população.” [...] (P.4)

Porém, não basta que esses serviços sejam implementados, é necessário que de fato, tragam algum benefício para essas pessoas. P.2 considera que:

[...] “o problema é efetivar as políticas que atendem essa população (de rua), porque acaba fragmentando, né” [...] (P.2)

Sob esse aspecto, questiona-se sobre que lugar o profissional técnico ocupa nas políticas públicas de proteção social? Há formação técnica adequada para atuação nesse campo? Sendo a Assistência Social um campo recente de atuação, os currículos acadêmicos contemplariam a especificidade dessa área? Os profissionais atuantes conhecem a Política?

Certamente essas questões ainda seguirão como interrogações cujas respostas são desafios para todos que se propõem a pensar sobre a infância e à adolescência, em especial, aquela que se constitui na invisibilidade de nossas rotinas.

Acerca desses questionamentos, Broide (2010) nos convoca a uma reflexão a partir de seu entendimento sobre a necessária posição ética dos profissionais atuantes em situações sociais críticas: *“o profissional colocado nesse contexto de intensidade ética, sabe que os fatores estruturantes da sociedade do capital tenderão a reproduzir a precarização e que a fresta de superação é não só estreita como pouco clara em seus horizontes. A expressão da dor, do sofrimento, precisam migrar do campo do desamparo e da fragilidade para o campo da força. Esse processo exige capacidade e coragem de trabalho para não cair em ações de tutela, face a fragilidade, ou de romantismo, quanto às possibilidades”* (p.9). Dessa forma, o autor lança luz sobre o lugar que os profissionais devem ocupar no campo das políticas públicas de proteção social, utilizando-se do conceito de “coragem de trabalho” para definir uma posição ética que possibilita aos profissionais uma visão crítica e, portanto, transformadora.

A seguir, segue um recorte da fala de P.8 que traz uma importante reflexão acerca de sua atuação como profissional do SUAS:

[...] *“tu tem que gostar do teu trabalho, tu tem que ser uma pessoa flexível, tu não pode tá amarrada nas tuas convicções, tu tem que tá te transformando. Hoje eu me transformo em uma pessoa, amanhã eu me transformo em outra, depois de amanhã vou me transformar em outra. Não é que eu vou deixar a minha essência de ser, não é isso, o que eu sou já foi constituído em mim, lá quando eu era pequena, né? Eu só preciso transformar a minha ação, e a minha ação precisa fortalecer esses laços, porque se eu, como profissional, me sinto sem ferramenta, sem estratégia, aquém, eu fico imaginando como é que se sentem a família dessas crianças? Como é que se sentem quando eles tem um filho na rua? Ou um neto na rua né? Ou um sobrinho na rua, né? Eles acabam, os adultos também acabam cortando os laços com as crianças como se a culpada de ir para a rua fosse a criança.”* [...] (P.8)

P.8 relaciona sua atuação profissional com a necessidade de uma contínua transformação (*“eu preciso transformar a minha ação”*) para poder chegar até essas famílias, ou seja, para conseguir atuar de forma efetiva, precisa estar constantemente reciclando suas convicções e transformando velhos paradigmas em novas perspectivas, de modo que os estigmas sociais e preconceitos que assolam o tema da vivência de rua não ofusque sua atuação profissional. Nessa direção, Arpini, Quintana e Gonçalves (2010) salientam que um

dos grandes desafios do profissional é conseguir ampliar a escuta e não fechar os olhos à situação de exclusão e miserabilidade, procurando dessa forma, as brechas discursivas que permitam a construção de novas possibilidades. Talvez a transformação referida por P.8 também passe por essa “ampliação da escuta”, de forma que, ao compreendermos o que as famílias delegam à nós, por meio de seus discursos, possamos também compreender como se sentem e o que esperam de nossas atuações, para que, juntos, possamos partir para a construção de uma outra realidade possível.

Por fim, salienta-se que no município onde a pesquisa foi realizada, foi possível observar, por meio das entrevistas, que no cotidiano de trabalho dos profissionais do SUAS há pouca abordagem em relação à vivência de rua de crianças e adolescentes, exceto por P.8, na qual este fenômeno parece ocupar grande parte de suas experiências na rotina profissional. Nesse sentido, considera-se que o tempo de experiência profissional e o contato diário com essa realidade parece fazer uma certa diferença no entendimento do fenômeno da vivência de rua, uma vez que, P.8 foi a participante que trouxe com maior intensidade as percepções acerca da vivência de rua em todos os eixos norteadores da pesquisa.

5.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo tratou de compreender como profissionais da rede de proteção social, nos três níveis de complexidade do SUAS, percebem a vivência de rua de crianças e adolescentes. Entende-se a saída de casa da criança e do adolescente como uma atitude extrema impulsionada mais por questões simbólico-afetivas que envolvem algum tipo de violência do que propriamente materiais, pois há famílias vivendo em situações críticas de pobreza que conseguem fazer do convívio familiar um espaço protetivo. Percebeu-se que na percepção dos profissionais, o início da vida nas ruas é marcado pelo sentimento de liberdade e que após algum tempo, esse sentimento vai sendo substituído pela sensação de desamparo havendo necessidade de se unirem em grupos para que o vínculo de amizade se torne mais intenso e protetivo.

Nesse sentido, ressalta-se a importância das políticas públicas de proteção social à infância e adolescência, em especial, aquelas voltadas à situação de rua, pois por meio dessas políticas os direitos que foram violados poderão ser assegurados. Para isto é fundamental a atuação de profissionais que tenham conhecimento acerca do funcionamento da Política Nacional de Assistência Social e que sejam comprometidos com a mudança e a

transformação. Portanto, questiona-se a forma como as práticas profissionais são utilizadas para efetivar as políticas públicas. Serão práticas voltadas ao incentivo da autonomia do sujeito, que afirmam sua liberdade ou serão práticas que servem como instrumento de controle social? Ou seja, a serviço de que forças se encontram os profissionais que atuam no campo das políticas públicas?

A problemática da singularidade, que subjaz a noção de sujeito, exige do profissional um olhar minucioso voltado às questões que entrelaçam esse sujeito no campo social. Dessa forma, o trabalho do profissional exige sensibilidade para compreender o sujeito como alguém constituído pelo atravessamento de diversas forças que estão costuradas pelo ideal neoliberal, denunciando a lógica de um sistema capitalista perverso que leva um contingente populacional ao mercado informal de trabalho e a consequente perdas sociais significativas, que vão desde a perda dos direitos trabalhistas à fragilização e ruptura de vínculos afetivos. Sendo assim, é preciso que os profissionais busquem o contexto histórico para compreender o fenômeno da vivência de rua de crianças e adolescentes na sociedade contemporânea a fim de construir estratégias de atuações e espaços de elaboração daquilo que neles é depositado.

Por fim, considera-se que as pessoas em situação de rua devam ser reconhecidas enquanto sujeitos que possuem o direito de ocupar o espaço público da rua sem serem criminalizados e tratados como caso de polícia, mas sim, respeitados em sua singularidade e assistidos pela rede de proteção social por meio do acesso aos serviços do SUAS. Para isso, faz-se necessário gestores, técnicos e trabalhadores capacitados com conhecimento acerca da legislação de proteção integral, mas principalmente comprometidos com a transformação social e o respeito à dignidade humana. Dessa forma, é necessário que as políticas públicas sejam implementadas e efetivadas com coragem e compromisso ético, de forma que a população tenha acesso aos serviços e o atendimento seja realizado com qualidade, caso contrário, as políticas públicas poderão se tornar peças burocráticas de uma engrenagem que mantém a máquina perversa do capitalismo e da desigualdade social.

REFERÊNCIAS

ABADE, F.L. Intervenção psicossocial e atuação profissional na assistência social. In: Romagnoli, R.C. & Moreira, M.I.C. **O Sistema Único de Assistência Social – SUAS: a articulação entre Psicologia e o Serviço Social no campo da proteção social, seus desafios e perspectivas**. Curitiba, PR: CRV, p.139-159, 2014.

ARANTES, E.M.M. Mediante quais práticas a Psicologia e o Direito pretendem discutir a relação? Anotações sobre o mal-estar. In: Coimbra, C.M.B.; Ayres, L.S.M. & Nascimento, M.L. **PIVETES: Encontro entre a psicologia e o judiciário**. Curitiba: Juruá, p. 131-148, 2013.

ARPINI, D.M.; WITT, C.S. As múltiplas formas de ser adolescente. In: Campos, H.R. & Sousa, S.M.G. (Orgs.) **Emocore: experiências grupais na constituição da adolescência**. Natal, RN: EDUFRN, p. 11-28, 2014.

ARPINI, D.M.; QUINTANA, A.M.; GONÇALVES, C.S. Relações familiares e violência em adolescentes em situação de rua. **Psicol. Argum.** Out/dez., 28(63), 325-336, 2010.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. ed. rev. e ampl. Lisboa: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. Lei Federal 8.069/1990– 7.ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

BRASIL. Lei Orgânica da Assistência Social, Lei nº. 8.742. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**- Seção 1 - 8/12/1993.

BRASIL. Decreto nº 7.053/2009, Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 de dez. 2009 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm Acesso em 30 de março de 2014. 2009a

BRASIL. **Guia de Orientação Nº 1- CREAS**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009b. Disponível em: http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKewjdzdp7t_LAhVpAZoKHQlhCVwQFggcMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.mds.gov.br%2Fsuas%2Fmenu_superior%2Fpublicacoes%2Fmenu_superior%2Fpublicacoes%2FGUIA_CREAS.pdf&usq=AFQjCNHwaBGFqtYYyQgy_FPBYMPxyp11JQ&sig2=sO6rWVeixfplCzOoo2FONA&bvm=bv.117868183,d.bGs Acesso em: 10 de março de 2014. 2009b

BROIDE, J. **Psicanálise: Nas situações sociais críticas**. Violência, juventude e periferia: uma abordagem grupal. Curitiba: Juruá, 2010.

CALLIGARIS, E. “Se esta rua, se esta rua fosse minha...” Indagações sobre meninas de rua. In: **Educa-se uma criança?** Ed. Artes e Ofícios: Porto Alegre, 1999.

FERREIRA, T. **Os meninos e a rua: uma interpelação à psicanálise**. Ed. Autêntica: Belo Horizonte, 2001.

FERREIRA, V.V.F., LITTIG, P.M.C.B., & VESCOVI, R.G.L. Crianças e adolescentes abrigados: perspectiva de futuro após situação de rua. **Psicologia & Sociedade**, 26(1), 165-174, 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRACIANI, M.S.S. A construção social da identidade de meninos(as) de rua. **Rev. Bras. Des. Hum.** São Paulo, II(1), 1992.

GREGORI, M.F. **Meninos de rua e instituições: tramas, disputas e desmanche**. São Paulo: Contexto, 2000.

JANCZURA, R. **Abrigos e políticas públicas: a efetivação dos direitos da criança e do adolescente preconizados pelo ECA no município de Santa Maria – RS**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2008.

JUNIOR, M.G.P. & MAGALHÃES, N.G. Interdisciplinaridade no Sistema Único da Assistência Social: desafios e potencialidades. In: Romagnoli, R.C. & Moreira, M.I.C. **O Sistema Único de Assistência Social – SUAS: a articulação entre Psicologia e o Serviço**

Social no campo da proteção social, seus desafios e perspectivas. Curitiba, PR: CRV, p.161-189, 2014.

LUCCHINI, R. A criança em situação de rua: uma realidade complexa. In.: Rizzini, I. (coord.). **Vida nas ruas: crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis?** Rio de Janeiro, Ed. PUC-Rio; SP: Loyola, p. 45-86; 2003.

MINAYO, M. C. S. Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social. In: Deslandes, S.F.; Neto, O.C.; Gomes, R.; Minayo. M.C.S. (Orgs). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Ed. Vozes: Petrópolis, p. 9-29; 1999.

_____. Metodologia de pesquisa social e em saúde. In: Minayo, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** Ed.: Hucitec. p.39-53, 2013.

MIZRAHI, B.G. **A vida criativa em Winnicott: um contraponto ao biopoder e ao desamparo no contexto contemporâneo.** Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

MOREIRA, M.I.C. A inserção do psicólogo no Sistema Único de Assistência Social – SUAS: a perspectiva da afetividade. In: Romagnoli, R.C. & Moreira, M.I.C. **O Sistema Único de Assistência Social – SUAS: a articulação entre Psicologia e o Serviço Social no campo da proteção social, seus desafios e perspectivas.** Curitiba, PR: CRV, p.29-44, 2014.

RIZZINI, I., NEUMANN, M.M, & CISNEROS, A. Estudos contemporâneos sobre a infância e paradigmas de direitos Reflexões com base nas vozes de crianças e adolescentes em situação de rua no Rio de Janeiro. Revista do Programa de Pós-Graduação em serviço Social: **O social em Questão.** n. 21, novembro, 2009.

ROMAGNOLI, R.C & MOREIRA, M.I.C. Apresentação. In: Romagnoli, R.C. & Moreira, M.I.C. **O Sistema Único de Assistência Social – SUAS: a articulação entre Psicologia e o Serviço Social no campo da proteção social, seus desafios e perspectivas.** Curitiba, PR: CRV, p.9-12, 2014.

SOARES, A.B.; MARTINS, A.C.; BUTLER, U.M.; CALDEIRA, P.; RIZZINI, I.; Trajetória de vida de crianças e adolescentes nas ruas do Rio de Janeiro. In.: Rizzini, I. (coord.). **Vida nas ruas: crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis?** Rio de Janeiro, Ed. PUC-Rio; SP: Loyola, p. 123-272; 2003.

TURATO, E. **Tratado de metodologia da pesquisa clínico-qualitativa.** Petrópolis, RJ: Vozes. 2003.

WINNICOTT, D. **O ambiente e os processos de maturação.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1956/1988.

6. CAPÍTULO 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar este trabalho, foi possível compreender a importância das políticas públicas de proteção social do SUAS para as famílias, uma vez que a vivência de rua de crianças e adolescentes está associada à fragilidade dos vínculos familiares. Salientou-se a necessidade de uma articulação e interlocução dessas políticas com as demais esferas da prevenção e da promoção social para a construção de uma rede de proteção coesa que seja efetiva na garantia dos direitos da população em situação de rua e das crianças e adolescentes que utilizam a rua como um espaço importante em seu processo de construção subjetiva-identitária.

Assim, destaca-se a importância dos gestores, técnicos e demais trabalhadores do SUAS na constante articulação com os demais segmentos da sociedade a fim de serem promovidos espaços permanentes de diálogo entre todos os profissionais que desenvolvem ações com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social, pois a partir da reflexão sobre suas atuações é possível uma maior abertura para o processo de transformação social. Entende-se que a interlocução entre os profissionais dos diferentes níveis de complexidade possibilita um maior entendimento da dinâmica familiar e das demais conjunturas vivenciadas pela criança e pelo adolescente, e conseqüentemente, viabiliza uma maior compreensão desses sujeitos na singularidade de suas vidas.

Foi possível compreender que a vivência de rua é uma importante questão social que tem relação com a situação econômica da família, porém, seu enfrentamento não se esgota na destituição material, pois se desdobra em uma destituição simbólica que atinge a subjetividade humana em suas dimensões psíquica e social. Assim, é fundamental ver o sujeito para além de sua condição material, pois se conseguirmos nos despojar do preconceito, talvez consigamos ver nesse sujeito algo além da carência de recursos físicos e, assim, talvez ele também consiga visualizar outras possibilidades.

Nesse sentido, é muito importante que os profissionais da rede de proteção social ofereçam uma escuta qualificada para as famílias, a fim de construir um lugar onde suas experiências não sejam desqualificadas por serem imorais ou erradas, mas que possam ser ouvidas sem que suas histórias sejam negadas. Uma escuta qualificada é, pois, de suma importância para a construção de vínculos, estabelecendo relações de confiança e segurança entre os profissionais do serviço e as famílias. Por isso, no desenvolvimento das ações são

necessários profissionais capacitados para compreender, com respeito, a história e trajetória de cada sujeito, bem como as necessidades e demandas apresentadas.

A atuação dos profissionais, portanto, deve ser realizada a partir da especificidade de cada história, sem recorrer a modelos definidos a priori que remetem a um entendimento preconceituoso e estigmatizante. Por meio dessa escuta será possível ao sujeito pensar a possibilidade de se reconstruir a partir de uma nova perspectiva, situando-o em outra posição, onde seja possível implicar-se na trama do seu viver e construir a partir desse lugar um novo sentido para sua vida.

Por fim, destaca-se a importância da participação dos profissionais que acolheram o convite para integrar o estudo, eles nos permitiram refletir e ampliar nosso olhar sobre o fenômeno, assim como conhecer a forma como entendem o problema e os impasses e impotências que o tema produz. Nesse sentido, se faz importante que outros espaços reflexivos possam se construir alimentando as práticas cotidianas e a construção de alternativas compartilhadas. Um dos desafios colocados aos profissionais que integram o SUAS é o de trabalhar em equipe, que esse desafio possa ser entendido como um instrumento para fortalecer novas estratégias de ação e um olhar ampliado ao fenômeno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABADE, F.L. Intervenção psicossocial e atuação profissional na assistência social. In: Romagnoli, R.C. & Moreira, M.I.C. **O Sistema Único de Assistência Social – SUAS: a articulação entre Psicologia e o Serviço Social no campo da proteção social, seus desafios e perspectivas.** Curitiba, PR: CRV, p.139-159, 2014.

ALBORNOZ, A.C.G. & NUNES, M.L.T. A dor e a constituição psíquica. **Psico-USF**, v.9, n.2, p.211-218, Jul./Dez. 2004.

AMAZONAS, M.C.L.A. & BRAGA, M.G.R. Reflexões acerca das novas formas de parentalidade e suas possíveis vicissitudes culturais e subjetivas. **Ágora**, v. IX n. 2, p.177-191, jul/dez, 2006.

ARPINI, D.M.; WITT, C.S. As múltiplas formas de ser adolescente. In: Campos, H.R. & Sousa, S.M.G. (Orgs.) **Emocore: experiências grupais na constituição da adolescência.** Natal, RN: EDUFRN, p. (11-28), 2014.

ARPINI, D. M. et.al. Violência sexual contra crianças e adolescentes: “ninguém quer ajudar, só julgar”. **Rev. Adolescência & Saúde** (UERJ), v. 10, p. 27-33, 2013.

ARPINI, D. M.; GONÇALVES, C. S.; As drogas e o álcool e sua relação com a violência: o olhar de adolescentes em situação de rua. **Psico** (PUCRS. Impresso), v. 42, p. 442-449, 2011.

ARPINI, D.M.; QUINTANA, A.M.; GONÇALVES, C.S. Relações familiares e violência em adolescentes em situação de rua. **Psicol. Argum.** Out/dez., 28(63), 325-336, 2010.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. ed. rev. e ampl. Lisboa: Edições 70, 2011.

BARROS, P.C.M. & QUEIROZ, E.F. "Socorro, não estou sentindo nada": a violência e a vivência do páthos em crianças e adolescentes em situação de rua. In: **III Congresso Internacional de Psicopatologia Fundamental.** Niterói. 2008.

BARROS, P.C.M.; LIMA, A.O; FREJ, N.Z; MELO, M.F.V. Era uma casa...!? Discurso, dinâmica familiar e contingências da rua. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.14, n.3, p.447-453, jul/set.2009.

_____. “Vou pintar o terror!”: “Pois bem, veja então isso”. **Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.**, São Paulo, 17(3-Suppl.), 604-615, set.2014

BASTOS, L.A.M. Exclusão social: aspectos traumáticos da violência contemporânea. **Revista Brasileira de Psicanálise.** v.39 n° 4 p. 57-60. 2006.

BERNARDINO, L.M.F. (Org.) **O que a psicanálise pode ensinar sobre a criança, sujeito em constituição.** São Paulo: Escuta, 2006.

BEZERRA JR., B. “Eu não havia matado ninguém ainda”: Reflexões sobre agressividade e violência. In: **Masculinidade em crise**. Comissão de Periódicos da Associação Psicanalítica de Porto Alegre. Porto Alegre: APPOA, 2005.

BIRMAN, J. O mal-estar na modernidade e a psicanálise: a psicanálise à prova do social. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 8(1):123-144,1998

_____. A dádiva e o outro: sobre o conceito de desamparo no discurso freudiano. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 9(2):09-30, 1999

BOWLBY, J. **Cuidados maternos e saúde mental**. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BRASIL. Lei Orgânica da Assistência Social, Lei nº. 8.742. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**- Seção 1 - 8/12/1993.

BRASIL. Decreto Presidencial, de 25 de outubro de 2006. Constitui Grupo de Trabalho Interministerial - GTI com a finalidade de elaborar estudos e apresentar propostas de políticas públicas para a inclusão social da população em situação de rua conforme disposto na Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 out. de 2006. Disponível em: http://www.sintese.com/norma_integra.asp?id=3989. Acesso em 24 maio de 2015.

BRASIL, Resolução nº 06 de 14 de março de 2012. Aprova os critérios para expansão qualificada 2012 do cofinanciamento federal e o reordenamento dos serviços socioassistenciais de Proteção Social Especial. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 março 2012. Disponível em: <http://www.mprn.mp.br/portal/transformando-destinos-arquivos/legislacao-1/resolucoes-1/3261-resolucao-no-062012-cnas-reordenamento-dos-servicos-socioassistenciais-de-protecao-social-especial/file> Acesso em 22 de agosto de 2015.

BRASIL. Portaria MDS nº 381, de 12 de dezembro de 2006. Cofinanciamento de serviços continuados de acolhimento institucional para a população em situação de rua. Municípios com mais de 250 mil habitantes. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13.dez. 2006, Seção 1, pág. 154. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/831932/pg-155-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-15-12-2006>. Acesso em 18 agosto de 2014.

BRASIL. Portaria Nº 843, de 28 de dezembro de 2010. Dispõe sobre o cofinanciamento federal dos serviços socioassistenciais ofertados pelos CREAS e pelos Centros Pop e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 dez. 2010. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=227569>. Acesso em 15 abril de 2015.

BRASIL. Resolução 145 de 15 de outubro de 2004. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Aprova a Política Nacional de Assistência Social – PNAS. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 dez. 2004. Disponível em: http://www.mds.gov.br/backup/arquivos/pnas_final.pdf Acesso em 30 de março de 2014.

BRASIL. Lei Federal 8.069/1990. **Estatuto da criança e do adolescente**. – 7.ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

BRASIL, Lei Nº 11.258, de 30 de dezembro de 2005. Altera o parágrafo único do art. 23 das LOAS: “Na organização dos serviços da Assistência Social serão criados programas de

amparo: II - às pessoas que vivem em situação de rua.” Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11258.htm. Acesso em 12 de janeiro de 2015.

BRASIL. Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua. Governo Federal: Brasília, DF. 2008

BRASIL. Decreto nº 7.053/2009, Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 de dez. 2009 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D7053.htm Acesso em 30 de março de 2014. 2009a

BRASIL. **Guia de Orientação Nº 1- CREAS.** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009b. Disponível em: http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&src=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjdzd7t_LAhVpAZoKHQlhCVwQFggcMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.mds.gov.br%2Fsuas%2Fmenu_superior%2Fpublicacoes%2Fmenu_superior%2Fpublicacoes%2FGUIA_CREAS.pdf&usg=AFQjCNHwaBGFqtYYyQgy_FPBYMPxyp11JQ&sig2=sO6rWVeixfpICzOoo2FONA&bvm=bv.117868183,d.bGs Acesso em: 10 de março de 2014. 2009b

BRASIL. Resolução 109 de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Assistenciais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 de nov. 2009. Disponível em: http://edesp.sp.gov.br/edesp2014/wp-content/uploads/2014/06/livro-TipificacaoNacional_internet.pdf Acesso em 15 de março de 2014. 2009c

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em 12 abril de 2015.

BRASIL. SUAS e população em situação de rua. In.: **Perguntas e Respostas: Serviços especializado em abordagem social.** Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. 2013.

BROIDE, J. **Psicanálise: Nas situações sociais críticas. Violência, juventude e periferia: uma abordagem grupal.** Curitiba: Juruá, 2010.

_____. Adolescência e violência: a criação de dispositivos clínicos no território conflagrado das periferias. In: **Debates sobre a adolescência contemporânea e o laço social.** (Org.) Gurski, R, Rosa, M. D. e Poli, M.C. 2ª Ed. Curitiba, Juruá. p.123-136. 2012.

CALLIGARIS, E. “Se esta rua, se esta rua fosse minha...” Indagações sobre meninas de rua. In: **Educa-se uma criança?** Ed. Artes e Ofícios: Porto Alegre, 1999.

CALLIGARIS, C. **A adolescência.** São Paulo: Publifolha, 2014.

COSTA, V.A.S.F. & QUEIROZ, E.F. Transtorno de pânico: uma manifestação clínica do desamparo. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 31(3): 444-455, 2011.

DO VALLE, F. A reincidência de atos infracionais em adolescentes em conflito com a lei: marcas de uma subjetividade. In: Barros, F.O. (coord.). **Tô fora: o adolescente fora da lei. o retorno da segregação**. V.3. Belo Horizonte: Del Rey, p. 49-100. 2003

ELIA, L. **O conceito de sujeito**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

FERENCZI, S. Reflexões sobre o trauma. In **Obras Completas: Psicanálise IV**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

FERREIRA, T. **Os meninos e a rua: uma interpelação à psicanálise**. Ed. Autêntica: Belo Horizonte, 2001.

FERREIRA, N.P. & JORGE, M.A.C. **Freud, criador da psicanálise**. Ed.: Zahar, 2002.

FILHOL, O. **La famille dans tous ses états**. *Rev Epam* [Internet]. 2002 [citado 2014 Out 31]; 47:121-129. Disponível em www.cairn.info/revue-empan-2002-3-page-121.htm Acesso em 31 de outubro de 2014.

FONSECA, C. Os direitos da criança – dialogando com o ECA. In: Alves, C. F.; Fonseca, C.; Jr, V.T. (Orgs). **Antropologia, diversidade e direitos humanos: diálogos interdisciplinares**. Ed. UFRGS. p. 103-115. 2004.

FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (1905). In: **Obras Completas**, v.VII. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. Sobre as teorias sexuais das crianças (1908). In: **Obras Completas**, v. IX Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. Conferencias introdutórias sobre psicanálise (1916-17). In: **Obras Completas**, v. XVI, Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: Bauer, M. G.; Gaskell, G. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 7. ed. Petrópolis, RJ:Voices, p. 64-89; 2005.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, M.A. & PEREIRA, M.L.D. O adolescente e a rua: encantos e desencantos. **Rev. Mal-Estar e Subjetividade**. Fortaleza, V. III, Nº 1, p.106-120. Mar.2003

GONTIJO, D.T, & MEDEIROS, M. “Tava morta e revivi”: significados de maternidade para adolescentes com experiência de vida nas ruas. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 24(2): 469-472, fev., 2008.

GRACIANI, M.S.S. A construção social da identidade de meninos(as) de rua. **Rev. Bras. Des. Hum.** São Paulo, II(1), 1992.

GREGORI, M.F. **Meninos de rua e instituições: tramas, disputas e desmanche**. São Paulo: Contexto, 2000.

JANCZURA, R. **Abrigos e políticas públicas: a efetivação dos direitos da criança e do adolescente preconizados pelo ECA no município de Santa Maria – RS.** Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2008.

JUNIOR, M.G.P. & MAGALHÃES, N.G. Interdisciplinaridade no Sistema Único da Assistência Social: desafios e potencialidades. In: Romagnoli, R.C. & Moreira, M.I.C. **O Sistema Único de Assistência Social – SUAS: a articulação entre Psicologia e o Serviço Social no campo da proteção social, seus desafios e perspectivas.** Curitiba, PR: CRV, p.161-189, 2014.

KAHTUNI, H. C. & SANCHES, G. P. **Dicionário sobre o pensamento de Sándor Ferenczi: uma contribuição à clínica psicanalítica contemporânea.** Rio de Janeiro: Campus, 2009.

KAMERS, M. As novas configurações da família e o estatuto simbólico das funções parentais. **Estilos da Clínica**, vol. XI, n. 21, 108-125, 2006.

KEHL, M.R. A juventude como sintoma da cultura. In.:Novaes, R.; Vannuchi, P. (Orgs). **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação.** Ed: Fundação Perseu Abramo, p. 89-114; 2004.

KEMPER, M.L.C. **Invisibilidade, identidade e laço social na contemporaneidade: sobre a exclusão nas esferas psíquica e social.** Cad. Psicanálise CPRJ; 35:105-125; 2013.

KUPERMANN, D. **Ousar rir: humor, criação e psicanálise.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. Resistência no encontro afetivo e criação na experiência clínica. In: Júnior, A.M., Kupermann, D., Tedesco, S. (Orgs.). **Polifonias.** Contra Capa Livraria, 2005.

_____. Principios para uma ética del cuidado en psicoanálisis: hospitalidade, empatía y salud del analista. In: Boschán, P. **Sándor Ferenczi y el psicoanálisis del Siglo XXI.** Buenos Aires: Letra Viva, 2011.

LAPLANCHE, J & PONTALIS, J. **Vocabulário de psicanálise.** São Paulo: Martins Fontes, 1983.

LUCCHINI, R. A criança em situação de rua: uma realidade complexa. In.: Rizzini, I. (coord.). **Vida nas ruas: crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis?** Rio de Janeiro, Ed. PUC-Rio; SP: Loyola; p. 45-86; 2003.

MAIA, M.S. Crianças no porão: descuido, violência psíquica e cuidado. In.: Maia, M.S. (Org.). **Por uma ética do cuidado.** Rio de Janeiro: Garamond; p- 357-377; 2009.

MARCÍLIO, M. L. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil (1726-1950). In: Freitas, M. C. (Org). **História Social da Infância no Brasil.** Ed.: Cortez: São Paulo, p. 51-76; 1997.

_____. História social da criança abandonada. Ed: Hucitec, 1998.

MARIN, I.da S.K. **Violências**. São Paulo: Escuta, FAPESP, 2002.

_____. **FEBEM, família e identidade: (o lugar do outro)**. 3ª ed. São Paulo: Editora Escuta, 2010.

_____. Tornar-se mãe de seu próprio filho. In: **Revista latino-americana de Psicopatologia Fundamental**. São Paulo, v. 15, n. 1, p. 197-202; 2012.

MINAYO, M. C. S. Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social. In: Deslandes, S.F.; Neto, O.C.; Gomes, R.; Minayo, M.C.S. (Orgs). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Ed. Vozes: Petrópolis, p. 9-29; 1999.

_____. Violência: um problema para a saúde dos brasileiros. In: **Impacto da violência na saúde dos brasileiros. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde**. – Brasília : Ministério da Saúde, p. 9-41; 2005.

_____. Metodologia de pesquisa social e em saúde. In: Minayo, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. Ed: Hucitec. p.39-53. 2013

MIZRAHI, B.G. **A vida criativa em Winnicott: um contraponto ao biopoder e ao desamparo no contexto contemporâneo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

MOGRABI, D. & HERZOG, R. Sob o signo da incerteza: autoridade simbólica e desamparo. **Estudos de Psicologia**, 11(2): 127-133, 2006.

MORAES, E.G. de & MACEDO, M.M.K. **Vivência de indiferença: trauma ao ato-dor**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

MOREIRA, M.I.C. A inserção do psicólogo no Sistema Único de Assistência Social – SUAS: a perspectiva da afetividade. In: Romagnoli, R.C. & Moreira, M.I.C. **O Sistema Único de Assistência Social – SUAS: a articulação entre Psicologia e o Serviço Social no campo da proteção social, seus desafios e perspectivas**. Curitiba, PR: CRV, p.29-44, 2014.

MOTTI, A.J.A. Sistema de Garantia dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes. In.: UFMS/UFRGS CEP-RUA (Orgs.). **PAIR – Programa de ações integradas e referenciais de enfrentamento à violência sexual infanto-juvenil no território brasileiro**. 2009-2011.

NAZAR, M.T.P. Infância e modernidade. In: **Trata-se uma criança**. I Congresso Internacional de Psicanálise e suas conexões. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1999.

NOGUEIRA, C.S.P. O adolescente infrator. In.: Barros, F.O. (coord.). **Tô fora: o adolescente fora da lei. o retorno da segregação** . V.3. Belo Horizonte: Del Rey, p. 13-24; 2003.

PERES, V.L.A. Concepções de família em população de periferia urbana. In.: Sousa, S.M.G. (Org.). **Infância, adolescência e família**. (pp.217-230). Goiânia: Cãnone Editorial: 2001.

REFOSCO, L. da L. Configurações das funções paterna e materna no cenário da adolescência em conflito com a lei. **Dissertação de Mestrado**. PUCRS, 2012.

RIBEIRO, M.O. & CIAMPONE, M.H.T. Crianças em situação de rua falam sobre os abrigos. *Rev. Esc. Rnf. USP*; 36(4) 309-16; 2002.

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas. 2010.

RIZZINI I. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. 3ª Edição. São Paulo: Cortez. 2011.

RIZZINI, I., NEUMANN, M.M, & CISNEROS, A. Estudos contemporâneos sobre a infância e paradigmas de direitos Reflexões com base nas vozes de crianças e adolescentes em situação de rua no Rio de Janeiro. *Revista do Programa de Pós-Graduação em serviço Social: O social em Questão*. n. 21, novembro, 2009.

ROMAGNOLI, R.C & MOREIRA, M.I.C. Apresentação. In: Romagnoli, R.C. & Moreira, M.I.C. **O Sistema Único de Assistência Social – SUAS: a articulação entre Psicologia e o Serviço Social no campo da proteção social, seus desafios e perspectivas**. Curitiba, PR: CRV, p.9-12, 2014.

ROSA, M. D. Migrantes, imigrantes e refugiados: a clínica do traumático. **Revista de cultura e extensão**, v.7, p.67-76, 2012.

_____. Adolescência: da cena familiar à cena social. **Psicologia USP**, vol.13, Nº 2, 227-241, 2002.

_____. O discurso e o ato na produção do laço social: reflexões sobre a delinquência. In: **Congresso Internacional de Psicanálise e suas Conexões. Trata-se uma criança**. Ed. Cia de Freud: Rio de Janeiro, 1999.

ROSA, M. D. & VICENTIM, M.C. Os intratáveis: o exílio do adolescente do laço social pelas noções de periculosidade e irrecuperabilidade. In: **Debates sobre a adolescência contemporânea e o laço social**. (Org.) Gurski, R, Rosa, M. D. e Poli, M.C. 2ª Ed. Curitiba, Juruá. p. 39-57, 2012.

ROUYER, M. As crianças vítimas, consequências, a curto e médio prazo. In: Gabel, M. **Crianças vítimas de abuso sexual**. São Paulo: Summus, p. 91-102; 1997.

SATTLER, M.K. O abusador: o que sabemos. In: Azambuja MRF, Ferreira, MHM. **Violência sexual contra crianças e adolescentes**. Porto Alegre: Artmed, p. 234-47; 2001.

SAVIETTO, B.B. **Adolescência: Ato e Atualidade**. Dissertação de Mestrado – UFRJ/IP/Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica. Orientadora: Marta Rezende Cardoso, 2006.

SAVIETTO, B.B. & CARDOSO, M.R. A drogadição na adolescência contemporânea. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.14, n.1, p.11-19, jan./mar.2009.

SOARES, A.B.; MARTINS, A.C.; BUTLER, U.M.; CALDEIRA, P.; RIZZINI, I.; Trajetória de vida de crianças e adolescentes nas ruas do Rio de Janeiro. In.: Rizzini, I. (coord.). **Vida nas ruas: crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis?** Rio de Janeiro, Ed. PUC-Rio; SP: Loyola, p. 123-272; 2003.

SOARES, L. E. Juventude e violência no Brasil contemporâneo. In: **Juventude e Sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação**. 1ª Ed. p. 130-159, 2004.

TELES, V. Agência Saúde – ASCOM/MS. Disponível em <http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/noticia/5242/162/abuso-sexual-eo-segundo%3Cbr%3E-maior-tipo-de-violencia.html>. Acesso em 22 de março de 2014, 2012.

THÉRY, I. Novos direitos da criança – a poção mágica? In: **Direito de família e Psicanálise – rumo a uma nova epistemologia**. 1ª Ed. Imago. 2003

TURATO, E. **Tratado de metodologia da pesquisa clínico-qualitativa**. Petrópolis, RJ: Vozes. 2003.

VIÑAR, M. Humano-Inumano. Os limites do Humano. **Jornal de Psicanálise**. São Paulo. V 43 (78): 211-216. 2010.

VOLPI, M. **Sem liberdade, sem direitos: a experiência de privação de liberdade na percepção do adolescente**. São Paulo: Cortez. 2001.

WINNICOTT, D. **O ambiente e os processos de maturação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988 [1962].

_____. **Privação e delinquência**. São Paulo: Martins Fontes, 2002 [1956].

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE INFORMAÇÕES

Dados de Identificação:

Nome:
Idade:
Sexo:
Instituição:
Núcleo profissional:
Tempo de formação:
Tempo de atuação no local:
Cursos de atualização ou especialização na área:
Experiências profissionais anteriores:

Eixo 1 – Vivência de rua e relações familiares

1. O que mais te chama atenção nas famílias de crianças e adolescentes com vivência de rua?
2. Tu gostaria de contar alguma experiência profissional caso tenha tido alguma atuação com essas famílias?

Eixo 2 – Vivência de rua e subjetividade

1. Na tua opinião, o que leva crianças e adolescentes para a rua?
2. Tu acha que a rua pode influenciar no desenvolvimento dessas crianças e adolescentes?
3. Tu acha que pelo fato de estarem na rua, pode haver alguma tendência à psicopatologização ou criminalização dos seus comportamentos?

Eixo 3 – Vivência de rua e políticas públicas para pessoas em situação de rua

1. Tu conhece alguma política pública voltada ao atendimento de pessoas com vivência de rua?
2. Tu acha que seria importante implementar em nosso município a Política Nacional para Pessoas em Situação de Rua?
3. Tu acha que essa Política (PNPSR) contempla a vivência de rua de crianças e adolescentes?

ANEXO A – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

23

9.1 AnexoA-**Termo de Confidencialidade**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Título do projeto: A PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA REDE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM RELAÇÃO À VIVÊNCIA DE RUA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Pesquisador responsável: DORIAN MÔNICA ARPINI

Instituição/Departamento: UFSM/PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

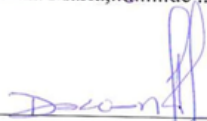
Telefone para contato: (55) 9630-5804

Os pesquisadores do presente projeto se comprometem a preservar a privacidade dos participantes desta pesquisa, cujos dados serão coletados por meio de entrevista gravada com autorização do participante. Informam, ainda, que estas informações serão utilizadas, única e exclusivamente, para execução do presente projeto.

As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas na UFSM – Rua Marechal Floriano Peixoto, 1750- Prédio de Apoio, sala 320 - 97105-900 - Santa Maria - RS por um período de cinco anos, sob a responsabilidade de Dorian Mônica Arpini. Após este período os dados serão destruídos.

Este projeto de pesquisa foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM em 11/12/2014 e recebeu o número Caae 38742414.0.0000.5346

Santa Maria, 20 de DEZEMBRO de 2014



Dorian Mônica Arpini

Pesquisador Responsável.

ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisadora responsável: Prof.^a Dr.^a Dorian Mônica Arpini

Endereço: Rua Floriano Peixoto, 1750, 3^o andar. Telefone: (55) 3220-9231.

Pesquisa: A PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA REDE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM RELAÇÃO À VIVÊNCIA DE RUA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A pesquisa a ser realizada tem por objetivo conhecer a percepção dos profissionais que atuam na rede de assistência social do município de Santa Maria- RS acerca da vivência de rua de crianças e adolescentes. Deste modo, queremos te convidar para integrar nosso estudo, que terá também como participantes outros profissionais da rede SUAS, da baixa, média e alta complexidade. Para a coleta de dados, serão realizadas entrevistas, que serão realizadas por meio de um encontro com cada participante. As entrevistas serão realizadas em locais previamente agendados com você, e serão gravadas em áudio para posterior transcrição e análise do material. Ressaltamos que sua identidade, assim como a dos demais participantes, serão mantidas em sigilo, sem identificação de nomes ou outra informação que possam vir a identificá-los.

Você poderá solicitar esclarecimentos sobre os procedimentos e outros assuntos relacionados com a pesquisa, podendo interromper sua participação a qualquer momento, sem que isto lhe traga prejuízo. Considerando a técnica a ser utilizada para a

realização da pesquisa, bem como o fato de que esta não tem o objetivo de testar nem experimentar procedimentos novos, julga-se, portanto, a existência de riscos mínimos para você e os demais participantes. Contudo, caso sejam identificadas situações, durante a realização da entrevista, de desconforto psicológico, a pesquisadora responsabilizar-se-á por avaliar a situação e, se houver necessidade de atendimento psicológico, fará o encaminhamento. Os benefícios deste estudo podem advir da disponibilidade de escuta oferecida pela pesquisadora e pela reflexão oportunizada no momento da realização da entrevista. Todo material desta pesquisa será mantido em sigilo no Departamento de Psicologia da UFSM, sendo destruído após cinco anos da realização das entrevistas.

Agradecemos sua colaboração para a realização desta pesquisa e colocamo-nos à disposição para esclarecimentos adicionais com a pesquisadora-orientadora do projeto, Prof^a Dr^a Dorian Mônica Arpini, que pode ser contatada pelo telefone: (55) 3220-9231, e a pesquisadora Cibele dos Santos Witt - fone (55) 9630-5804. Os contatos do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSM são: Av. Roraima, 1000 – Prédio da Reitoria – 7º andar – sala 702 – Camobi – Santa Maria – telefone (55) 3220-9362.

Data: ____/____/____

Participante Responsável do Projeto

ANEXO C – TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Termo de Autorização Institucional




UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Pela presente autorização, declaro que fui informado, de forma clara e detalhada, dos objetivos e da justificativa do Projeto de Pesquisa de Mestrado intitulado: *A percepção dos profissionais que atuam na rede de assistência social em relação à vivência de rua de crianças e adolescentes*. Dessa forma, autorizo a realização da pesquisa no serviço CRAS, CREAS e ACOGNAMENTO INSTITUCIONAL bem como, autorizo a utilização dos dados coletados para apresentações em eventos acadêmicos e/ou publicações em artigos e revistas científicas, desde que preservadas as identidades das pessoas envolvidas.

Entendo que o Departamento de Psicologia da UFSM manterá em sigilo em relação à identidade dos participantes, sendo que os dados coletados serão arquivados na referida instituição, sob responsabilidade da pesquisadora-orientadora do projeto, Prof^ª Dr^ª Dorian Mônica Arpini.

Santa Maria, 15 de outubro de 2014.



Responsável pelo serviço

Margarida da Silva Mayer
Secretaria de Município de
Desenvolvimento Social

ANEXO D – PARECER DE APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA REDE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM RELAÇÃO À VIVÊNCIA DE RUA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Pesquisador:
DORIAN MÔNICA ARPINI

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 38742414.0.0000.5346

Instituição Proponente: Universidade Federal de Santa Maria/ Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Patrocinador Principal:

Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 909.814

Data da Relatoria: 08/12/2014

Apresentação do Projeto:

Este trabalho versa sobre a função da rua enquanto espaço ético-político no processo de constituição psíquica de crianças e adolescentes com vivência de rua. O interesse em desenvolvê-lo advém da experiência profissional da pesquisadora em uma instituição de acolhimento no município de Santa Maria- RS.

Objetivo da Pesquisa:

Conhecer a percepção dos profissionais que atuam nos serviços de Assistência Social acerca da vivência de rua de crianças e adolescentes.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Existência de riscos mínimos aos profissionais entrevistados, mantendo o sigilo em relação aos participantes da pesquisa e podendo solicitar esclarecimentos sobre os procedimentos adotados ou mesmo podendo interromper a sua participação na pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo ao entrevistado. Em caso de desconforto psicológico, as pesquisadoras serão responsáveis por avaliar a situação e se houver necessidade de atendimento psicológico, farão o encaminhamento.

Endereço:

Av. Roraima, 1000 - prédio da Reitoria - 2º andar

Bairro: Camobi UF: RS

Município: SANTA MARIA

CEP: 97.105-970